

**MUNICÍPIO DO SEIXAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**



**ATA N.º 20**

**Reunião ordinária realizada a  
nove de outubro de dois mil e catorze**

**SEIXAL**

**- ORIGINAL -**



11  
y. et.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL  
REALIZADA A 09 DE OUTUBRO DE 2014**

Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e catorze realizou-se pelas 15:20 horas, no Auditório dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, uma Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal.

Presidiu e dirigiu a Reunião o Senhor Presidente da Câmara Joaquim Cesário Cardador dos Santos e na mesma participaram os Senhores Vereadores Joaquim Carlos Coelho Tavares, Jorge Osvaldo Dias dos Santos Gonçalves, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Samuel Pedro Silva Cruz, Eduardo Manuel Rodrigues e Paulo Edson Carvalho Borges da Cunha.

Faltaram à presente reunião, por motivos justificados a Senhora Vereadora Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro, substituída por Maria Manuela Palmeiro Calado, nos nos termos do art. 78º e 79º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, com a alteração da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o Senhor Vereador José Carlos Marques Gomes, substituído por Bento Brázio Romeiro, nos nos termos do art. 78º e 79º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, com a alteração da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a Senhora Vereadora Elisabete Manuela Pereira Adrião, substituída por Marco Paulo Teles Gonçalves Fernandes, nos termos do art. 78º e 79º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, com a alteração da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e o Senhor Vereador Luís Manuel Rendeiro Cordeiro, substituído por Francisco Miguel Correia Morais Morais.

Secretariou a Reunião, o Técnico Superior, João Manuel de Sousa Coutinho, no uso das suas competências, designado pelo despacho nº 1010-PCM/2013, de 21 de outubro de 2013, e, nos termos da lei aplicável.

**I – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO**

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, informou que há algumas ausências no elenco executivo, no entanto, estão a chegar de algumas iniciativas os senhores vereadores eleitos pelo Partido Socialista, também o senhor vereador Joaquim Tavares, a senhora vereadora Vanessa Silva e o senhor vereador Paulo Cunha, portanto, estão em trânsito. Sem mais demoras, vamos começar com o período para intervenções da população, temos várias inscrições e perguntava ao nosso apoio pelo caderno com as inscrições.

**A Senhora Ângela Rosa, moradora na Rua Aristides da Costa, nº 15, 2840-098 Paio Pires**, boa tarde, apresento o e-mail que temos, enviado pela câmara, não é? Portanto, eu quero esclarecer, se nós estamos a mentir quem é que mandou este *e-mail* para nós?

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, indagou, quer saber quem enviou o *e-mail*? Pois, não sei vou apurar, disse 26 de junho não foi? Vou apurar e depois transmitirei, vamos lá ver, a câmara municipal emite muitos e-mails, como deve imaginar não tenho memória de todos os e-mails que são enviados, junho já foi um mês também com algumas férias, portanto, já passaram cerca de três a quatro meses verei qual foi o *e-mail*, depois responderei.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, passamos à inscrição número dois, senhora Maria do Carmo Torres, que também é do jornal Comércio do Seixal.

**A Senhora Maria do Carmo Torres, moradora na Rua Aristides da Costa, nº 15, 2840-098 Paio Pires**, não vai intervir, está tudo dito.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, passamos à inscrição número três, o senhor Bruno Fernandes que nos traz uma questão sobre a escola das Paivas.



4. 2.  
M. C. t.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

**O Senhor Bruno Manuel Esteves Fernandes, morador na Rua 1º de Maio, 3, r/c dtº, Cruz de Pau, 2845-597 Amora,** aquilo que me traz aqui é pela primeira vez, porque acho que é um assunto de extrema importância para a educação do concelho do Seixal, designadamente sobre a escola EB1 das Paivas que está com problemas de infraestruturas. Um problema que já decorre há algum tempo, à cerca de alguns anos e as intervenções que têm sido feitas, ou não têm sido feitas, ou não têm dado resultado porque nas aulas tem chovido, os alunos têm humidade nas aulas. Gostaria de saber por parte do Senhor Presidente e dos vereadores o que é que tem sido feito nesse sentido para corrigir este problema.

**A Senhora Vereadora Vanessa Silva,** antes de mais, agradeceu a questão que aqui foi trazida. Tivemos já oportunidade de num outro órgão municipal, a Assembleia Municipal, prestar um esclarecimento. Quer dar agora a alguns pais, a esta mãe que aqui está junto a nós novamente hoje, alguns esclarecimentos adicionais. Há preparativos para a intervenção na cobertura, e não apenas ao nível da impermeabilização como foi feito até agora porque vamos procurar evitar o máximo possível de obras de alvenaria na escola tendo em conta que se trata de uma escola e tem crianças, para evitar todos os riscos possíveis, portanto, está a ser feita toda a intervenção da cobertura que é possível fazer na oficina para depois levar o máximo feito para a intervenção ser de encaixe, chamemos-lhes assim. Talvez eu não saiba explicar adequadamente mas penso que vocês percebem a ideia que estou a procurar explicar. Depois vai ser feita também durante os fins-de-semana para procurar também minimizar algum tipo de impacto que possa haver durante a atividade letiva e sempre durante os períodos em que não haja chuva. Neste momento ainda não se entrou mesmo na escola porque se está nesta parte mais oficinal. Portanto, neste fim-de-semana já haverá alguns trabalhos mas eu penso que ainda não serão trabalhos mesmo de retirar e pôr coisas na cobertura e, portanto, durante os próximos fins-de-semana penso que já haverá alguma visibilidade do decorrer da obra. Neste fim-de-semana penso que ainda serão só questões relacionadas com algumas medições de forma já mais sobre a estrutura que está a ser realizada ao nível das oficinas.

**O Senhor Vereador Luís Cordeiro,** disse que é claramente com alguma surpresa que toma contacto com esta situação em virtude de esta situação ser uma situação que não ocorreu só este ano, e não tendo ocorrido só este ano a pergunta que imediatamente faria é, as *démarches* que estão a ser feitas agora porque não foram feitas antes?

A segunda questão é a de porque é que é nesta altura e não foi durante o período de interrupção das aulas, se se tinha conhecimento que a situação do telhado ou das condições do edifício dariam azo a essa situação? Portanto, aquilo que verifico é que neste momento estamos a intervir numa situação que se fosse a primeira vez que tivesse acontecido eu poderia aceitar que não se tinha conhecimento que o telhado tinha problemas de infiltração de água, só quando as chuvas voltassem a cair é que se tinha tomado conhecimento e se poderia estar neste momento a fazer estas *démarches*, mas se ela já era do conhecimento em outros anos porque é que aquilo que está a ser feito agora, não foi feito durante o período de interrupção das aulas? Já nem pergunto porque é que não foi feito em outros anos, mas também é interessante verificar uma coisa, eu aqui há uns anos, concretamente há uns três anos, trouxe aqui a uma reunião de Câmara uma situação em termos de programas e projetos financiados pela Comunidade Europeia e até fazia uma comparação entre aquilo que era um projeto da Câmara Municipal de Almada e da Câmara Municipal do Seixal e um desses programas do programa "Por Lisboa" dizia isto, requalificação da rede escolar 1º ciclo educativo e pré-escolar Município do Seixal. Isto em 2010 e um investimento total de 930 mil euros, um investimento legível de 453 mil euros e um financiamento comunitário do FEDER de 226 mil euros. Portanto, naquela altura, foi em 2010 quando eu coloquei esta questão, portanto, a candidatura tinha sido feita anteriormente, projeto aprovado, já se tinha conhecimento de que havia problemas que exigiam uma requalificação da rede escolar do 1º ciclo e do pré-escolar, a escola das Paivas não estava envolvida nesta requalificação? Esta requalificação foi feita? Este programa com fundos comunitários foi executado?



11  
M. G. T.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

**O Senhor Bruno Manuel Esteves Fernandes**, aproveitando as questões das infraestruturas eu tirei duas fotografias também à área envolvente da escola que posso vos mostrar se me derem licença, para verem exatamente como é que os alunos à noite, já que a hora vai alterar, como é que conseguem ver a estrada ou iluminar o sítio onde eles andam.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, perguntou se para além da questão das infiltrações da cobertura se há também a questão da iluminação. Deu a palavra à vereadora Vanessa Silva.

**A Senhora Vereadora Vanessa Silva**, senhor vereador Luís Cordeiro, algumas das questões que traz hoje aqui ouviu as respostas às mesmas na sessão da Assembleia Municipal em que esteve presente. Tive a delicadeza de não voltar a dar essas respostas tendo em conta que tendo respondido à mãe que me questionou sobre elas e estando essa mãe aqui presente, tendo certamente essa mãe informado os restantes pais e por isso mesmo os pais não me colocaram essas questões hoje, pensei que o senhor vereador Luís Cordeiro se sentisse esclarecido. De qualquer das formas eu vou repetir aquilo que disse em sede de Assembleia Municipal. Houve em outros anos problemas de infiltrações na escola, tanto que houve intervenções em vários anos. Os pais não estão na escola a ver as intervenções que fazemos, nós fazemos intervenções nos momentos das interrupções letivas, houve impermeabilizações várias vezes durante os últimos anos ao nível da cobertura da escola e não foi suficiente para resolver a situação e, portanto, como não foi suficiente para resolver a situação, vamos ter que fazer uma intervenção mais robusta que será esta que foi explicada e, portanto, não é porque é que não foi feita em outros anos, em outros anos também foi, não foi feito o mesmo tipo de intervenção porque anteriormente não se sabia que a impermeabilização não era suficiente para resolver o problema. Estando verificada essa situação vai-se fazer uma intervenção que se considere que é aquela que resolve o problema e claro esperamos que resolva de facto porque é essa a intenção. Relativamente à iluminação vamos verificar a questão da iluminação que está a colocar.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para concluir esta questão quis dizer que é uma preocupação para a Câmara Municipal a situação daquela escola, portanto, sendo que o município está como a senhora vereadora referiu a tomar todas as medidas para que no mais curto espaço de tempo consigamos fazer a intervenção, e também referir que no âmbito de um projeto vasto de investimento estamos a fazer um acordo de colaboração com a EDP. São inúmeras as artérias que estão a ser intervencionadas no sentido de melhorar a iluminação pública, de facto, esta em concreto no momento não conseguimos dizer se já foi intervencionada ou se vai ser, mas como viram no último boletim municipal são 6 mil e novecentas luminárias que estão a ser colocadas até junho de 2015. Pelo menos é a previsão da conclusão, para que possamos melhorar as condições de visibilidade e, naturalmente, de segurança dos nossos peões e de todos os cidadãos. Quer agradecer ao senhor munícipe pela sua participação e vamos acompanhando a situação até à sua resolução.

Este ponto é para responder aos munícipes, se queremos estar aqui em debates políticos sugeria que aguardássemos o ponto antes da ordem do dia, em que temos todo o direito de colocar todas as questões. Há uma ordem de trabalhos extensa, temos nove pedidos de intervenção, se não está em erro, e por uma questão de respeito pela população deveríamos permitir que as pessoas colocassem as suas questões. Os debates políticos que o senhor vereador quer ter connosco, as pessoas decidirão se vão ou não ficar a assistir, era a proposta que faria.

**O Senhor Vereador Luís Cordeiro**, a questão se o programa foi feito ou não, não me foi respondido e também acho um pouco estranho porque essas questões nós temos que ser muito exatos e muito rigorosos nas situações. Quando se diz que já se fizeram várias intervenções nos últimos anos e não foi suficiente, eu pergunto, vamos lá ver uma coisa, naturalmente eu se tiver um pingão de água a cair em minha casa não vou resolver o problema pondo um bocadinho de plasticina para tapar o buraco, vou ver como é que todo o telhado se encontra e portanto não me limito a cobrir o buraco de onde está a cair o pingão. Quando me é dito que foram feitas várias intervenções e se assume, a senhora vereadora é que disse, que não foram suficientes, bom é



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

h  
y.c.t.

porque não se fez um trabalho correto, porque um trabalho correto era fazer um levantamento claro e objetivo do que é que estava a colocar as condições de impermeabilização naquela escola para que não chovesse lá dentro e não bastava fazer porque se fizeram intervenções e vamos ter que voltar a fazer intervenções é porque se reconhece que não se fez uma intervenção correta porque se tivesse feito uma intervenção correta como parece que agora está a ser planeado, e muito bem, não teríamos neste momento a sucessão que parece de todos os anos ter que se fazer alguma intervenção. Portanto, a questão é esta, quando temos que fazer uma intervenção, os custos serão sempre menores a todos os níveis, quer financeiros, quer de incómodos, quer de falta de condições para as crianças assistirem às suas aulas e, portanto, é preferível quando se faz uma intervenção que seja de fundo, e é aquilo que parece que neste momento está a ser previsto fazer, do que andar a fazer intervenções pontuais como a senhora vereadora afirmou que fizeram intervenções que não foram suficientes. E volto a referir o tal projeto, o tal programa "Por Lisboa", do QREN, em que a câmara se candidatou e que foi aprovado e que tinha como objetivo fazer a requalificação, e muito bem, das escolas públicas do nosso concelho, das EB1 e do jardim-de-infância. Foi concretizado, não foi concretizado, foi essa a pergunta que eu fiz e não foi respondida, e senhor Presidente não é uma questão política é uma questão cumprimento de um programa de fundos comunitários, mais nada.

**A Senhora Vereadora Vanessa Silva**, senhor vereador, então relativamente ao programa que refere, este programa, apesar da palavra requalificação se usar em várias situações, era um programa que se destinava à ampliação e construção de equipamentos escolares apesar da palavra requalificação se usar em várias situações este programa era para ampliação, a situação que estamos a falar é uma situação de manutenção, portanto, esta não seria uma obra exigível no âmbito desse programa. Relativamente às obras que estavam consideradas no âmbito desse programa eu poderei recuperar o relatório que terá vindo à câmara nessa altura ou os relatórios que terão vindo à câmara nessa altura porque como sabe há relatórios das nossas unidades orgânicas entregues trimestralmente e anualmente e, portanto, vamos recuperar essa informação que talvez o senhor vereador nessa data, não sei se já era vereador, talvez não tenha mas recuperaremos esses relatórios para o senhor vereador poder consultar.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, sobre as questões que se colocam sobre os trabalhos executados e sobre as dúvidas que o vereador está a colocar pode ficar a ideia ou no ar a ideia de que as intervenções da Câmara não eram para resolver o problema e portanto isso é incorreto não é? Porque a Câmara não tem nenhum interesse em não resolver o problema tem interesse em resolvê-lo e as intervenções que se fizeram de isolamento da cobertura naquela escola são iguais a intervenções que ainda este ano fizemos em outras escolas e que resultaram, o que acontece é que entendemos que isso já não era a solução para aquele edifício porque não estava a resultar e daí irmos caminhar para uma solução mais definitiva naturalmente carece de outro tipo de intervenção e é esse tipo de intervenção que a senhora vereadora explicou e que está em curso, ou seja, o que nós queremos é que se resolva este ano e que não tenhamos para o ano o mesmo problema, queremos uma solução que seja definitiva, isso é mais moroso do que aquilo que pensamos. Ainda hoje de manhã estive na escola com o empreiteiro a tirar dúvidas sobre as questões, a senhora vereadora disse sábado o empreiteiro vai estar a tirar os pontos e apontamentos que necessita para executar o resto do trabalho que está em oficina e portanto esse trabalho é um trabalho em curso e que rapidamente vai ser resolvido, tão rápido quanto for possível, que é isso que nós temos pedido também às pessoas que estão a intervir. Agora o que se quer é uma solução para resolver o problema e não é para atenuar mais uma vez o problema porque não estava a resultar.

**O Senhor José Manuel Craveiro**, morador na Rua General Humberto Delgado, lote 12, Fernão Ferro, 2865-755 Fernão Ferro, Senhor Presidente na reunião pública realizada na Associação Náutica do Seixal e também na sequência de reuniões anteriores tive oportunidade de apresentar a vossa excelência as minhas preocupações pelo facto da água para consumo humano que abastece Fernão Ferro correr em tubos de fibrocimento contendo fibras de amianto, em



4  
y. Gt.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

resposta o senhor vereador Joaquim Tavares disse que a referida água está dentro dos parâmetros recomendados conforme análises que são realizadas frequentemente e aconselhou-me a contactar a ERSAR a fim de clarificar quais os parâmetros que são analisados bem como os riscos para a saúde pública da tubagem de fibrocimento. Nessa sequência efetuei duas diligências, a primeira solicitei aos serviços da Câmara Municipal do Seixal em 15/09/2014 informação detalhada sobre os parâmetros realizados na água e os locais de captação, em 23/09/2014 recebi um telefonema exploratório dos serviços a quem tive oportunidade de clarificar e de pormenorizar a situação, a funcionária ficou de apresentar o assunto aos técnicos e posteriormente voltaria a contactar-me o que não aconteceu até ao momento. Segundo, contactei igualmente a ERSAR por *e-mail* com o seguinte teor “vossas excelências, necessito informação sobre a análise que é efetuada à água para consumo humano, existe algum parâmetro que analisa a existência ou não de resíduos de fibrocimento e fibras de amianto na referida água, em caso negativo saber se essa análise é possível ser efetuada”. Recebi desta entidade uma resposta vou passar a ler “senhor José Craveiro após a receção do seu pedido de informação a qual mereceu a nossa melhor atenção cumpre informar, primeiro o fibrocimento foi bastante utilizado em Portugal nas redes de abastecimento de água para consumo humano e também nas redes de saneamento de águas residuais durante várias décadas à semelhança do que aconteceu em outros países, o que hoje já não acontece, a legislação existente nesta área permite a sua utilização para esses fins, à semelhança de outros materiais e não há conhecimento de razões para impedir essa utilização em termos de salvaguarda de saúde pública, note-se que este assunto foi intensamente estudado em diversos países tendo os diversos relatórios produzidos sido concordantes no facto de que os riscos de utilização de fibrocimento por incorporar fibras de amianto estar associado à inalação das respetivas fibras e não à ingestão, significa isto que a utilização de fibrocimento em condutas que transportam a água que é ingerida pelos consumidores não coloca problemas de saúde pública, é contudo necessário que sejam assegurados cuidados adequados de proteção para os trabalhadores que realizam operações de corte nas tubagens durante a sua instalação ou reparação para evitar que inalem inadvertidamente as fibras libertadas durante a operação para se realizar a verificação da qualidade da água destinada ao consumo humano. A lista de laboratórios considerados aptos pela ERSAR não inclui laboratórios credibilizados para essa análise qualquer dúvida que subsista não hesite em contactar-nos”. Apesar de ficar mais descansado lembrei-me que existem estudos credíveis e estudos que não são credíveis que são feitos para servirem entidades que os pedem sendo assim resolvi contactar de novo a ERSAR a solicitar informação para poder consultar os referidos estudos e enviei à ERSAR precisamente ontem o novo *e-mail* que diz o seguinte, “agradeço a resposta ao meu pedido bem como a clareza da informação prestada, deixa-me mais descansado considerando que o abastecimento de água à minha residência é feita por condutas de fibrocimento, queria aprofundar mais o assunto sendo assim venho por este meio pedir a V.Ex.<sup>a</sup> que se for possível me informasse como poderei ter acesso aos estudos que refere, portanto ficarei a aguardar. Estou neste momento a aguardar, realmente, essas informações, quero lembrar que a substituição dessas tubagens tem custos elevadíssimos, como devem calcular, e espero que isso não tenho contribuído para as conclusões destes estudos penso que são estudos sérios mas gostaria também de os analisar, vamos aguardar”. Já agora, se o senhor Presidente não se importa, gostava de focar também, o problema do lixo que é uma coisa em que vou ser rápido. Apesar das preocupações demonstradas pelo executivo, Câmara Municipal do Seixal como se pode verificar no texto publicado no último boletim municipal que eu tive oportunidade de ler, a situação continua a ser caótica, na semana passada falharam algumas recolhas e os ecopontos cheios de lixo doméstico os eleitos da freguesia não têm um mínimo de preocupações em relação a este problema, na última assembleia de freguesia de Fernão Ferro que se efetuou em setembro tive oportunidade de desafiar e provocar os órgãos representados na assembleia para colaborarem nesta campanha mas fizeram-se completamente desentendidos, nem uma palavra sobre o assunto apesar da dureza da minha argumentação. Gostaria de pedir aos partidos aqui representados para exercerem influência sobre as organizações locais para ver se eles se envolvem na resolução deste grave problema para Fernão Ferro, lamentavelmente só se preocupam com pequenas questões por aquilo que eu tenho analisado nas discussões que tem



h  
y. Gt.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

havido nas assembleias de freguesia, irei continuar a insistir e tentarei dar conhecimento público da situação nos meios disponíveis ao meu alcance.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, referiu que gostaria de agradecer ao munícipe pela sua perseverança e pelo seu estudo, porque de facto é importante desmitificarmos alguns mitos, apesar das competências que cada um terá em termos de formação académica é sempre bom quando as entidades nos podem esclarecer. Todos nós temos alguns medos, alguns mitos, alguma coisa que achamos que nos pode acontecer. Mas de facto é assim e ainda bem que a ERSAR o pôde esclarecer e que se sente neste momento mais esclarecido visto não "acreditou", vou dizer entre aspas, naquilo que a Câmara e o vereador da Câmara Municipal lhe transmitiram. Quero-lhe dizer também que no dia 1 de outubro, Dia Mundial da Água, a ERSAR fez sair o relatório da qualidade do abastecimento da água em Portugal e de facto o Seixal está entre as câmaras municipais ou entidades gestoras que apresenta dos mais elevados níveis de qualidade e de segurança no abastecimento público de água, com 99,97% de classificação. Penso que isso é um sinal claro na nossa aposta neste setor e, portanto, nessa medida estamos todos salvaguardados pela capacidade técnica dos nossos trabalhadores e claro pela nossa visão que não é claramente deste mandato, é uma visão que já vem desde o 25 de Abril quando apostámos em larga escala nas intervenções para a qualidade da água.

Sobre a questão do lixo em Fernão Ferro, e já tivemos várias intervenções sobre esta matéria, deixe-me dizer-lhe que o Município e a Junta de Freguesia estão a acompanhar a situação e a tomar medidas. Lançámos uma campanha de sensibilização e fiscalização em junho deste ano, campanha essa que avançou já para uma segunda fase com a criação do ecocentro da Junta de Freguesia de Fernão Ferro e apesar de a situação continuar não aceitável, é verdade, a realidade é que hoje se notam já menores índices de deposição ilegal. Como sabe, bebo a água desses tubos de fibrocimento e passo lá todos os dias na minha deslocação casa/trabalho, ou outras funções, e passo nos chamados pontos críticos nesses meus trajetos, e noto claramente que há já uma melhoria. É claro que o ponto focal desta situação é a falta de civismo das pessoas, essa é que é a questão, porque de facto se as pessoas utilizassem os meios que têm à sua disposição e que podem utilizar não só os contentores que têm, muitos têm até individual, colocarem lá dentro o lixo usarem os ecopontos em vez de deixarem as garrafas no exterior, não é? Perderem três minutos a colocá-las lá dentro ou as embalagens ou o cartão em vez de deixarem lá entalado. Eu faço isso de 15 em 15 dias, portanto, faço reciclagem lá ao pé da minha casa e portanto para lhe dizer que se isso acontecesse e se as pessoas utilizassem também o ecocentro da junta de freguesia para quem tem um monstro, tem resíduos, tem entulhos, têm ramagens o que for, é só deslocarem-se à oficina da junta de freguesia combinar a hora, chegam lá, depositam gratuitamente. Não há qualquer problema e todos teremos o melhor ambiente em Fernão Ferro, e quem diz Fernão Ferro dirá nas outras freguesias, naturalmente. Eu acho que todos temos que contribuir e eu gostaria também de, mais uma vez, o felicitar pela sua perseverança, acho que se conseguir incutir nos seus vizinhos, nos seus conhecidos, em toda a gente, de fazer essa mobilização para conseguirmos trazer mais pessoas para o lado daqueles que são os cumpridores, não é? E que fazem esse trabalho muito bem eu acho que estamos todos a ajudar não só a junta de freguesia e os seus eleitos naturalmente mas também os habitantes de Fernão Ferro e os munícipes do nosso concelho.

**A Senhora Vereadora Elizabete Adrião**, de facto, senhor José a sua preocupação relativamente à parte do lixo tem sido também uma preocupação aqui da parte da bancada socialista, porque tem sido reunião atrás de reunião e temos trazido sempre este problema do lixo, já realmente, como costuma dizer-se, cheira mal, e realmente de facto este problema não tende em resolver-se, a desculpa também tem sido sempre a mesma, a falta de civismo, mas a falta de civismo não deverá ser desculpa para nada, não é? Se há falta de civismo então tem que haver mais fiscalização então tem que se promover fazer mais campanhas de sensibilização à população mas há outro problema que vem agravar também a situação que é a proliferação de bichos nomeadamente baratas, e curiosamente, eu também moro em Fernão Ferro, também passo todos os dias por aqueles pontos críticos como também falo com a população, ainda hoje houve várias



h  
M. Ct.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

peçoas que vieram ter comigo preocupadas porque há imensas baratas que percorrem as ruas, inclusive na minha casa já apareceram, e isto é um problema muito grave e que a Câmara tem que fazer alguma coisa relativamente a esse assunto também, não é só em Fernão Ferro o problema também infelizmente estende-se a outras partes do concelho nomeadamente perto da Baía na Amora, Fogueteiro também parece que há aqui uma proliferação de ratos e não só, e Vale de Milhaços. Agora a nossa pergunta também é aqui o que é que pretendem fazer realmente? E vamos evitar que também neste problema do lixo venham com a desculpa da falta de civismo.

**O Senhor Vereador Samuel Cruz**, só queria deixar aqui uma nota, prende-se com a intervenção que se refere à água, do nosso municípe, para dizer o seguinte, não se pode ter chuva no nabal e sol na eira. Então várias vezes ouvi intervenções por parte, nomeadamente, da bancada da CDU muito agastada em relação às telhas de fibrocimento nas escolas e há algo que me faz uma certa confusão que é como é que quem tão ferreamente diz que não pode haver telhas de fibrocimento nas escolas diz que o facto de haver água a circular em condutas de fibrocimento que nós bebemos todos os dias não tem problema nenhum? Bem, das duas uma, eu não sou técnico, de facto a minha área é o direito, mas sei pensar e portanto das duas uma, ou as telhas de fibrocimento não fazem mal e portanto trata-se aqui de um aproveitamento político abusivo, mas os senhores é que dizem que fazem mal e não podem estar nas escolas, então beber a água que circula em condutas de fibrocimento tem que fazer mal, isto parece-me evidente e lógico.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, a primeira questão que o senhor vereador Samuel Cruz colocou e que também vai de encontro aquilo que o municípe colocou na Assembleia Municipal e já tinha colocado em outra reunião e para a qual depois dos esclarecimentos sugeri que contactassem a ERSAR atendendo a que não queria acreditar nas questões que lhe estávamos a colocar, bom os estudos são sempre rebatíveis eventualmente mas para uma pessoa ter uma ideia que é verdade e isso também serve para o senhor vereador ele pode ter essa ideia isso não quer dizer que seja verdade, a realidade é que os estudos e os estudos científicos das entidades creditadas, internacionais sobre a matéria nunca colocaram este problema, nunca colocaram relativamente àquilo que é ingestão da água que atravessa condutas de fibrocimento, sempre disseram que esse problema não se colocava, todos até agora e, portanto, é por isso também que a legislação não cria nenhum obstáculo a essa utilização, a prática tem sido outra ou, portanto, tudo aquilo que é subjacente substitui tudo aquilo que é construído de novo, já se utilizam outros materiais e portanto as tecnologias que dão a mesma resposta e até a preços mais competitivos que o próprio fibrocimento que o senhor vereador coloca também delegava para poder consultar esses estudos acredita se quiser se não quiser é um problema dele mas também não podemos resolver essa situação.

A senhora vereadora colocou a falta de civismo como problema fundamental ou problema como resposta fundamental da autarquia como sabe não é verdade, temos dado nota não é das intervenções várias que temos feito onde são retirados da via pública toneladas de resíduos de monos e outros resíduos de construção e demolição inclusive no Pinhal do General este fim-de-semana vamos ter mais uma ação desta natureza e também temos sempre referido uma questão que é fundamental que é a de que existe e aquilo que está previsto em regulamento do município através de uma linha que está disponível para o efeito para comunicarem e para acertarem da colocação dos monos da rua para que possa efetivamente serem retirados e o que vos posso dizer é aquilo que é previamente acordado é realmente de acordo com aquilo que fica acordado, agora aquilo que é depositado sem conhecimento da estrutura orgânica que tem esta responsabilidade tem depois mais dificuldade na sua recolha, estamos a falar de monos não é? Não estamos a falar de perigo para a saúde pública estamos a falar da imagem urbana que nós também queremos preservar, naturalmente.

Relativamente à proliferação de bichos o que podemos dizer é que aquilo que é predial é da responsabilidade de cada um dos proprietários, aquilo que é do domínio público é da intervenção da Câmara, não há nenhuma solicitação que seja feita à Câmara no sentido de intervir nesta instalação ou nesta área que não seja respondida, temos um contrato com uma empresa especializada sempre que há solicitações desta natureza nós intervimos para eliminar as pragas,



4  
y. Gt.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

mas as pragas são o que são, são produto da natureza não se eliminam todas de uma virada portanto voltam a aparecer têm a sua capacidade de recuperar mas o facto é aquilo que é a realidade é agora dizer que na área do rio aparecem bichos e tal é natural que apareçam, é natural agora também é verdade que quando há esta situação nos é comunicada ou é do conhecimento dos serviços há uma intervenção para anular essas situações e isso fazemos ao longo do ano em centenas de intervenções e o que é predial não é da responsabilidade da Câmara. Portanto, cada um tem que tratar daquilo que é da sua responsabilidade o que está na via naturalmente é da responsabilidade da Câmara e, portanto, não é mentira que as pessoas em determinado momento possam ver baratas ou que possam ver ratos na rua não é mentira, agora também não é mentira que a Câmara logo que tem conhecimento destas situações intervém para as eliminar e a partir daí eu não tenho reclamações sobre reclamações, portanto o munícipe que reclama e que nós fazemos a intervenção a seguir não reclama a dizer que a intervenção ficou mal feita e, portanto, essa é também uma certeza que nós temos, porque se tivermos nós falamos com a empresa e dizemos têm que lá voltar e isso faz parte daquilo que está contratado com a própria empresa. Naturalmente que a senhora vereadora coloca aqui, eu não estou a dizer que não são verdadeiras as pessoas que lhe fizeram chegar as queixas, não sei se fizeram chegar ao serviços, possivelmente se fizeram, já houve essa intervenção, se não fizeram, portanto, é fazer, é indicar no concreto onde é que é para nós podermos agir e resolver.

**O Senhor Vereador Paulo Cunha**, com efeito e já o disse inclusive a este senhor munícipe na última intervenção e tenho sempre o cuidado de o dizer porque o Senhor Presidente muito a propósito faz logo a nota de rodapé que tenho responsabilidades numa determinada área, sendo certo que a responsabilidade é na parte da fiscalização a responsabilidade que eu não só não declino como tento assumi-la por inteiro e o melhor que o município pode conseguir efetivamente do ponto de vista de fiscalização. No que concerne a Fernão Ferro foi feito um esforço muito grande durante o último ano, mas sobretudo durante o último verão, com resultados que serão tornados públicos em breve numa conferência de imprensa ou numa reunião ou apresentação pública desses resultados que estão em preparação quer com o Senhor Presidente quer com o Senhor Vereador Joaquim Tavares que aqui falou, porque isto dentro de um trabalho que também foi aqui abordado já não só pelo senhor munícipe, mas também pela senhora vereadora que colocou a questão do ponto de vista da sensibilização, que não é a minha área, mas depois da fiscalização, e nesse aspeto está a ser feito um trabalho que trará os melhores resultados possíveis neste momento por aqui até porque penso que ficou esclarecido na última reunião de câmara, os resultados não são os desejáveis porque, é muito difícil também compreender-se, há de facto um problema de civismo sem dúvida nenhuma. Portanto, é a conjugação, de facto, de problemas estruturais grandes até do próprio enquadramento da zona, sobretudo de Fernão Ferro, que não é despiciente nós apreciarmos quando estamos a fazer o quadro global. Portanto, os problemas existem não vale a pena fugirmos deles eu já saudei a intervenção deste senhor, na última reunião de Câmara, eu acho que em termos cívicos está correto vir colocar o problema, mas também pela zona por aquele meio envolvente por aí não há nada a dizer tanto mais que não pedi a palavra num primeiro momento pedi a palavra quando a senhora vereadora colocou a questão não só da sensibilização mas também da fiscalização entendi que faria algum sentido de dar uma justificação apesar de já ter sido dada não só a este senhor munícipe, mas também à própria Câmara Municipal, e não há nenhum desenvolvimento acrescido relativamente a isso, porque estamos a falar de há 15 dias atrás, nos últimos 15 dias não há qualquer desenvolvimento, por aí não seria necessário pedir a palavra. Por outro lado também irei em defesa, não que a senhora vereadora necessite, mas da intervenção que aqui colocou não é só o PS, primeiro uma referência, não é só o PS ou os vereadores do PS que têm levantado esta questão do lixo, das consequências para a saúde pública, todos os vereadores da oposição a têm colocado amiúde, vão colocando essas questões e porque, como compreende, as pessoas vão falando conosco vão-nos levantando questões, vão pedindo que nós sejamos a sua voz aqui dentro deste órgão. Na última reunião de Câmara falei exatamente neste problema e da disseminação em termos de alguns animais roedores e depois também melgas, etc. Abordei **essa** questão, também abordei em Fernão Ferro, em outras ocasiões já falei nisso em Amora, já falei de uma zona aqui muito



h  
y. Gt.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

próxima da Câmara Municipal, nós vamos trazendo esses assuntos, agora nós não devemos dar a resposta do senhor vereador, surpreende-me porque isto se nós dissermos que é uma questão de civismo mal não fica porque é verdade não é uma verdade absoluta, mas é verdade não há dúvida que é uma falta de civismo se nós dissermos que é só uma questão de civismo já estamos a mentir, não estamos a mentir mas estamos a não dar a resposta completa é absolutamente insuficiente a responsabilidade da própria câmara deve suprir as necessidades aliás isso também há no próprio pelouro, a localização deve-se suprir ou tentar suprir a falta de civismo mas depois dizem que cada prédio resolva o seu problema, e então o nexo de causalidade? Então e os problemas que surgem pela saúde pública das baratas que vêm da rua, quer dizer não são criadas por falta de higiene, porque se respondermos só desta forma então isto é um problema só de cada prédio então as pessoas não limpam as suas casas ou o prédio não tem as condições adequadas nós temos que encarar o problema como um problema sério é um problema de saúde pública também é um problema muito sério que está a afetar o nosso concelho há muito tempo, mas sobretudo no último ano, não vale a pena enfiarmos a cabeça por debaixo da areia e dizermos que o problema é de outros ou é de cada casa, não vale a pena. Sim, já fizemos um outdoor sobre o assunto, mas serviria, senhor Presidente, precisamente para isto, não vale a pena enfiarmos a cabeça por debaixo da areia e devemos resolver e encarar os problemas de frente e tentar resolvê-los e em alguns aspetos estou de acordo com o senhor vereador Joaquim Tavares, disse-o e eu tenho acompanhado não é o meu pelouro mas eu tenho acompanhado o trabalho do vereador e subscrevo as suas palavras, não precisa de defensor desse aspeto o esforço está a ser feito não quer dizer que seja suficiente, o problema está a ser acompanhado não podemos não é puramente um problema predial dizer que não há reclamações sobre reclamações é provável que não haja eu acredito que não haja, eu acredito que a empresa que é contratada consiga dar resposta aos trabalhos às empreitadas que lhe são dadas, no entanto, não deveria era ser necessário pelo menos na profusão que há a necessidade dessa empresa ou a necessidade de fazermos as desinfestações que estávamos a fazer, o problema está a montante, o problema está no lixo criado, o problema não está depois na consequência do lixo e nós dissermos, não criamos o problema e não temos de o resolver. E é este o ponto fundamental que eu acho que foi ignorado na resposta por isso pedi a palavra.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, referiu que gostaria de sensibilizar todos para as questões que as pessoas colocam, porque começámos na água depois fomos até ao lixo, avançámos para os ratos, para as melgas e baratas. Estou só a dizer isto para entrarmos nas questões do período aberto à população para nos fixarmos nestas questões, temos todo o tempo depois para debatermos entre nós. Pedia então ao senhor munícipe que pediu a palavra novamente para acrescentar uma pequena questão.

**O Senhor José Manuel Craveiro**, no que diz respeito ao lixo o senhor pôs algumas questões que eu considero pertinentes, no entanto, o que se passa é que efetivamente há falhas por vezes da Câmara mas essas são menores, que tem havido um esforço realmente significativo por parte da Câmara para resolver o problema, tem havido esforços realmente que não têm sido totalmente conseguidos mas tem havido esforços por parte da Câmara para resolver o problema e tem encarado isso, não há dúvida nenhuma, para além de algumas situações esporádicas em que realmente há falha de recolha e portanto aí há uma redução significativa porque o lixo lá é bastante e portanto acumula-se e é mais difícil depois. Como há períodos em que passam em determinadas ruas, passa para a semana seguinte é um bocado complicado. Em relação ao lixo ainda estou convencido que todas as campanhas que possam fazer isso não vai atingir mais do que 10% da população de Fernão Ferro, todas as campanhas por escrito ou em placards e tudo isso não vai, a situação resolve-se estou eu convencido eu nesse aspeto acho que sou um bocado teimoso, vá lá a situação só se consegue resolver envolvendo as pessoas na resolução do problema e portanto só há possibilidades e por isso é que eu tenho insistido sempre com a junta de freguesia e com a assembleia de freguesia para os membros eleitos formarem aqui a possibilidade de irem a casa das pessoas, falarem com as pessoas, tentarem motivar as pessoas para utilizarem métodos diferentes para evitar a situação, portanto, não haja dúvida que sem o



4.61

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

envolvimento das pessoas nunca mais se consegue resolver o problema, o senhor vereador do pelouro da fiscalização nunca mais vai resolver o problema, porque mesmo que ponha um fiscal em cada contentor se eles estiverem a olhar para o lado põem lá o lixo e vêm-se embora. Quer dizer, não há dúvidas, as pessoas têm que estar convencidas para esta situação e, portanto, compete aos órgãos autárquicos também mobilizar as pessoas, cara a cara, olhos nos olhos, para realmente atingir esse objetivo.

Em relação à água o senhor vereador falou, eu já levantei o assunto várias vezes e hoje vim dizer que a resposta que tive e portanto eu podia ter ficado calado e não dizer nada, mas não, acho que tive uma resposta a resposta está clarificada e portanto vim pôr esta situação aqui, no entanto, nas situações anteriores o senhor vereador aquilo que dizia era que a água tinha condições para consumo humano, mas quando era perguntado se realmente era analisada ou não a existência de fibrocimento e portanto amianto na água essa situação não era esclarecida. Neste momento a ERSAR informa que a inalação do amianto é prejudicial à saúde provavelmente afetará os pulmões, a ingestão do amianto não faz mal à saúde eu aí lá está é uma questão de fé sou capaz de ter algumas dúvidas em relação a isso por isso é que eu solicitei a eles que me informem quais são os estudos para eu analisar os estudos sobre o assunto mas já fiquei minimamente descansado porque segundo eles posso comer à vontade amianto que não me faz mal, não posso é inalá-lo, espero bem que isto seja verdade e portanto esperamos que a situação se resolva.

**O Senhor Vereador Samuel Cruz**, quer dizer que em relação à minha intervenção o que eu disse que é a diferença entre a utilização do amianto, uma vez na América relataram a morte de um indivíduo que lá estava não tinha morrido o que lhe fez enviar uma nota à imprensa, “as notícias da minha morte são claramente exageradas”, e eu acho que nós andamos mais ou menos assim aqui nesta questão, é uma coisa semelhante.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, quer dizer ao nosso munícipe que o seu trabalho de pesquisa foi muito útil e esperar que tenha o estudo e que possamos novamente continuar a aprofundar este tema.

**O Senhor Rui Manuel Ferreira Marques e Nuno Miguel Araújo, morador na Praceta José Cunha Grosso, 3, 3º dtº, Torre da Marinha, 2840-599 Torre da Marinha**, eu queria esclarecer uma situação na Urbanização Santa Rita eu já estive cá em junho aqui numa destas reuniões e portanto queria saber realmente porque até hoje ainda não foi feito nada e gostaria de saber realmente em que ponto é que está a situação, ali a questão dos terrenos. Eu frisei cá também a questão do estacionamento abusivo que existe ali e são pontos que agora neste momento eu queria frisar um assunto que é o seguinte, tenho aqui fotografias gostava que estas fotografias fossem para a mão do Senhor Presidente porque é assim, estão lá dois contentores do lixo e o problema que há é por causa dos estacionamentos que fazem também ao lado do contentores, as pessoas estacionam os carros vai lá o camião não é despejado o lixo e não levanta e até dou razão aos funcionários da câmara porque é mau para eles estarem a levantar ali o lixo e passar por cima dos carros, tudo bem eu aí estou de acordo, agora é assim, eu acho que alguma coisa tem que se fazer e nessa situação porque agora está lá lixo que é vergonhoso ao ponto de já cheirar muito mal,

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, perguntou, estas fotos são recentes? Isto ainda lá está?

**O Senhor Rui Manuel Ferreira Marques**, sim ainda lá está se for lá neste momento ainda lá está precisamente isso. Estão aí uns pinos em plástico que nós metemos lá ontem, o que acontece é que houve ali pessoas que não moram ali vão apanhar o comboio e deixam ali os seus carros chegaram a tirar os pinos dali e pô-los ao pé do lixo e estacionam os mesmos carros em frente aos contentores do lixo, eu acho que isto chega a um ponto que provocam as pessoas que moram ali, nós já não sabemos o que é que havemos de fazer porque já tem havido ali problemas com as pessoas, as pessoas tornam-se agressivas nós não podemos dizer nada mas eu acho que nós



h  
M.G.T.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

temos o direito de fazer alguma coisa porque eu tenho lá uma placa que diz “exceto moradores”. Em Almada essas placas são respeitadas, em Lisboa também já me aconteceu e sabem perfeitamente que é verdade temos que respeitar, só aqui no Seixal é que acho que ninguém respeita essas placas, não é? E, portanto, eu gostaria que se fizesse alguma coisa por aquela urbanização que está um bocado esquecida pela Câmara Municipal do Seixal, e é muito triste, são ervas no passeio, aquilo não tem ponta por onde se pegue, uma urbanização nova, os andares foram bastantes caros e nós gostávamos de ver uma urbanização limpinha e isso não acontece, não é? Quem mora ali não está bem e agora a grande preocupação que está ali é o estacionamento abusivo e eu gostava de saber o que é que se pode fazer, nós já pensámos em pedir se podia ser posta uma cancela, os dísticos não sei se é possível. Eu gostaria mesmo que o Senhor Presidente fizesse alguma coisa ali para a Urbanização de Santa Rita.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, tem a informação que o Senhor Nuno Miguel Araújo quer intervir.

**O Senhor Nuno Miguel Araújo**, Senhor Presidente é basicamente aquilo que o Senhor Rui acabou de dizer. No caso da cancela não sei se é possível ou não, gostaria que o Senhor Presidente dissesse alguma coisa sobre isso o que é que é necessário se realmente nós podemos fazer isso ou não, os moradores ou a própria câmara fazer esse trabalho, e depois em relação aos dísticos também gostaria que o Senhor Presidente explicasse como é que nós podíamos resolver essa questão.

**O Senhor Vereador Jorge Gonçalves**, independentemente dos esclarecimentos ao senhor Rui Marques tendo em conta que já cá esteve e conforme já foi feito o enquadramento mas para que seja claro para todos lembrava que as obras de urbanização desta área que resulta em sequência do que o senhor Rui Marques refere dos passeios, dos parques de estacionamento nomeadamente em relação às urbanizações logo a seguir e na altura em ter explicado e também ter percebido o sentimento que tem por essa diferença de tratamento, as obras de urbanização, como devem calcular, não foram recebidas precisamente porque não foram cumpridos os projetos na sua totalidade e o cumprimento de todas as obras, também foi dada e informação de que no quadro das grandes opções do plano e orçamento para 2014 foram identificadas treze urbanizações prioritárias do ponto de vista do relacionamento dos processos de reconversão do ponto de vista das garantias bancárias das urbanizações assim estivessem todos os procedimentos desenvolvidos. Na altura também coloquei ao senhor Rui Marques que a primeira prioridade estava identificada e já está em estado mais avançado, era em Santa Marta mas a de Santa Rita era precisamente a segunda prioridade, já os procedimentos tinham sido desenvolvidos, por isso, para além de na altura já tivesse sido notificado o administrador de insolvência porque é neste caso que já estamos ou seja os problemas que houve foi porque entretanto também se pôs um processo de insolvência, e por isso o interlocutor com a câmara deixou inclusivamente de ser o próprio urbanizador, mas já foi feita essa notificação com vista à realização da vistoria de identificação dos trabalhos em falta que já se realizou ainda em julho/agosto e passado esse tempo e tendo em conta também aquilo que foi articulado com o administrador de insolvência foi já esta semana enviado o ofício para a Caixa Geral de Depósitos com vista ao acionamento da garantia em concreto. Quais são os passos a seguir, só para perceber tal e qual como aquilo que no conjunto dos senhores vereadores já conhecem tendo em conta a situação da segunda fase de Santa Marta que já aqui desenvolvemos com o acionamento desta garantia e ela tenha o seu efeito naturalmente junto da entidade bancária que julgamos que será positivo tendo em conta o conhecimento que o administrador de insolvência tem da situação e a comunicação que foi feita desenvolver-se-ão os procedimentos com vista aí sim à função da Câmara com responsabilidades a requalificação daquele espaço. Neste caso poderá estar em causa ou não a conclusão tal e qual dos projetos que estavam mas a sua revisão em qualquer dos casos aquilo que será importante que é a requalificação do espaços público que não estava recebido e já estava em condições, o que significa que a partir deste momento e assim que o acionamento das garantias bancárias tenha sido feito a Câmara terá uma intervenção direta no



h  
y. Lt.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

espaço, numa primeira fase, com uma requalificação maior e a partir daí com a manutenção e gestão tal e qual como faz nas outras urbanizações, coisa que até aqui não era sua responsabilidade. Para além de não ser da sua responsabilidade não o poderia fazer porque estava a pôr em causa inclusive o procedimento que agora estamos a colocar do ponto de vista do acionamento das garantias bancárias, e por isso eu julgo que no curto prazo teremos não só de desenvolver este projeto de requalificação que está em curso como tomar medidas concretas de minimização para já dos efeitos sobre o espaço público e a sua falta de manutenção, depois uma requalificação um bocadinho mais profunda e a partir daí as manutenções são recorrentes e por isso nessa fase terão o mesmo tipo de relação com a Câmara como têm as outras urbanizações todas do concelho, que são recebidas e naturalmente pelo menos não estas questões que estão em cima da mesa. Eu separava era as questões da urbanização das questões do estacionamento porque são matérias apesar de tudo diferentes ou seja esta intervenção que eu estive a referir que resultará do acionamento das garantias bancárias sejam claros só resolverá ou por outro só atenuará a questão do estacionamento se tiver também soluções de criação de mais bolsas de estacionamento, mas também percebem que naquela urbanização é um problema muito concreto tal como os outros parques da Fertagus com custos muito elevados. De facto as pessoas fogem a esses parques para não pagarem o estacionamento e depois terem um conjunto de estacionamento abusivo, sejam claros que do ponto de vista da Câmara o que poderá fazer nesta requalificação é ver se cria condições para mais bolsas de estacionamento e por outro lado para garantir que o estacionamento abusivo não tenha este tipo de consequências. Do ponto de vista do controlo do estacionamento abusivo são claramente as forças policiais que têm essa responsabilidade. Em relação à Câmara, independentemente das questões que o senhor já aqui colocou na outra reunião em relação quer à conclusão concreta da PSP para os efeitos que tenha devo dizer que o Senhor Presidente nesta altura não estará em condições de responder à questão da cancela pela simples razão que esse espaço não foi sequer recebido pela Câmara, só após o acionamento das garantias bancárias é que inclusive isso passa a ser da responsabilidade da Câmara. Estamos a falar de tudo não é? Estamos a falar de passeios, ruas, pavimentos e aí sim essa das árvores isso tudo com o acionamento das garantias bancárias passa a ser de responsabilidade da Câmara requalificar e manter, o que significa que essa situação não está a ser ponderada e no momento, de todo poderia ser ponderada porque não está na manutenção por parte da Câmara.

Nós estamos com um projeto também na Câmara referente ao modelo de estacionamento condicionado que neste momento está previsto iniciar-se em Corroios com problemas parecidos com os de Santa Rita no que diz respeito aos estacionamentos abusivos às urbanizações mais próximas da estação da Fertagus em Corroios, quero dizer que muito possivelmente com a implementação do estacionamento condicionado em Corroios e a sua avaliação, a zona da estação do Fogueteiro é prioritária seguir mais do que a dos Foros de Amora, em que a situação está menos má, vamos chamar assim, do que naquela zona, e será algo que podemos até agora no projeto de requalificação que vamos desenvolver poder até já prever esse tipo de soluções e ver qual é a melhor solução para ela.

**O Senhor Vereador Paulo Cunha**, relativamente a esta questão eu estive ontem neste local não combinei nada com estes senhores não vêm cá com a mínima combinação ou articulação com a minha ida ao local, no entanto por coincidência estive lá e estive a analisar alguns problemas, mais ainda do que aqueles que foram aqui expostos por estes dois senhores municipais, mais ainda numa outra vertente que eu iria colocar no período de antes da ordem do dia mas como foi agora colocado aproveitei e vou falar deles. Alguns deles a resposta do senhor vereador portanto que eu também iria colocar eu acho satisfatória do meu ponto de vista até ver parece-me absolutamente satisfatório porque eu sabia que de facto que o construtor tinha entrado num processo de insolvência e eu queria saber o que é que a Câmara tinha feito, as diligências que tinha tomado após essa situação de insolvência do construtor, porque parecia-me a mim que a Câmara tinha feito pouco. Vendo agora as respostas que o senhor vereador deu sinto-me satisfeito com as respostas e apenas expectante no sentido de acompanhar aquilo que vai ser feito posteriormente e parece-me perfeitamente o que foi dito. Outras questões ficaram por



4. 67.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

responder e que não têm efetivamente a ver com a questão do construtor, uma delas tem a ver com a questão do lixo eu também tive as mesmas fotografias que ainda não chegaram a nós mas que eu estive no local e posso dizer que não preciso de ver porque eu estive lá, eu vi o lixo que aí está, certamente só se hoje de manhã foi retirado, portanto, como pelos vistos não foi retirado mantém-se lá e de facto é uma situação complicada, portanto, era um dos apelos que eu iria fazer uma das situações que eu iria colocar quando há bocado falava da proliferação, em nexos de causalidade porque este lixo que fica ali depositado durante muito tempo que cria a proliferação de baratas e de ratos, etc. Nós sabemos, mas também é este tipo de lixo. Por outro lado, e ainda no que diz respeito ao lixo, devo dizer que segundo relatos de alguns moradores a questão não se passa só com o estacionamento abusivo da parte da Fertagus ou das pessoas que vão para apanhar o comboio e deixam lá o carro durante o dia, até porque o carro do lixo não passa que eu saiba, não sei se passa lá durante o dia ou não, não é só esse o problema transmitiram-me e eu gostaria de perguntar ao senhor vereador e gostaria que ele averiguasse essa situação que há um estacionamento proibido, isso não me transmitiram porque eu vi "interdito, só para moradores" e que a PSP tentou portanto bloquear o acesso a um carro do lixo quando lá ia passar. Isto foi o que me foi relatado, portanto, não estou a dizer que se passou efetivamente mas queria deixar esta situação que o estacionamento estava para os moradores e que a PSP vedou o acesso à recolha do lixo parece-me absolutamente ridículo mas foi transmitido e eles desde aí deixaram de recolher o lixo, tanto mais agora, a grande verdade é esta e eu faço isto como desafio neste lugar onde estão estes depósitos do lixo, o lixo está lá por recolher do outro lado da rua o lixo está recolhido do outro lado da rua em que os senhores são moradores eu vi e portanto não é tão ridículo, aliás é ridículo que tenha acontecido, agora aconteceu e o senhor vereador tome nota, estamos a falar dos dois lados da rua, um está recolhido no outro não está, e este lixo que não está recolhido, está todo por fora, à volta do outro lado estava tudo limpinho. Portanto, passou por ali de certeza, não foram certamente os moradores que foram recolher aquilo, portanto esta uma das situações que eu tinha para colocar a questão do lixo. Mas depois há outras situações que me merecem aqui algum tipo de reflexões e que não tem só a ver com o construtor, a Câmara Municipal também tem algum tipo de responsabilidade no ordenamento do trânsito e no ordenamento de outro tipo de situações, uma delas tem a ver com a própria toponímia do sítio, que por acaso estes senhores moradores vieram aqui dizer que aquele sítio, se fechar a praceta, aqui foram referidos dois nomes, Santa Rita mas depois está aqui a Praceta José Cunha Grosso, por acaso eu andei lá à procura da placa e não vi, não existe placa, pronto este é um dos pontos e esta é outra das situações que eu queria abordar, não só não existe a placa como há muitos moradores que não têm o nome daquela rua, até diziam que não tinha nome. Já agora, eu não sei Senhor Presidente, isto é da sua competência, não sei se os senhores podem responder a isto ou não, não é só não ter placa, não tem placa e não sei exatamente este nome, andei à procura do nome.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, perguntou se, a urbanização é que se chama Quinta de Santa Rita e tinha um nome comercial que era outro qualquer que já não me recordo, não é? A praceta não tem a placa toponímica, não é? É isso? Não tem a placa toponímica, mas tem esse nome, certo? É a morada que os senhores deram da vossa habitação, certo? Portanto, a artéria tem essa designação, está no município com essa designação, agora, de facto, a placa não se encontra lá.

**O Senhor Vereador Paulo Cunha**, era essa questão que eu queria colocar, tem nome, não tem é placa, são coisas diferentes, eram duas questões que eu tinha como diferentes. A terceira questão parece-me que tem alguma relevância, tem a ver com o seguinte, a questão do estacionamento não se coloca só para aquelas pessoas que vão utilizar o estacionamento da Fertagus, ou que vão utilizar o comboio e que deixam lá o carro, coloca-se também para outras pessoas porque há uma escola, um infantário, julgo que é a "Escolinha de Sonhos", em que as pessoas naturalmente vão deixar os seus filhos e vão buscá-los diariamente e reivindicam e com alguma legitimidade a possibilidade de terem um estacionamento condicionado temporário de cinco ou dez minutos. É uma realidade à qual a Câmara Municipal não pode fechar os olhos, é melhor que não feche os olhos e tem a ver com mais dois acessos. O que é que se vai fazer com estas pessoas que



4.41

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

querem estacionar o carro temporariamente? Estamos a falar de um conjunto de carros que o têm de fazer de manhã e à tarde e que não têm nenhum tipo de resposta por parte da Câmara, os titulares do infantário reivindicam naturalmente um acesso a uma rua que está aqui em parte da praça também ela está condicionada com sinalização vertical, mas eu acho que era curial da parte da Câmara Municipal encontrar uma solução a contento não só dos empresários que têm aquele estabelecimento de ensino e dos pais que têm lá os filhos mas também dos próprios moradores. Também por questões de operacionalidade não se põem questões de estacionamento só para aquelas pessoas que vão apanhar o comboio e que deixam lá os carros durante o dia, portanto, era outra realidade e é outra resposta que eu pedia aqui para o Senhor Presidente encontrar, mas há mais as outras respostas que à partida estariam respondidas, naturalmente, com a resposta que o senhor vereador Jorge Gonçalves deu, com as *démarches* vão ser tomadas posteriormente, tinha a ver com as obras de requalificação daquela zona parece-me que estão absolutamente necessitadas essas em si não vou colocar, mas na rua em frente que é a rua principal que está entre a escola, neste caso entre o prédio e a Fertagus, há três ou quatro lugares de estacionamento que também eles não estão requalificados. Penso que a Câmara Municipal, pelo menos provisoriamente, podia resolver o assunto que eu estou aqui a dizer, Senhor Presidente, eu acho que é rua do Casal do Marco não tenho a certeza, mas é a rua que está em frente à Fertagus e o prédio dá pelo menos dois lanços de estacionamento que estão ainda inoperacionais por muito pouco, às vezes até uma madeira aquilo resolvia, uma solução qualquer provisória, resolvia-se pelo menos ali seis lugares de trânsito, pelo menos para os da escola resolvia, não é só uma questão de salvaguarda a questão das pessoas que vão utilizar a escola é uma questão de salvaguardar também todos os outros moradores que são importunados por essa situação e não vejo ali qualquer tipo de solução para além dos espaços verdes mas pronto essas foram as que eu disse que já estavam resolvidas.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, a primeira questão é que, salvo erro, recentemente fizemos uma ação de desmatagem naquela zona em Santa Rita, não é? Independentemente das questões que o Senhor Vereador Jorge Gonçalves colocou relativamente à receção daquela urbanização, primeiro tinha um esclarecimento, eu não disse que o problema era só a falta de civismo, não é certamente, aliás podíamos referir o concurso que abrimos recentemente para a entrada de 31 trabalhadores para o quadro da Câmara nesta área da Divisão de Salubridade que não preenche o número de trabalhadores que saíram nos últimos anos e passaram à reforma nesta mesma divisão mas é um avanço, é uma recuperação relativamente aos meios humanos que dispúnhamos, não referia as ações de sensibilização que realizámos, referiu o senhor vereador o poder de fiscalização que também estará integrado nesse esforço e referiu também ações, mais do ponto de vista de equipamentos, que levámos ao fim-de-semana para o terreno para resolver algumas questões pontuais e ao fim-de-semana quando puxámos equipamentos de outras divisões para este objetivo.

Relativamente à questão concreta, o senhor vereador esteve no terreno e viu que no outro lado da rua os contentores estão limpos e portanto não havia necessidade de deixar o lixo ali, não havia necessidade porque os outros estavam vazios, agora a questão que se coloca é a seguinte, realmente há ali um problema de estacionamento que dificulta a manobra e põe em causa a sua segurança na retirada daqueles moloques, estamos a falar de umas centenas de quilos que são elevados e que depois se caírem em cima de algum carro temos aqui os moradores a dizer “e agora quem é que me paga o carro?” Pronto, é um problema naturalmente que temos que resolver, eu não conheço aquela questão, com a policia acho que isso são mais conversas que outra coisa, é um problema que temos que resolver, temos que encontrar uma solução, a pressão do estacionamento é grande, como colocaram, e encontrar ali uma solução, cada vez que o carro passa e vazar porque aquilo é um tipo de equipamento que é muito difícil de ficar cheio, quer dizer cada vez que o carro passa se fosse retirar de lá o saco do moloque aquilo dá para uma quantidade de tempo como vocês sabem tem uma capacidade muito grande e aguenta bastante. Vamos ver aquela situação naturalmente e procurar resolver rapidamente e temos que continuar a encontrar soluções que permitam quando o carro ali passar poder vazar os moloques.



h  
y.l.t.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, disse que, é de facto uma situação para nós preocupante. Já é de alguns anos, é uma situação que se tem vindo a agravar com o tempo, no entanto, quer em termos do processo das garantias bancárias que já está a decorrer, como ouvimos, seguir-se-á depois a intervenção da Câmara. Vai ser esta a fazer as obras, aliás, é um processo mais ou menos idêntico ao que está acontecer em Santa Marta do Pinhal cujas obras vão iniciar. Vão iniciar brevemente e, foi um processo também que teve muitos anos. Para concluir, em Santa Marta as pessoas não percebiam porque é que o passeio terminava ali e depois não continuava, porque é que haviam áreas que não eram tratadas, de facto nós também, mas é mesmo assim a justiça às vezes demora algum tempo, são processos justamente burocráticos, há questões legais a observar que são complexas, há problemas com falência de empresas, até chegar a esse ponto. Gostava de reafirmar o nosso compromisso, portanto, numa melhoria da situação para os próximos tempos. Vamos continuar a acompanhar, tal como disse, sobre a questão da cobertura da escola, são processos que estão andar, a acompanhar, com certeza que os senhores devem vir cá mais vezes, nós iremos ter convosco, portanto, para acompanhar este processo até à sua resolução e normalização em termos da nossa vida comum.

**O Senhor Nuno Miguel Araújo**, só para dizer que o caso com a polícia sinceramente acho que não foi esse o problema, não foi a polícia que causou aquele problema mas sim as pessoas que estacionam lá e que vão apanhar o comboio eu penso que essa aí é que é a principal causa. Também queríamos apresentar algumas soluções para resolver o problema e uma delas era colocar junto ao sinal que tem lá de acesso proibido, o sinal "proibido parar e estacionar", um sinal complementar, para poder eventualmente assim a polícia já poder intervir, e também em frente à zona dos caixotes do lixo colocar, por exemplo, uns pinos de ferro ou assim qualquer coisa para os carros do lixo poderem trabalhar depois com segurança. Ambas as situações podiam, eventualmente, resolver ali a situação.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, respondeu que, foi útil, parece-nos uma situação adequada, de todo o modo vamos tentar recolher o lixo. O senhor vereador já deu essa ordem para recolher o lixo o mais rapidamente possível e o Senhor Vereador Jorge Gonçalves, para além da questão das infraestruturas em si da obra, esta questão do sinal de trânsito é também uma questão pacífica, podemos realizá-la rapidamente e vamos acompanhando a situação. Sobre a questão do estacionamento, ela é diferente e é mais complexa do ponto de vista da sua resolução. Nós câmara ainda não temos um regulamento geral de estacionamento, está em preparação, e que depois por sua vez irá dar origem a um regulamento para estacionamento condicionado, portanto, na Quinta da Mata em Corroios, na zona de Foros de Amora e depois também na Quinta de Santa Rita, na Torre da Marinha, Fogueteiro. Só quando tivermos esses dois instrumentos legais é que temos legitimidade para implementar as questões relacionadas com a reserva de estacionamento a moradores. Essa é a nossa intenção. Infelizmente por motivos de muita pressão no nosso gabinete jurídico têm sido muitas as intervenções, os regulamentos que têm ficado um bocadinho para trás. Porque só com esses dois instrumentos é que a Câmara tem legitimidade para em parceria com a polícia não só emitir esses dísticos de moradores, fazer reserva com a sinalização adequada e depois ter a fiscalização por parte das forças de segurança para autuação ou mesmo a remoção dos veículos para o nosso depósito municipal. Falta-nos estas duas peças legais para que depois possamos intervir. É também uma situação que penso que já tinha transmitido ao senhor na última reunião. Ainda não está resolvida, vamos continuar a acompanhar para ver se conseguimos. Foi com o senhor comissário que nós conversámos sobre esta questão dos regulamentos e foi exigência da PSP a existência de regulamentos, não fazer esse trabalho sem os regulamentos e nós fizemos os regulamentos que, estão neste momento em apreciação jurídica. Vamos ter que pedir à Assembleia Municipal para que o regulamento possa estar em apreciação pública, o regulamento estará em apreciação pública durante o tempo que estiver, depois vêm as informações da apreciação pública, é ponderada nos serviços a alteração ou não a esse regulamento, depois volta novamente à Assembleia Municipal para aprovação, depois de aprovação segue para publicação em Diário da República. Só quando for publicado em Diário da República é que se torna eficaz, no meio tem duas aprovações em reunião de Câmara porque só



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

*h*  
*M. L. t.*

vai à Assembleia Municipal depois de aprovado neste órgão onde estamos. Isto é só para percebermos, às vezes as coisas não acontecem tão rápido por que a lei assim nos obriga a este modo de funcionamento.

**A Senhora Sílvia Baltazar, moradora na Rua 25 de Abril, 55, Foros de Amora, 2845-210 Amora**, a minha vinda aqui prende-se precisamente com a resposta que a senhora vereadora deu na última Assembleia Municipal onde eu estive, que sim senhor ia haver uma intervenção na escola, a Câmara já saberia que intervenção finalmente fazer para poder de uma vez por todas resolver o assunto das infiltrações, mas a senhora vereadora acrescentou também que iria ser feita essa intervenção assim que as condições climatéricas assim o permitissem. Desde o dia 29 até à passada segunda-feira não chove daí eu ter vindo aqui e não vi nenhuma intervenção por parte da Câmara na escola, então para quando a finalização dessa intervenção?

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, disse que poderia responder a essa situação. Penso que foi patente naquilo que ouviu, a Câmara não tem ainda as condições para iniciar a intervenção, o empreiteiro desloca-se este sábado para finalizar a recolha dos elementos que permitem em estaleiro montar as estruturas metálicas que depois vão ser colocadas na cobertura. Portanto, não está lá ainda mas de certa forma a coisa já está encaminhada é uma questão também de dias, vamos continuar a acompanhar, da nossa parte tudo estamos a fazer para que de facto a obra se concretize no mais curto espaço de tempo, infelizmente assim não tem sido, lamentamos esse facto.

**A Senhora Sílvia Baltazar**, certamente há uma data, se há uma adjudicação, ou data de início e há data de fim.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, respondeu que, a adjudicação estará concluída e depois terá uma data, neste momento eu não consigo dizer qual é, mas o senhor vereador esteve lá com o empreiteiro com certeza poderá, portanto, informar.

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, o tempo máximo previsto para a intervenção é um mês, trinta dias, dependente também das condições climatéricas, uma parte está a ser feita em estaleiro essa anda e depois da construção dessas estruturas, como a senhora vereadora explicou, acertamos com o senhor empreiteiro. Queríamos o trabalho ao sábado e ao domingo para causar o mínimo de impacto e para questão de segurança também das crianças eu penso que se as condições forem boas que acabamos antes, mas pronto temos este limite e acertámos com ele, naturalmente, se houvesse chuvas no fim-de-semana compreendíamos que havia algum atraso em resultado disso mas valia também o esforço possível para concretizar este objetivo.

**O Senhor José Baltazar**, a nossa tristeza é imensa vemos que só se começa a fazer alguma coisa quando os pais solicitam, apesar de haver pais que estão há quatro anos, a última intervenção na cobertura foi há seis anos, tem havido várias intervenções da escola não ao nível da cobertura, aquilo que nos disseram hoje é que estão a fazer o levantamento de áreas ou seja não começaram a trabalhar ainda para a cobertura, quando é que vai começar mesmo a trabalhar na escola, estão a fazer o levantamento vão fazer o projeto porque pelo que eu percebi vão montar uma cobertura em cima da existente estão a fazer um levantamento para depois começar a obra em estaleiro é isso? Ou seja quando é que vão montar, quando é que vão começar a trabalhar em estaleiro? Para quando começam a intervir na escola daqui a uma semana? Daqui a duas?

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, respondeu que, diremos quando tivermos essa informação mais em concreto. Hoje não conseguimos dizer porque essa questão não depende só de nós, depende do empreiteiro, da sua preparação em obra como todos devem compreender. Mas no entanto penso que temos a situação perfeitamente caracterizada, está encaminhada iremos informar os senhores assim que tivermos conhecimento exato do dia em que começa a obra



6  
y. Gt.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

efetiva lá em cima na cobertura, iremos informar para que depois os senhores possam acompanhar.

**O Senhor José Baltazar**, é que os nossos filhos continuam à chuva, é que naquela escola chove eu não sei se vocês lá foram, mas chove mesmo de uma ponta à outra, na sala dos nossos filhos estão empilhados uns em cima dos outros porque chove no meio da sala, chove às pontas, não sei, acho que tem havido aqui incompetência de alguém porque para aquela escola chegar ao ponto em que está é muito triste.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, afirmou que nessa medida por ser triste e não ser adequado o município está a tomar as devidas diligências nos termos portanto que conseguirmos fazer. Infelizmente e já foi dito não conseguimos fazer mais cedo. Os senhores terão a apreciação que tiverem sobre esta matéria, nós estamos a trabalhar ao máximo para conseguirmos fazê-lo, outros se calhar poderiam fazê-lo mais cedo talvez não o tenham feito, não é? Mas, estamos empenhados em conseguir concretizá-lo. Quero agradecer a vossa participação, vamos continuar acompanhar a situação.

**A Senhora Alexandra Agra, moradora na Estrada João Bacharel – Quinta Santa Teresinha, 2845-000 Amora**, o que me traz aqui é que eu fiz um contrato de arrendamento com os proprietários de um estabelecimento no qual não têm água, entretanto, dirigi-me aqui à Câmara Municipal para pedir o contrato de fornecimento de água o qual foi negado, negado porque me disseram que os proprietários tinham uma dívida para com a Câmara, coisa que eu acho que não tenho nada a ver com isso, entretanto, daí para a frente sempre tentei entrar em contacto com Dra. Paula Carvalho, o que sempre foi negado também porque diziam que estava em reunião ou porque tinham saído, até que consegui falar com o Senhor Raúl Machado a meu pedido. O Senhor Raúl Machado disse que havia duas hipóteses, ou os proprietários pagavam, entravam num acordo para fazer o pagamento, eu então teria que fazer um contrato de arrendamento mas na totalidade do prédio, ou seja, a totalidade da quinta. Assim foi feito, fiz esse contrato assim vim depois à Câmara outra vez fazer o contrato de fornecimento de água que me fizeram no dia 06/08, no dia seguinte tinha lá um papel a dizer que não me fornecem água porque o ramal estava cortado, voltei novamente aqui para saber o que é que se passava, simplesmente disseram-me que não me davam água porque os proprietários tinham uma dívida, entretanto, o Senhor Ricardo Esteves alertou-me que havia outro contrato, acho que eram uns senhores da discoteca que eu nem sequer o conhecia, foi feita uma reunião com o Senhor Ricardo Esteves e com o Senhor Leal não me lembro do primeiro nome do senhor, no qual que não poderia avançar porque havia dois contratos e somente um deles poderia ir para a frente. O senhor da discoteca disse que prescindia do contrato dele e acho que assim foi feito e eu segui com o meu contrato para a frente, no qual foi novamente recusada a água. Tive uma reunião com o Senhor Vereador, recusou-me novamente a água e agora dia 30/09 aparece-me uma fatura em meu nome para pagar, eu paguei a fatura e vim reclamar porque afinal eu tenho contrato no qual quando eu vim reclamar também que tinha pago esta fatura e exigi água disseram que me devolviam o dinheiro e anulavam-me a fatura e então fiz uma reclamação no livro de reclamações e estou à espera de resposta porque é assim, eu estou lá a morar já perdi clientes, eu moro com os meus dois filhos que têm 1 e 5 anos e não tenho condições nenhuma para viver sem água, e no dia 1 quando eu dou conta não tenho contador de água, fui à polícia e fiz uma queixa que me tinham roubado o contador, mas quando eu cheguei à quinta o meu funcionário disse-me que afinal não tinha sido roubado foi a Câmara que o foi lá tirar, porque ele viu o senhor da câmara a tirar o contador da água. Gostava de obter uma resposta porque é que não me querem dar a água se eu tenho um contrato, porque é que me retiraram o contador, já estou há mais de dois meses sem água, os cavalos têm água do furo, mas é só para tomar banho, não podem beber água do furo, eu não posso beber água do furo, os meus filhos não podem beber água do furo e estou a viver sem água e ninguém me consegue resolver a situação numa coisa que eu acho que não tenho nada a ver com isso e não tenho dívidas.



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

4  
A. Cunha

**O Senhor Vereador Joaquim Tavares**, referiu que, a senhora munícipe veio colocar um problema que nós conhecemos, já a atendi sobre a matéria já lhe dei a informação, aliás, ela própria relatou. O contrato que a senhora apresentou não é um contrato de habitação, isso também não lhe foi dito na reunião relativamente a essa matéria, existem três contratos para o mesmo ramal para o mesmo prédio entregues na Câmara em diferentes momentos mas, no entanto, em todo este espaço que medeia entre a entrega do primeiro e até hoje, aquilo que foi dito nas reuniões que houve, quer com o adjunto, quer com os técnicos, foi que só é possível haver um contrato para o todo do prédio, não é possível haver contratos parcelares para um único ramal. Acontece que a determinada altura apareceu um contrato do todo mas no contexto em que já havia mais dois contratos parciais e, portanto, o entendimento da Câmara é que havia ali um contornar da situação que não estava claro e que, portanto, não deveria dar seguimento a esse fornecimento do ramal. Houve, realmente, um registo do pedido de contrato que rapidamente foi reconhecido que não tinha condições de avançar e por isso não se fez a instalação. Acontece que do ponto de vista informático não foi dado baixa e, portanto, a fatura saiu com os consumos mínimos. Na altura em que a senhora veio reclamar foi-lhe dada nota de que seria reposta essa importância do montante que pagou, fez uma reclamação no livro verde que naturalmente terá a resposta adequada, e relativamente às questões que colocou do fornecimento de água, portanto não há condições para garantirmos o fornecimento. Aquilo que lhe dissemos, aquilo que continuamos a dizer, enquanto não forem esclarecidas essas questões, e isso não tem a ver com o facto de haver uma dívida, o problema da dívida é um problema que também está a ser tratado no quadro respetivo com os proprietários, enfim, vamos ver como é que o resolvemos, esta situação é uma situação de que nós não podemos fazer numa casa a instalação de vários contadores, aquilo é um todo e, portanto, só tem um ramal e só se pode dar pelo todo. Pode dizer-se, "mas em determinada altura apareceu um contrato para um todo", sim mas já lá estava. Portanto, há aqui uma situação que é muito pouco clara e que cria muitas dificuldades à Câmara em dar uma resposta, são outros a reivindicar que também tinham direito a esse fornecimento de água e este é um problema muito mais complexo do que aquilo que eu estou a explicar, como se deve calcular, mas é isto que está em cima da mesa e, portanto, não lhe posso dizer mais que isto, naturalmente terá os seus direitos e pode evocá-los da forma como entender, nós pensamos que estamos a tomar a atitude mais correta relativamente à situação que nos foi criada.

**O Senhor Vereador Paulo Cunha**, só vai fazer uma intervenção muito breve na sequência de muitas outras que se têm feito aqui em situações similares. Apelar não só ao senhor vereador, mas sei que ao senhor vereador não é necessário fazê-lo porque tem essa sensibilidade, mas tendo em conta as especificidades que aqui estão a ser trazidas não é contornar a lei que lhe peço, até porque sou jurista, mas tendo em conta o acesso a um bem essencial de que aqui estamos a falar não só é importante a Câmara Municipal encontrar uma solução, como é essencial encontrá-la muito rapidamente. É um assunto que é conhecido do senhor vereador, portanto, urge encontrar uma solução, não vou dizer que a culpa é da Câmara Municipal, vou dizer que o senhor vereador está a analisar, provavelmente até poderá ter toda a razão do ponto de vista jurídico e processual mas urge encontrar uma solução, até porque já se encontraram soluções nesta neste órgão em outras situações, não diria similares mas em que também era necessário fazê-lo.

**A Senhora Alexandra Agra**, senhor vereador, desde o primeiro dia que pus aqui os pés que me disseram que não me davam a água porque os proprietários tinham uma dívida e os dois contratos existentes a que o senhor vereador se está a referir foi simplesmente o senhor vereador que me mandou fazer, que não aceitou que o primeiro contrato tivesse só uma parte da quinta mas a quinta na totalidade, era assim que o senhor vereador queria que eu fizesse e assim o fiz, por isso é que há a existência dos outros contratos antigos, portanto, há três contratos que são meus em meu nome. Se eu fiz o que o senhor vereador disse não fui eu que o inventei, portanto, afinal eu estou a fazer as coisas corretas não sei porque é que ainda me continuam a negar a água.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, interveio para dizer que, esta é de facto uma matéria complexa, há aqui aspetos que não podem ser expostos nesta sala, matérias de algum



4  
y. Lf.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

nível sigiloso que nós não vamos apresentar, reservávamos para tratar esta questão o mais rápido possível para que possamos resolver o problema, quer para a senhora, quer para a própria Câmara Municipal. Penso que isso será o desejável para todos desde que se consiga utilizar um entendimento. O que sugeria era que ficássemos por aqui, o vereador colocou aquilo que podia dizer, nós registámos, vai ser escrito na ata da reunião municipal e, portanto, viremos também dar uma resposta, quer à sua missiva, quer à reclamação à questão em concreto para que, de facto, possamos definitivamente esclarecer qual é o caminho e depois os senhores entenderão qual será o melhor. Estamos disponíveis, para nós será sempre aquele que implique um acordo entre proprietários e município. Outros caminhos serão não desejáveis, eu gostava muito que conseguíssemos fazer o entendimento entre todos, esperamos que as coisas corram bem e possam ser resolvidas o mais rapidamente possível.

**A Senhora Maria Celeste Tavares, moradora na Praceta Quinta do Serrado da Igreja nº 3 – 6º A, Amora, 2845-437 Amora,** após cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores e Municípes, informa que é herdeira da proprietária, ou melhor, uma das herdeiras da proprietária da Quinta, e na sequência da intervenção da dona Alexandra expõe o seguinte, a quinta que é referida é a Quinta Santa Teresinha, onde existe o centro hípico e a discoteca HK. Esclarece que, enquanto herdeiros da quinta, têm uma dívida com a câmara municipal de elevado montante desde 2007, entretanto foi feito um acordo de pagamento em 2012 para pagar a água. Durante o ano de 2012 pagaram o valor de dois mil e tal euros, quase três mil euros por mês, fora a fatura corrente de água, entretanto perante a situação da dona Alexandra, consultou o regulamento da câmara, que estipula que os municípes têm que pagar seis meses de faturação em atraso e não anos, e que os municípes são avisados do corte de água através de carta registada, 10 dias antes de efetuarem o corte. No entanto, nunca foram avisados de tal e estão a cobrar anos de água. Diz ter falado com o senhor vereador Joaquim Tavares a semana passada, e este disse-lhe que na terça-feira ou quarta-feira, daria uma resposta, como não houve qualquer resposta, daí a sua presença aqui hoje. Refere que não tem possibilidades, mas não quer dizer com isso que não consumiu a água, nem que não a quer pagar. Diz que paga a água, mas não o valor de dois mil euros por mês, acrescido do consumo da água, que agora é da responsabilidade da dona Alexandra. Tanto a parte da discoteca como a parte dos cavalos, diz não conseguir pagar a água à câmara, nem outras dívidas que tem, logo diz não ter condições para pagar dois mil euros. Adianta que, está fora de questão, pois fez um acordo ou melhor propôs um valor ao senhor vereador para pagar mensalmente, julga ser um valor irrisório, mas é simplesmente o que pode pagar, para não cair em incumprimento. Acrescenta que não tem culpa que em 2013 a Dra Paula Carvalho tenha feito um acordo com os arrendatários da discoteca HK, pois entende que não tinham que fazer acordo nenhum, pois o contrato da discoteca, ou melhor o contrato de água estava em nome da sua avó, e foi feito um acordo com os arrendatários, não entende porquê. Questiona se tal acordo não tinha que ser feito com a proprietária. Coloca outra questão, que tem a ver com o contador, este está em nome da dona Alexandra, já não está em nome da sua avó. Esclarece que a avó faleceu, quer isso dizer que, a quinta agora não tem água, vão cortar o contrato de água com a senhora Alexandra, pergunta. Não podem voltar atrás, a lei não permite, agora diz pretender pagar os seis meses de água em atraso, porque é o que o regulamento diz. Pergunta também, porque é que com tantos anos de água com pagamento em atraso nunca a puseram em tribunal, nem aos seus irmãos. Para receberem o que está em dívida, adianta que se calhar existe alguma irregularidade.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal,** pensa que já respondeu o que era possível responder sobre esta matéria, há aspetos aqui complexos sobre este assunto que estão a ser analisados e que nós iremos dar uma resposta.

**O Senhor Vereador Samuel Cruz,** é para uma nota muito breve até porque também tenho responsabilidades nomeadamente na defesa do consumidor aqui na área e não decorre do regulamento decorre da lei geral dos serviços básicos e portanto a dívida de serviços públicos essenciais com mais de seis meses prescreve e não é de todo obrigada a pagar, não há dúvida



4  
A. L. t.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

nenhuma acerca dessa matéria, com acordo ou sem acordo diz que em relação à ação judicial prescreveu e portanto eu acho que há algo que dentro da câmara temos sempre que respeitar que é a legalidade e, portanto, quanto a isso não me parece que existam qualquer tipo de dúvidas.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, disse que, antes da lei há a moral, e a moral e a pergunta que faço, e já disse isso aqui numa reunião, é que moral é que os senhores têm que devem a água ao município? Eu pago a minha água todos os meses e as pessoas mais pobres pagam a água e os senhores são proprietários, entendem que não devem pagar a água, não pagam e, digamos assim, ou escusam-se em vários expedientes para não o fazer. Portanto, antes do direito e antes da lei está a moral, e não podemos aceitar que entidades, pessoas, empresas, etc., que supostamente cumprem com a sociedade, é assim que queremos, não só as pessoas cumpridoras ou empresas cumpridoras com a sociedade e com a comunidade, cumpram com toda a gente exceto com o município, com o pagamento da água, quando o município até tem tarifas 30% abaixo da média da área metropolitana de Lisboa. Tem tarifários sociais e fazemos todos os dias, aliás, a senhora vereadora Corália Loureiro todos os dias emite vários perdões de água a pessoas que de facto não conseguem pagar, mas há um esforço das pessoas, nota-se esse esforço, querem pagar há um acordo e há perdão e as coisas vão avançado. Estamos disponíveis para isso de boa-fé, para avançamos numa solução, agora oportunistas imorais escudados em leis, esses serão debatidos nos fóruns certos, não é aqui na reunião de Câmara com certeza. Não sou juiz, depois veremos o que dirá a lei, agora que fique muito claro que a Câmara Municipal não pode aceitar que as pessoas mais pobres deste concelho paguem a sua água e que as pessoas que não querem pagar a água se escudem para não pagar, isso não podemos aceitar, não é aceitável, o município não merece esse tratamento, nós não fazemos isso a ninguém, nós não usamos de forma coerciva ações para cobrança, nesse sentido o que fazemos é termos muita disponibilidade para negociar, fazemos acordos de pagamento, há uma avaliação pelas nossas assistentes sociais. Se as pessoas não conseguem é feita essa avaliação, é depois proposto em despacho da senhora vereadora e do senhor vereador para alguns perdões de dívida de água. Como tal, temos pessoas que vão gratuitamente às piscinas municipais, pessoas que não têm possibilidades e têm recomendação médica para os filhos que têm um problema físico, têm frequência nas piscinas municipais, transportes gratuitos para crianças com dificuldades, nos transportes adaptados, as crianças do município vão às piscinas municipais ou à pista Carla Sacramento também de forma gratuita, portanto, tem que haver o princípio da boa-fé na nossa sociedade e é por isso o apelo que eu faço a todos, não é? Faço à senhora que é a proprietária, faço à senhora que é a arrendatária, aos vereadores, faço a todos que nos escutam. Eu penso que todos nós temos que independentemente das nossas convicções pelo menos cumprir com aquilo que nos faz diferentes dos outros animais, que é de facto a nossa consciência, os nossos princípios e o viver em sociedade, isso é fundamental para, de facto, conseguirmos crescer enquanto povo, não é? Porque se é esta luta entre desiguais, este egoísmo, o que queremos para a nossa sociedade, não sei onde é que vamos parar. Sinceramente, temos que partilhar responsabilidades é verdade, mas temos que partilhar deveres e os deveres mínimos são estes, estes são os deveres mínimos, se estivéssemos a falar de um município como Paços de Ferreira que tem água com valor exorbitante, não é? Sobretudo quando temos água a 30% da média da área metropolitana de Lisboa, de facto, eu acho isto incompreensível do ponto de vista moral. Deixe-me dizer-lhe a si muito claramente, é incompreensível vir-se alegar questões legais para não querer pagar a água tal como todas as pessoas pagaram a sua água, portanto, tudo faremos para que o interesse público seja salvaguardado, porque a senhora ao não pagar, outras pessoas estão a pagar por si, essa é que é a realidade e, portanto, não podemos aceitar isso, naturalmente.

**O Senhor Vereador Samuel Cruz**, acerca desta matéria, começando pelo custo da água, sendo certo que a água no concelho do Seixal é mais barata do que em outros locais, nomeadamente, na área metropolitana de Lisboa e em especial na margem norte diga-se que nem por isso é menos rentável a sua exploração, para colocar a questão onde ela deve ser colocada. Ou seja, existe um aquífero no Seixal e que estende por todos os lados água de elevada qualidade. Isso



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

4. Lt.

quer dizer que no Seixal faz-se um furo e retira-se água em condições de ser consumida, a do Castelo de Bode quando chega à cidade tem más condições e precisa de ser tratada, ou seja, é evidente que é completamente diferente o custo da exploração da água no concelho do Seixal daquele que é da margem norte de Lisboa e, pese embora seja 30% mais cara a da margem norte ela não dá tanto lucro como aquela que dá no Seixal, aliás a Câmara Municipal do Seixal não cumpre quanto a esta matéria uma coisa e não cumpre deliberadamente, conversa que nós os dois já tivemos antes, diz a legislação que a exploração da água deve ser individualizada em centro de custos, porque a água nem aqui nem em nenhum concelho deste país deve dar lucro, é uma coisa demasiada essencial á vida que os custos de exploração devem estar equiparados com aquilo que é a sua venda. E isto é um princípio básico para todos nós mas a única maneira que dizemos e sabemos é se do ponto de vista contabilístico criamos centros de custos para sabermos quanto é que estamos a explorar e quanto é que ganhamos a vender, é obrigatório já há vários anos e a Câmara não faz isso, do nosso ponto de vista mal e, Senhor Presidente, há alguns anos estávamos a tratar disso mas a verdade é que continuamos sem tratar e, portanto, em relação ao custo é isto que eu tenho para dizer.

Estamos obrigados a um princípio que é o principio da legalidade podemos pensar e ter as opiniões que quisermos acerca dos assuntos, mas somos obrigados a responder e respeitar a lei, nisso não há dúvidas nenhuma, e o principio da legalidade aqui o que diz é que a Câmara desde que não cobre nos seis meses subsequentes não pode cobrar e, portanto, o que é que isto quer dizer? Em primeiro lugar o legislador não é tonto, e porque é que criou a lei desta forma? Para evitar questões deste tipo, a água é um bem essencial à vida, e quem explora a água tem que tomar medidas muito claras para cobrar uma dívida sobre pena de se tornar tão exorbitante de se tornar impagável. Neste momento não é pagável mas não se pode privar ninguém de utilização, é justamente o que está aqui em causa, se o Senhor Presidente da Câmara quer responsabilizar alguém por esta situação, responsabilize os responsáveis da Câmara Municipal do Seixal no qual se inclui o senhor Presidente da Câmara porque era Vice-Presidente, por não ter cobrado em tempo devido. Porque, de facto, chegou-se a uma situação no concelho do Seixal, que não é a única, em que ninguém pagava a água ou melhor pagava quem queria porque nem se cortava a água nem se tinham ações judiciais, uma situação absolutamente disparatada até ao ponto que depois se contratou uma empresa para fazer os cortes e mesmo essa empresa também não trata todos por igual, porque disse logo que na Quinta da Princesa e Jamaica não fazia cortes a ninguém e portanto aí também não há moralidade nenhuma. Portanto, devemos perceber do que é que estamos exatamente a falar e aqui no quadro legal a questão põe-se assim, mais de seis meses a dívida não é cobrada, não é cobrável e, portanto, tem que desaparecer. A Câmara não pode fazer nenhuma diligência ao arrepio da lei, porque há o principio da legalidade do funcionamento dos órgãos autárquicos, ao arrepio da lei cobrar uma dívida que sabe que não é exigível se o fizer está a incorrer na responsabilidade pelos prejuízos que cause. Ou seja, aquela senhora que quer arrendar uma propriedade e não pode por dificuldades na água tem todo o direito a no futuro vir pedir a renda à Câmara. Dizem-me que eu tinha uma dívida que não é exigível e eu deixei de ganhar este dinheiro e portanto tenho aqui lucros certos e os senhores vão ter que me pagar a renda que eu deixei de receber, é claro que, Senhor Presidente, isso é a leitura da legalidade. Depois há a leitura política que é aquela que o PS claramente não defende que é, "está bem façam isso, a Câmara tem muitos advogados, tem muito dinheiro, tem muito tempo e, portanto, vamos seguir para o tribunal o tempo que quiserem e até lá a gente não fornece água", e aí o PS não alinha, do ponto de vista político não alinha, a Câmara ou qualquer instituição pública não se pode valer sabendo a razão do ponto de vista legal não lhe assiste, fazer-se valer da sua situação leonina ou superioridade para obrigar o partido popular a fazer aquilo que entende que os seus responsáveis entendem, isso não pode acontecer do ponto de vista político, temos razão não podemos continuar com a água cortada. Depois há um outro patamar, que é o patamar moral, mas o patamar moral não se coloca no exercício das nossas funções, eu tenho a minha opinião pessoal acerca desta situação, mas não a trago para aqui justamente porque é pessoal, e aqui não é o Samuel Cruz que está em causa é o Vereador Samuel Cruz, e necessariamente o Vereador Samuel Cruz e o Samuel Cruz pessoa/individuo têm opiniões diferentes sobre os assuntos, a questão moral para aqui, do meu ponto de vista, não é chamada.



h  
h. C. t.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, disse que, já sabemos que o PS não concorda que as pessoas usem expedientes para não pagar, esse não é o nosso procedimento, não só nesta situação como numa outra o senhor vereador fez exatamente a mesma coisa, teve o mesmo discurso. Não estamos de acordo, é natural, somos pessoas com princípios diferentes o senhor é advogado e tem os seus princípios eu não sou e tenho os meus, e portanto eu não concordo com isso, nós não nos demitimos dos princípios, eu não me demito serei sempre o mesmo, hoje estou Presidente, amanhã já não estou e mesmo assim os princípios ficam sempre. Essa é que é a situação no exercício dos nossos cargos, nas nossas tarefas de responsabilidade temos que aplicar esses princípios em que acreditamos e nos valores que temos. Não é por ter gravata que fico com princípios diferentes, peço desculpa, mas isso são princípios de diferença pessoal o senhor terá a sua opinião eu tenho naturalmente a minha cada um terá a sua, eu penso que não vale a pena continuarmos com este diálogo até porque não ajuda na prossecução da nossa ordem de trabalhos.

**A Senhora Maria Celeste Tavares** Disse ao senhor Presidente que no início da sua intervenção admitia que tinha uma dívida para com a câmara, diz ter noção que tem uma dívida com a câmara, e diz não se recusar a paga-la. Inclusive refere que na sexta-feira passada teve uma reunião com senhor vereador Joaquim Tavares para lhe propor um pagamento da dívida, diz que, o que não pode pagar é quase três mil euros por mês. Acrescenta que, o senhor Presidente está a dizer que é valores morais e que tem que pagar, mas valores morais diz ter, sabe que deve, e não disse o contrário. Acrescenta que não deverão colocar palavras na sua boca que não disse, para além disso, esclarece que amanhã dirigirá-se à câmara, para efetuar o pagamento dos seis meses, pois entende que é o que a lei diz. De seguida refere que aguarda pela resposta do senhor vereador para aceitar a proposta que fez, para pagar mensalmente determinado montante. Refere ainda e como o senhor vereador Samuel disse, tinham que cortar a água com 10 dias de antecedência, e proceder ao aviso dentro dos seis meses e não de anos, desde o ano de 2007 a 2012.

**O Senhor Vereador Samuel Cruz**, Senhor Presidente, também do ponto de vista moral, e eu tenho essa responsabilidade, qual é a moral de, enquanto vereador da Defesa do Consumidor, as pessoas dirigem-se à loja do Rio Sul e dizem assim "olhe tenho aqui a dívida da Portugal Telecom, do gás, da eletricidade, seja o que for e os serviços dão a informação a dizer que mais de seis meses não tenho que pagar" e depois naquilo que toca à causa própria agem de maneira diferente não faz sentido nem é moral.

**A Senhora Vereadora Vanessa Silva**, quis referir uma primeira questão, é que nós estamos no ato público somos uma Câmara Municipal e temos obrigação enquanto eleitos de defender o interesse público, temos uma munícipe que usou da palavra no período aberto à população e que a primeira coisa que fez foi o reconhecimento de uma dívida para com a Câmara Municipal e não disse que não pagava e portanto perante esta situação não resta nenhum tipo de dúvida, a Câmara deve receber esta dívida porque as pessoas que consomem água são obrigadas a pagar e isso é elementar em qualquer exercício de um cargo público, é que nós devemos receber as dívidas dos munícipes e tratá-los todos de igual maneira, portanto, eu revejo-me em absoluto no que o Senhor Presidente da Câmara aqui referiu e relativamente à legislação que refere as questões de cobrança de seis meses tratam-se sim de procedimentos relativamente a esta matéria mas nunca vi em lado nenhum dizer que não era possível cobrar dívidas a munícipes que querem pagar dívidas que reconhecem que têm e, portanto, eu acho que isto é uma falsa questão. Acho que honestamente nós deveríamos avançar com a nossa discussão e o que é fundamental aqui é que os nossos munícipes sintam que têm todos o mesmo tipo de tratamento, nós todos sabemos que pagamos a nossa água para garantir que é possível fornecer água a cada um e a todos nós porque o serviço público da água é um serviço que é fundamental ao conjunto da população e a cada um de nós como indivíduo e já agora devíamos também de nos preocupar o facto de podermos estar neste fórum a discutir esta matéria, mas o nosso Governo estar ao mesmo tempo que nós a preparar-se para privatizar este serviço em sítios específicos para poder



12  
A. C. T.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

tratar deste assunto e nós agora podemos abanar a cabeça e dizer que não mas eu gostava de saber quantos dos senhores munícipes que aqui estão ou mesmo dos senhores vereadores que podem ter algum sitio onde discutam com os membros do Governo sobre este tipo de matérias. Como vereadora nem sequer me respondem às cartas que dirijo aos membros do Governo e, portanto, acho que era útil que tivéssemos todos a preocupação de não ficarmos em dívida no futuro.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, disse que o senhor vereador irá dar a resposta, volto a dizer, o nosso interesse, quer o do proprietário e o do arrendatário, é o de resolver a questão em conjunto, fora disso ninguém ganhará.

**A Senhora Ana Luzia Borralho Rita Braga, moradora na Rua 1º de Maio, 5, 2º Esq., Cruz de Pau, 2845-597 Amora**, antes de mais eu gostava se fosse possível que estas fotografias chegassem ao Senhor Presidente, foram fotografias que foram tiradas por pais no primeiro dia de aulas deste ano letivo para terem noção do estado em que está realmente a escola, eu por impossibilidade de trabalho não pude vir à outra reunião onde vieram certos pais, fui dos pais que nos movemos no ano passado e indo de encontro ao que ali o vereador Luís Cordeiro pôs, levantava certas questões à vereadora Vanessa Silva e a quem quiser intervir.

A minha filha está no quarto ano isso quer dizer que já é o quarto ano em que ela está ali porque ela não chumbou ano nenhum, desde que ela entrou, no primeiro ano, estava no rés-do-chão realmente não tinha infiltrações, só no refeitório é que se via de vez enquanto lá umas manchas, alguma água no chão e isso era só quando eu ia pagar a refeição, porque de resto nós só nos podemos guiar pelo que os nossos filhos nos dizem, que os nossos filhos nos trazem para casa. No segundo ano ouvia rumores que havia infiltrações, perguntei como mãe preocupada que sou e disseram-me “ah já vieram cá limpar as caleiras, já cá vieram ver, limparam as caleiras”, tudo bem, entretanto, no segundo ano letivo ela passou para o piso superior, nós íamos às reuniões e realmente víamos os estados dos tetos, víamos como é que estavam as coisas perguntávamos à professora isto está assim porquê? Porque eu não estou só a falar por mim, estou a falar por mim e este ano sou representante dos encarregados de educação da sala da minha filha, estou a falar por eles, porque infelizmente eu acho muito triste eu sou mãe, sou encarregada de educação o meu trabalho não é estar aí como vocês estão, vocês estão a trabalhar e eu para estar aqui tive que faltar ao trabalho, e eu acho muito triste virem-me chegar aos ouvidos que não têm tido conhecimento da situação, foi feito o ano passado um abaixo-assinado onde nós andámos a recolher assinaturas, o abaixo-assinado foi endereçado ao Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Presidente da Junta de Freguesia de Amora, Diretor do Agrupamento da Escola Paulo da Gama e Associação de Pais do Agrupamento de escola Paulo da Gama, eu só tenho a dizer que nós estamos desesperados, porque qual será o dia que começa a chover como esteve hoje e aquilo cai em cima das crianças, como é que nós nos podemos deixar ficar parados, esperar que vocês dizem que vão meter uma cobertura e vai depender conforme estiver o tempo isso não quer dizer que seja resolvido esta semana e quem me garante que o teto não cai amanhã? Que chove e cai amanhã em cima daquelas crianças? E vocês? O que é que vocês vão fazer? Quando eles estiverem no hospital vão lá e vão visitá-los? Ou quando a gente estiver infelizmente, Deus queira que isso não aconteça, a velar os nossos filhos? É porque estamos a falar da cobertura de uma escola, eu não sei se vocês têm noção, continuando como nós sem receber resposta de lado nenhum, posso dizer que esse abaixo-assinado as assinaturas foram recolhidas em maio. Entretanto há pais que deveriam estar aqui e que não conseguiram vir, não fui eu que enviei as cartas, eu sim andei a recolher as assinaturas juntamente com outros pais, sei que a carta deve ter sido enviada aí em junho mais ou menos, não recebemos resposta de lado nenhum, então o que é que nós fizemos? Nós como pais solicitámos uma reunião junto com o responsável do pelouro da educação que foi marcada para dia 3 de junho eu não pude vir também por motivos profissionais vieram outros representantes reuniram-se com a Dra. Maria João Macau, e o Dr. António Nabica que se prontificaram, “sim senhor a gente vai resolver”, isto em 3 junho, “sim senhor a gente vai o resolver o problema agora vão começar as férias, está bom tempo, estejam descansados, vamos resolver o problema, entretanto vamos manter o contacto convosco”. Não



4  
y. Ct.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

mantiveram contacto, entretanto, nós enviámos um *e-mail* porque nos foram facultados os endereços deles, o primeiro que foi enviado dizia *"vimos por este meio saber como estão a decorrer as obras na Escola EB1 Paivas, nomeadamente, o telhado da escola conforme a nossa conversa com a Câmara no passado dia 3 de junho de 2014, sabemos que se deslocaram à escola duas vezes nesta semana, ainda antes de terminar as aulas, mas não sabemos o resultado desta deslocação nem tão pouco se houve mais algum desenvolvimento neste sentido"*, responderam? Ninguém respondeu, foi endereçado a essas duas pessoas com quem se fez a reunião no dia 7 de julho, dia 14 de julho foi enviado novo *e-mail* a dizer, *"boa tarde, continuamos sem resposta ao vosso pedido de esclarecimento, aguardamos resposta vossa com urgência"*, continuámos sem resposta. A escola EB1 das Paivas fica no fundo de um jardim onde eu costumo ir com as minhas filhas realmente não vi nenhuma intervenção de vez enquanto ia lá perguntar se tinham ido lá, e a resposta era *"não, não tem vindo cá ninguém"*, mas eu vi durante as férias intervenções na escola EB1 Quinta do Conde de Portalegre nomeadamente a pintura da escola, agora digam-me o que é que é principal? É a pintura, eu não digo que aquela escola também não precisasse de uma pintura, ou é a cobertura destes desgraçados que é mesmo assim, são uns desgraçados porque eles infelizmente nós falando com os professores têm que desmembrar a sala toda para conseguir dar aulas em dias de chuva, ainda a semana passada houve um menino que levou a manhã inteira a chorar porque foi para o intervalo e quando chegou à sala tinha o livro todo encharcado, eu não sei o que é que vocês estão à espera desculpem da maneira como estou a falar mas é assim eu estou revoltada contra isto, eu e os outros pais que aqui estão, porque isto não é uma coisa de agora isto é uma coisa em que realmente têm ido lá fazer intervenções, eu tenho perguntado e as intervenções que têm feito, infelizmente, é limpar caleiras, as intervenções não sei o que é que chega à vereadora Vanessa Silva mas é limpar caleiras, o estado em que a escola está não é limpar caleiras que vai resolver nem é fazer durante os fins-de-semana que vai resolver a questão da cobertura, não seria melhor fecharem a escola durante uma semana e durante aquela semana realizarem a obra? É que estamos a falar de crianças, educadores, funcionários que estão lá dentro, eu gostava que vocês pensassem refletissem um bocadinho, se fossem os vossos filhos? Este ano já fiquei a saber que a presidente da associação de pais não tinha recebido a carta e eu arranjei o *e-mail* dela e enviei-lhe uma carta com o dito abaixo-assinado para ela ver visto que ela dizia que não tinha recebido. A resposta que me deu foi *"a carta deve-se ter perdido por aí"*, e eu vou ler aqui o *e-mail* que lhe mandei, um bocadinho que é muito extenso e *"já agora tenho uma carta redigida para enviar aos meios de comunicação social será que devo enviá-la?"* e a resposta que ela me deu foi assim, posso ler porque é breve, *"estive na escola e já estou inteirada da situação, só me faltava mesmo esta vossa carta peço que me dê alguns dias para ver se me dão respostas pois já vi a reclamação anteontem daí ter ido hoje à escola, após esta deslocação darei uma resposta, se não o fizerem até ao início da próxima semana aí sim poderá acionar os meios"*. E eu esperei, mais uma vez fizemos figura de parvos todos nós ficámos à espera, porque nós confiamos em vocês, nós confiamos que vocês fossem solucionar o problema que não fosse necessário vir aqui, entretanto dia 19 de setembro ela reenviou-me um mail que foi o último contacto que eu tive com essa senhora um *e-mail* que o Dr. António Nabiça da Câmara Municipal do Seixal lhe enviou a dizer *"acusámos a receção do seu ofício de 17/09 solicitando a intervenção no sentido de resolver as infiltrações existentes na EB1 das Paivas que mereceu a nossa melhor atenção, aproveitamos para informar que a autarquia está a acompanhar o problema, a desenvolver os procedimentos conducentes à resolução da situação com a brevidade possível"*, mas isto não mete nenhuma cobertura na escola, eu agora gostava que me respondessem a todas estas questões me conseguissem desembrulhar estes nós todos, porque eu não consigo entender como é que um problema destes se arrasta há tanto tempo e nós todos estamos aqui faltámos ao nosso trabalho, quem é que nos vai pagar esse dia de trabalho? Vocês estão a fazer o vosso trabalho eu acho lamentável nós termos que nos deslocar aqui para fazer com que vocês façam o vosso trabalho, isto não é uma coisa que começou este ano, isto é uma coisa que nós andamos a arrastar há anos, eu tenho provas disso, não estou a falar só de boca como as outras pessoas que aqui estavam porque estas pessoas começaram a intervir souberam da situação no ano passado são pais de alunos de segundo ano e começaram a intervir principalmente este ano e eu entretanto não tendo respostas vossas, vocês têm uma



4.51.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

página no *facebook* penso que tenham sido vocês que a criaram certo? E redigi uma crítica à Câmara relativamente à escola, “por favor que alguém me ajudasse” onde teve várias partilhas foi visionado por várias pessoas, mas é engraçado não foi visto por ninguém da Câmara, ninguém da Câmara foi capaz de responder ou de dizer nós estamos a fazer isto ou aquilo, nada e o que é que eu fiz? Comecei a escrever isto é só para vocês saberem nós não vamos parar aqui, comecei a escrever para outros órgãos de meios de comunicação social, já escrevi para a RTP, já escrevi para a SIC, já escrevi para a TVI já escrevi para outro jornal do Seixal que não é este, não é o Boletim do Seixal e se nós não virmos isto resolvido o próximo passo fechamos a escola, porque os nossos filhos não vão estar dentro daquela escola prestes a cair o telhado em cima não vão, vocês arranjem uma solução mais breve possível dêem-nos um prazo, dentro daquele prazo se a situação não estiver resolvida nós passamos para outras instâncias, porque isto não pode continuar assim eu não sei se vocês sabem, devem saber, a conservação e a manutenção dos edifícios de jardins-de-infância e 1º ciclo são da vossa alçada, não é? De vez em quando devem fazer vistorias às escolas, penso eu, e se calhar já se deveriam ter deparado com a situação em que estavam os telhados da escola porque aquilo não é deste ano, e vocês veem vocês imaginem o que é que é estar a dar aulas numa escola assim pensem só um bocadinho e agora pensem se a resolução que vocês aqui nos apresentaram é a mais acertada, eu gostava que alguém se faz favor me respondesse.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, referiu que, em primeiro lugar a sua preocupação é claramente justificável bem como dos restantes pais porque de facto a situação onde chegámos não é situação sustentável. Eu já disse isso há pouco e estamos a fazer todos os esforços para conseguir concretizar a intervenção, essa responsabilidade antes de mais é minha, sou o Presidente da Câmara Municipal e aí, de facto, não consegui resolver o problema mais cedo. Mas o nosso compromisso é tentar resolvê-lo dentro das próximas semanas para que consigamos impedir que a água volte a entrar dentro das salas de aula.

Segunda questão, não temos nenhuma informação que de facto haja um perigo de ruína da cobertura. A avaliação que foi feita pelos técnicos portanto pelos nossos engenheiros, não nos diz isso, há infiltrações, é verdade, da deficiente impermeabilização da cobertura, mas nada indica que haja perigo de ruína em termos estruturais da própria cobertura. Se isso acontecesse nós seríamos os primeiros, como é natural, a dizer fechem a escola vamos tomar medidas falávamos com o agrupamento etc., tomaríamos todas as medidas.

Terceira questão, de facto não temos *facebook* e fazemos um esforço para estar junto dos nossos munícipes, temos reuniões descentralizadas, temos sessões da Assembleia Municipal descentralizadas, não neste período, e para além de todos os canais *e-mail* etc., livro de reclamações, livro verde, temos todos os canais à disposição dos munícipes, de facto só *facebook* é que não temos.

Não nos faz feliz ter esta situação, como devem imaginar, não estamos alegres, nós somos daqueles que fazemos um grande esforço para que as nossas crianças tenham a melhor educação. Aliás o município do Seixal é reconhecido já há muitos anos, não é deste mandato, desde sempre elegemos a educação pública como fator decisivo na construção democrática, isto não são só palavras, investimos muito dinheiro não só em infraestruturas como equipamentos, como em projetos todos os anos com equipas técnicas para que as nossas crianças tenham o melhor. Falhámos aqui, é verdade, mas vamos rapidamente repor essa situação, tão rápido quanto possível, já hoje deram aqui várias informações quer a senhora vereadora quer o senhor vereador para conseguirmos fazê-lo. Veja, nós estamos com muitos problemas na educação no concelho do Seixal há este problema que é do município e hoje vamos abordar isso, agora a seguir na nossa tomada de posição mas temos questões a colocar: temos escolas a funcionar, abrem de manhã fecham à tarde e na semana seguinte ao contrário, não é? Por falta de trabalhadores, falta de professores temos escolas com obras há seis anos, por exemplo, na escola João de Barros há quatro anos que estão essas obras paradas e as crianças e os professores estão a ter aulas em contentores, os pais também deviam ter essa vossa dinâmica para ir junto do Ministro da Educação e da Direção Geral para ver se conseguiam interceder. Queremos muito que as pessoas venham aqui à Câmara Municipal expor as suas situações porque essa é a nossa



4  
y. G. t.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

missão estamos cá para isso, estamos cá para ajudar e aliás eu tenho dito existimos para resolver problemas ou pelo menos tentar resolver os problemas. Agora sabemos que o concelho do Seixal é o 15º do país, tem 160 mil habitantes temos, portanto, muito problemas para resolver mas quero dizer que apesar dos poucos recursos com que estamos confrontados e cada vez menos anualmente, para o ano vamos ter menos de 500 mil euros do FAM – Fundo de Apoio Municipal, estamos muito empenhados em conseguir ultrapassar todas as situações. Deste lado, apesar das diferenças tem aqui onze pessoas muito empenhadas para resolver todos os problemas, aliás quase todos partilhamos responsabilidades no executivo da Câmara e isso é também um sinal de força deste executivo da Câmara Municipal do Seixal. Poucos são os executivos que nas câmaras têm eleitos do PSD, do Bloco de Esquerda e do PS junto à CDU ao mesmo tempo, estão todos a trabalhar em conjunto, nós temos isso na Câmara Municipal do Seixal isso é uma mais-valia porque apesar das diferenças nós nestas coisas quando é para trabalhar vamos todos juntos. Isso não haja qualquer dúvida, assumimos a nossa falha não conseguimos em tempo útil resolver o problema no verão vamos tentar fazê-lo agora e depois vocês tirarão as vossas ilações sobre a nossa responsabilidade.

**A Senhora Ana Luzia Borralho Rita Braga**, outra questão que eu levantava aqui foi uma questão de que só tive conhecimento este ano letivo e pelo que me foi indicado pela escola também já chegou a vocês e é o seguinte, os alunos daquela escola estão sem *toner* para a fotocopiadora pelo que me foi explicado tem que ser feita uma encomenda para o agrupamento, do agrupamento não sei se é em plataforma se é para vocês sei que em parte vocês aqui também estão envolvidos para se conseguir chegar. Acho lamentável que está pedido desde junho, pelo que me foi dito, ainda não chegou à escola, existem muitos miúdos, não é o caso da minha filha, que não têm manuais, os professores querem dar aulas e não podem imprimir nada para dar às crianças, não conseguem copiar um livro, eu não sei se são os pais que não têm possibilidades de adquirir sei que alguns que estão à espera dos escalões do ASE, não sei se já foram emitidos ou se estão à espera que venham livros, sei que há muitos miúdos que não têm e que os professores não têm maneira de tirar cópias. Ontem foi o presidente da junta de freguesia à escola, não sei por que motivo, se terá a ver com alguma coisa que tenha chegado aos ouvidos dele e foi questionar as crianças na escola sobre o que é que fazia ali falta, muitos deles falaram na cobertura e houve alguns que falaram realmente na tinta para a impressora porque eles não se sabem exprimir e então o presidente da junta de freguesia disse, *"eu a nível da cobertura não posso fazer nada, mas eu vou oferecer o toner à escola dê-me as referências porque vocês não podem estar a trabalhar assim e caso precisem tirar cópias até chegar o toner venham à junta de freguesia tirar as cópias"*. Se vocês puderem ajudar a libertar o *toner*, se puderem fazer com que possa chegar à escola, se realmente estiver nas vossas mãos eu agradecia também que se tentasse resolver essa situação.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, comentou que, de facto, também hoje falou com o Presidente da Junta de Freguesia de Amora, aliás, sobre esta matéria também tenho essa indicação que ia adquirir o *toner* e outras coisas que estão lá em falta na escola mas, de todo o modo, deixe-me dizer o seguinte. Estamos confrontados com uma situação relativa à questão das fotocopiadoras das escolas, uma situação complexa não só pela diversidade dos equipamentos como pela sua quantidade. Nós já acertámos com os diretores dos agrupamentos o novo modelo relativamente à questão das fotocópias, o novo modelo que passa por parte do município de uma verba que permita às escolas adquirir os equipamentos ou arrendarem equipamentos, é um novo modelo que existe que parece que tem melhores resultados, e que já existe nas escolas dos 2º e 3º ciclos. Isso fica da responsabilidade dos agrupamentos e nós vamos implementar nas escolas do 1º ciclo, vamos transferir mais verbas para as escolas, para os agrupamentos, para levarem esse modelo. Cada agrupamento tem o seu modelo diferente, uns é o da administração direta, outros é aluguer operacional ou uma coisa qualquer do género que se chama, ou por número de fotocópias, e assim vamos conseguir resolver o problema. Estamos naquela fase de transição onde os nossos serviços e empresas externas continuam a reparar essas fotocopiadoras mas já temos acertado este modelo para funcionar a partir de janeiro. De facto, não estamos a ter



4  
g. 4.1.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

condições em termos operacionais para dar resposta à inúmera quantidade de reclamações porque depois disso vinha da escola para o agrupamento, do agrupamento para a Câmara, da Câmara para a empresa, depois a empresa não dava resposta, ia lá depois não estavam, na semana seguinte já era outra, isto multiplicado pelas 35 escolas que temos no concelho, do 1º ciclo, a confusão estava generalizada. Refletimos sobre isto e decidimos avançar por este caminho que nos parece melhor, ou seja, vamos responsabilizar o agrupamento pelo modelo a adotar nas suas áreas ficando a Câmara Municipal de transferir as verbas necessárias e a partir daí pensamos que vamos conseguir, pelo menos, ajudar a normalizar a situação. Entretanto as juntas de freguesia estão disponíveis para continuar a prestar esse apoio e têm um contrato de execução que assinaram com a Câmara Municipal também para prestarem esse apoio. Nessa medida apesar da situação neste momento não estar normalizada ela irá tendencialmente neste fim do primeiro período normalizar. Portanto, foi uma medida que precisámos de tomar porque não estávamos satisfeitos com a situação e reunimos com os agrupamentos, pedimos soluções, depois fizeram a proposta, começou-se o ano letivo e vai-se implementar a partir de janeiro. Quero agradecer a vossa presença, vamos acompanhar a situação, iremos dar-vos nota sobre a situação.

**O Senhor Vereador Paulo Cunha**, todos os que estamos desta sala defendemos o interesse municipal, o interesse público, mas não temos graus de responsabilidade iguais, não só em cada pelouro mas também do ponto de vista político e também é importante dizer o seguinte, os pais que aqui vieram, em primeiro lugar estão a fazer aquilo que do ponto de vista cívico é de louvar, estão a lutar pelos filhos e pelo interesse público, portanto, a vossa vinda cá é sempre de louvar e numa luta a que acham que têm direito. Em segundo lugar, não podemos ter um documento que é uma tomada de posição pela valorização da escola pública, vamos ter o Senhor Presidente e os senhores vereadores da CDU a acusar o Governo de todas as coisas que não tem feito e muitas delas estão corretas e estarão a fazer um apelo ao vereador do PSD como fazem sempre a dizer isto aqui o que interessa é o interesse público, o que interessa é a defesa do município o que interessa é a defesa dos munícipes isso é o que verdadeiramente interessa, esquecendo-se das suas próprias responsabilidades, porque bem prega a Frei Tomás. A grande verdade é que há um conjunto de responsabilidades da Câmara Municipal do Seixal, há um conjunto de responsabilidades deste executivo que a responsabilidade é única e exclusivamente deste executivo não se consegue tentar desrinçar a responsabilidade ou tentar estender essa responsabilidade para outros órgãos de soberania não se consegue por mais esforço que façam não conseguem fazer isso mas sobre essa responsabilidade não conseguem, mas depois temos aqui uma tomada de posição muito bem elaborada com cinco folhas, mas o que eu tenho para dizer até porque vamos discuti-la a seguir é que eu tentei junto dos responsáveis governamentais aquilo que eu posso fazer, tentar responsabilizá-los ou tentar encontrar respostas porque eu acho que a Câmara Municipal efetivamente tem muitos motivos para fazer esta tomada de posição neste caso contra o Governo, e contra os órgãos tutelados pelo Governo, mas a Câmara Municipal para ter algum motivo de legitimidade e de moralidade é preciso que saiba cuidar da sua própria casa e esta Câmara Municipal em alguns aspetos não o sabe fazer.

**A Senhora Vereadora Vanessa Silva**, pedia a palavra não para me dirigir à munícipe se bem que gostava de agradecer a forma clara como aqui colocou as questões porque é esse contributo que nós também precisamos de ter nestes períodos abertos à população e agradeço-lhe por isso, colocar aqui algumas questões ao Vereador Paulo Cunha.

Primeira questão, a moralidade e a grande diferença da moralidade é que nós temos um problema que aqui está colocado e que tomamos todas as medidas para o resolver e temos 35 escolas do 1º ciclo e algumas com jardim-de-infância, temos a previsão de como é que se resolve o problema e no passado também fizemos medidas para resolver o problema que não correram como nós esperávamos e é importante que fique claro que é uma coisa bem diferente daquilo que o senhor vereador está a relatar relativamente ao Ministério das Educação, nós temos um planeamento como sabe cumprimos o planeamento que temos, porque os problemas existem nós não temos dúvidas nenhuma mas quais são as medidas concretas perante um problema, como é que se resolve, porque relativamente a este problema como é que se resolve está visto, podemos não



✓  
M.C.T.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

estar satisfeitos por não ter sido resolvido antes, podemos não estar satisfeitos por não saber quando é que termina a intervenção podemos isso tudo, mas sabemos que há um caminho que está a ser percorrido, senhor vereador, e é muitíssimo grande não me venha cá comparar. E as escolas que não estão a funcionar não é por falta de funcionários da Câmara apesar do Governo manter a redução dos 3% dos funcionários públicos na proposta do orçamento de estado.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, proferiu que, não vale a pena estarmos aqui com troca de galhardetes entre nós acho que isso não ajuda, o senhor vereador terá toda a liberdade de responder a seguir. Quero agradecer aos pais a vossa presença e esperamos vê-los novamente quando já tivermos portanto a obra em execução e depois de concluída verificarmos se ela corresponde à eliminação total das infiltrações e depois naturalmente teremos outras questões para continuar a trabalhar, porque a verdade é esta não somos perfeitos mas esforçamo-nos muito para atingir um elevado nível de qualidade.

### II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Tomada de posição: Pela Valorização da Escola Pública.

#### **Tomada de posição Pela Valorização da Escola Pública**

É da maior importância que o país valorize o sistema de Ensino Público, dotando-o de objetivos, estruturas, programas e de meios financeiros e humanos que permitam a concretização do direito à educação a todos os Portugueses e a todos os níveis de ensino. Um sistema público de ensino que assegure a escolaridade obrigatória com carácter universal e gratuito, e que estabeleça como objetivo a formação integral do indivíduo.

Num ano em que se assinalam os 40 anos da Revolução de Abril, importa valorizar uma das suas mais importantes conquistas e os ganhos que com ela se alcançou, como a quase erradicação do analfabetismo, a oferta generalizada da educação pré-escolar, a criação de contextos de inclusão educativa, uma redução significativa das taxas de insucesso e abandono escolares, a resposta positiva que foi dada a sucessivos alargamentos da escolaridade obrigatória, o acesso de muitos milhares de jovens ao ensino superior.

Contudo há ainda muito por fazer e a abertura do ano letivo 2014/2015 é, uma vez mais, marcada pelos constrangimentos e agravamento da instabilidade nas escolas em consequência das medidas impostas pelo Governo, nomeadamente a ocorrência de erros e consequente anulação e reformulação dos processos de contratação de professores e educadores de infância, que conduziram a atrasos no início da atividade letiva, com mais de 70 professores por colocar no concelho.

As anteriores medidas como o aumento do número de alunos por turma, a extinção/redução drástica de ofertas educativas e formativas, o fim de desdobramentos de disciplinas experimentais, a não autorização de projetos ou atividades importantes para as escolas, o agravamento dos horários de trabalho dos docentes e as alterações na componente letiva dos horários, contribuíram para a redução do número de docentes, com impacto negativo na organização e funcionamento das escolas, e com repercussão na qualidade de ensino e aprendizagens, agravado ainda pela insuportável insuficiência do pessoal não docente e pelo alargamento dos seus horários de trabalho, e pela substituição por "horas de limpeza" ou pessoal não qualificado, ou em muitos casos pela total ausência de medidas de resposta às insustentáveis carências de assistentes operacionais e técnicos nas escolas.

Com o agravamento das condições económicas e sociais que afetam a generalidade das famílias, a publicação, mais uma vez tardia, do Despacho nº 11306-D/2014 de 8 de Setembro, relativo às medidas de Ação Social Escolar, causou de novo injustificados constrangimentos no processo de atribuição dos apoios aos alunos mais desfavorecidos, resultando na morosidade na gestão de processos, por parte das escolas e dos municípios. Por outro lado os apoios, no âmbito deste



## Município do Seixal

### Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

h  
M.G.T.

programa de ação social escolar, continuam a não garantir a gratuidade dos manuais escolares na sua totalidade aos alunos, na escolaridade obrigatória.

Os coordenadores das escolas básicas do 1º ciclo, em escolas com menos de 250 alunos, passaram a ter desde o ano letivo 2011/2012, componente letiva, ficando sem disponibilidade para as tarefas que lhes são cometidas, situação esta, que se mantém no presente ano letivo, com implicações negativas na gestão escolar.

Ainda neste quadro, ao nível da rede das bibliotecas escolares, mantém-se a redução do número de docentes/número de horas atribuídas aos professores bibliotecários, para o apoio às funções com consequências no processo de aprendizagem.

Agravam-se os problemas de insuficiência de pessoal, docente e não docente, para o acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), mascarados pela constituição de turmas que desrespeitam as normas que vigoram relativamente a estes alunos, com a presença de mais de dois alunos com NEE, em turmas que muitas vezes têm mais de 20 alunos e a não colocação de pessoal técnico especializado nomeadamente psicólogos e professores de língua gestual, que deixam, por exemplo, turmas da unidade de surdos do Agrupamento Terras de Larus sem este apoio, o que inviabiliza o normal processo de ensino / aprendizagem destes alunos.

A falta de pessoal auxiliar nas escolas de todos os ciclos de ensino, à exceção do pré-escolar (que é uma responsabilidade da autarquia) assume-se ano após ano como um problema de grande relevo, em que não são cumpridos os rácios legais, já por si insuficientes. Por exemplo a forma de cálculo para os assistentes administrativos, tem por base apenas o número de alunos da escola sede do agrupamento e não de todo o agrupamento. É já tido como normal, o recurso de trabalhadores a horas ou a CEI - Contratos de Emprego de Inserção, para desempregados com duração máxima de 12 meses e sem formação nem competências para as funções a exercer, que alguns agrupamentos do concelho representam já mais de 50% do total de Assistentes Operacionais. Neste momento os órgãos de gestão dos agrupamentos debatem-se com falta de informação sobre os processos relativos à colocação de contratos de emprego e inserção, em alguns casos já autorizados mas não colocados.

No concelho do Seixal, mantém-se o problema dos horários duplos nos vários níveis de ensino. Existem escolas básicas sobrelotadas com mais de 10 turmas, acima do limite da capacidade inicial das escolas e de acordo com a tipologia das mesmas. Encontram-se neste caso, a EB 2.3. Pinhal de Frades, a EB 2.3. Vale de Milhaços, bem como várias escolas do 1º ciclo de ensino, apesar do esforço da autarquia que este ano procedeu à abertura da EB dos Redondos, criando mais 12 salas de 1º Ciclo e 3 salas de pré-escolar o que possibilitou o funcionamento em regime normal do Agrupamento de Escolas de Pinhal de Frades e da abertura de mais uma sala na EB do Monte Sião, continuando a não existir qualquer iniciativa por parte do Ministério de Educação no que respeita a programas de financiamento, que permitam colmatar a necessidade de alargamento e requalificação do parque escolar.

As obras de requalificação da Escola Secundária João de Barros, intervenção da responsabilidade do Parque Escolar E.P.E., encontram-se suspensas, não existindo qualquer informação concreta sobre a previsão do reinício dos trabalhos, com graves consequências para a comunidade educativa da escola devido às precárias condições em que se encontram a ser ministradas as atividades letivas.

Apesar de há muito reivindicada pelo Município e pela comunidade educativa, não existe nenhum desenvolvimento nem uma perspetiva de plano excecional de calendarização de intervenções por parte do Ministério de Educação, tendo em conta a urgência da situação existente e que empurra o reinício das obras para 2016.

No que respeita à urgente necessidade de intervenção no parque escolar dos 2º e 3º ciclo do ensino básico, nomeadamente na Escola Básica 2.3. Paulo da Gama, que regista graves problemas há muito identificados na Carta Educativa e que se têm vindo a agravar, ano após ano bem como intervenções na cobertura da EB 2.3. Pinhal de Frades há muito reivindicadas pelo agrupamento.



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

11  
14.11

Não obstante os constrangimentos impostos ao Poder Local Democrático, a Câmara Municipal do Seixal, no ano letivo 2014/2015, mantém a oferta dos programas de apoios e projetos no âmbito do Plano Educativo Municipal (PEM), destinados às escolas da rede pública. A proximidade e as parcerias da Autarquia, desde sempre estabelecidas com a comunidade educativa do Seixal através deste Plano, têm tido resultados muito positivos ao nível da qualificação da escola pública. O Plano Educativo Municipal é composto por 17 programas de apoio e 130 projetos promovidos por serviços da Câmara Municipal do Seixal e a Agência Municipal de Energia, e, que surge como único auxiliar externo de coadjuvação dos professores, nomeadamente ao nível do 1º ciclo de ensino básico.

A Câmara Municipal do Seixal sublinha as preocupações já manifestadas com as medidas de ataque ao Poder Local Democrático, que reduzem a sua capacidade de intervenção, nomeadamente com a imposição de redução anual de 2% dos funcionários da autarquia, as restrições à contratação de trabalhadores necessários a assegurar funções essenciais do município e os novos cortes previstos nas transferências de verbas do orçamento de estado, estão a criar, cada vez mais, entraves à prestação do serviço público e à resposta aos problemas da comunidade educativa.

É também com preocupação que tomamos conhecimento de um novo instrumento designado Programa Aproximar Educação- PAE, e que abre uma “descentralização por via de delegação contratual de competências na área da educação e formação, dos serviços atuais do Estado para os Municípios”.

Ou seja, tal como em 2006/2007 e 2008/2009, persiste-se em mais um ataque ao carácter universal, gratuito e de qualidade do ensino, através da municipalização.

Repetem-se assim erros já anteriormente realizados, sem qualquer tipo de avaliação sobre o impacto desses processos no sistema público de ensino e na qualidade das aprendizagens, ao transferir competências sem os meios adequados, estabelecendo um limite de não aumento de encargos, num quadro de desinvestimento e subfinanciamento, e procurando transferir responsabilidades para os Municípios.

A Câmara Municipal do Seixal manifesta assim, uma enorme preocupação quanto ao futuro da escola pública, de qualidade, para todos e exige que sejam garantidas soluções urgentes que criem as condições de igualdade de oportunidades e a promoção de sucesso escolar e educativo.

Tendo em conta o exposto, a Câmara Municipal do Seixal, reunida no dia 9 de outubro de 2014 nos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, aprova a presente tomada de posição reafirmando a necessidade de:

1. Valorizar a Escola Pública, de qualidade, para todos, com o investimento público adequado a este fim;
2. Dignificar as carreiras docentes e não docentes, enquanto agentes educativos com um papel fundamental no processo pedagógico;
3. Garantir a dotação de pessoal docente, administrativo, técnico e auxiliar de ação educativa em número suficiente e com formação adequada para garantir o funcionamento das escolas, em cumprimento da lei em vigor;
4. Assegurar pelo Município, no âmbito das suas competências, a requalificação e alargamento do parque escolar da rede pública, no Concelho do Seixal, contribuindo para o objetivo de acabar com o turno duplo;
5. Assegurar pela Administração Central, no âmbito das suas competências, a requalificação e alargamento do parque escolar da rede pública, no Concelho do Seixal, contribuindo para o objetivo de acabar com o turno duplo;
6. Requalificar a EB 2º e 3º Ciclos Paulo da Gama;
7. Concluir as obras na Escola Secundária João de Barros, com carácter urgente e excepcional;
8. Construir os pavilhões desportivos escolares das EB 2,3 Ciclos de Pinhal de Frades, Corroios, Cruz de Pau, Vale de Milhaços, Secundária João de Barros e requalificar o Pavilhão Desportivo Escolar da EB 2, 3 Nun'Álvares;
9. Garantir resposta do Ministério da Educação e Ciência aos pedidos da autarquia sobre a participação do Ministério da Educação e Ciência na avaliação da Carta Educativa do Seixal (de



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

4  
A. G. F.

acordo com o art.º 20º do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro), bem como na clarificação de princípios orientadores para a sua revisão e na definição de valores de financiamento;

10. Desenvolver um programa de ação social escolar mais justo;
11. Repor o apoio do pagamento do passe 4\_18;
12. Desenvolver uma resposta pública às necessidades de educação especial;

**A tomada de posição foi subscrita por unanimidade.**

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, informou que, começamos com a tomada de posição Pela Valorização da Escola Pública, esta foi uma situação que já hoje aqui foi intensamente debatida, não é? Em alguns dos seus aspetos mas existem outros que ainda não estão suficientemente claros e por isso eu pedia a intervenção da Senhora Vereadora Vanessa Silva para apresentação da nossa tomada de posição.

**A Senhora Vereadora Vanessa Silva**, antes de mais para apresentar esta tomada de posição dizer-vos que nós seguimos um processo que temos vindo a percorrer ao longo dos anos que é procurar reunir com a comunidade educativa com as suas entidades representantes com os órgãos de gestão das escolas, com o conselho municipal da educação também para ter de alguma forma um contributo para trazer a esta reunião de Câmara uma tomada de posição que reflita no concreto aquela que é a situação que abre o ano letivo no nosso concelho. É evidente que o nosso concelho é um concelho do nosso país e portanto aquilo que aqui fica evidente nesta proposta de tomada de posição é também aquilo que notamos no conjunto das reuniões é muito daquilo que se vive no nosso país.

Uma primeira ideia que está na nossa tomada de posição é a necessidade de afirmação da escola pública e da necessidade de um sistema público de ensino que assegure a escolaridade obrigatória com caráter universal e gratuito e que estabeleça como objetivo a formação integral do indivíduo no ano em que nós assinalamos os 40 anos da Revolução de Abril, pensamos que importa valorizar uma das suas mais importantes conquistas e os ganhos que com ela se alcançou, nomeadamente no que se refere à quase erradicação do analfabetismo, a oferta generalizada da educação pré-escolar, à criação de contextos de inclusão educativa, e à redução significativa das taxas de insucesso e abandono escolares, muito embora relativamente a esta matéria muito haja ainda por fazer, e bem como a resposta positiva que foi dada a sucessivos alargamentos da escolaridade obrigatória, o acesso de muitos milhares de jovens ao ensino superior. Muito embora no que diz respeito a esta matéria se sintam nos últimos anos alguns recuos, dizer-vos que se sentiu no nosso concelho a par do resto do nosso país uma situação de instabilidade neste início de ano letivo e talvez possa sublinhar dois aspetos, um deles ligado aos erros e problemas, chamemos-lhe assim, relativos ao concurso de professores e às falhas consecutivas neste processo e, portanto, ao facto de no nosso concelho, 77 professores e educadores de infância que não estão ainda colocados nos vários ciclos de ensino, bem como a falta de trabalhadores, auxiliares e assistentes técnicos nas escolas. São dois problemas muito graves, a falta de trabalhadores docentes é o primeiro ano em que se sente de forma tão significativa nos últimos anos no nosso concelho, relativamente à falta de trabalhadores auxiliares e assistentes técnicos é uma situação que se vem agravando de ano para ano, podemos mesmo dizer que o único nível de ensino onde há cumprimento do rácio que está estipulado na portaria é ao nível do pré-escolar que é da responsabilidade do município.

Para além disto temos também as questões relacionadas com a Ação Social Escolar, como todos sabemos nós vivemos um tempo particularmente difícil para as famílias e portanto as questões da Ação Social Escolar colocam-se de uma forma cada vez mais gritante, aliás, na nossa ordem de trabalhos temos novamente um ponto de reposicionamento de escalões de Ação Social Escolar que são disso exemplo este ano mais uma vez o despacho de Ação Social Escolar sai de uma forma bastante tardia e nós temos sentido aqui pela prática a dificuldade de termos que trazer consecutivamente todos os despachos relativamente à Ação Social Escolar a reunião de Câmara e isto tem também consequências de procedimentos ao nível da escola e na burocracia desses processos. Mas temos muitos, muitos problemas depois que têm que ver com estas três questões,



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

4. 21.

falta de pessoal, falta de pessoal não docente e Ação Social Escolar. Eu gostava de destacar uma questão porque me parece de grande gravidade, por exemplo, nós temos na nossa unidade de referência de surdos, o Agrupamento Terras de Larus, uma situação que eu acho que é extraordinariamente difícil, nós temos os nossos alunos surdos do concelho e dos vários concelhos aqui à volta a terem aulas das disciplinas curriculares sem intérprete, portanto, estão a ter história, estão a ter matemática, vocês imaginam que um surdo a ter atividade letiva sem intérprete não há comunicação possível a não ser a leitura no quadro, não é? Porque se não têm audição torna-se tudo muitíssimo difícil para além que não têm uma disciplina fundamental que é a linguagem gestual portuguesa que é uma disciplina do currículo. Depois temos questões tão graves quanto o facto de não haver o planeamento para as questões de requalificação do parque escolar dos 2º e 3º ciclo e do ensino secundário à exceção daquilo que tem que ver com o amianto apesar de não nos ter sido dado conhecimento por parte da direção geral do estabelecimento escolares, o Conselho Municipal de Educação informou-nos que estavam a acontecer intervenções em várias escolas de 2º e 3º ciclos e secundário, para retirar placas de amianto, nomeadamente, ao nível das galerias das escolas que são os corredores.

Relativamente à Escola Secundária João de Barros, a intervenção que foi possível recolhermos é rigorosamente aquela que está contida no documento e, portanto, que não é nada animadora, empurra o início das obras para 2016, sendo que é exatamente a mesma informação que tínhamos há um ano atrás o que significa que se vão empurrando as obras sempre um ano para a frente, se isto fosse rigorosamente assim como aqui está significava que na melhor das hipóteses as obras terminariam em 2018 e aquela escola tinha funcionamento normal em 2018 e por isso nós destacamos novamente a Escola João de Barros e a 2.3. Paulo da Gama, como as duas situações mais graves ao nível do Parque Escolar, não quer dizer que não existam outras situações mas parece-nos que estas são de facto as duas situações mais graves.

Relativamente à intervenção municipal consideramos adequado e muito importante destacar que apesar deste contexto o município fez um esforço imenso e um investimento imenso como todos sabem de mais de 2 milhões de euros na nova escola básica e jardim-de-infância dos Redondos que inaugurou muito recentemente, aliás, vários dos senhores vereadores estiveram presentes, e que tem 12 salas de 1º ciclo sendo que uma das salas de jardim-de-infância ainda não funciona porque é precisamente de uma das docentes que ainda não foi colocada no nosso concelho.

A outra sala nova de pré-escolar que temos no concelho, também mais um investimento do município, também ainda não está a funcionar porque também ainda não foi colocada a educadora de infância.

Relativamente ao Programa Aproximar Educação- PAE, está feita uma breve avaliação deste programa e do facto de muitas vezes se ter usado e mais uma vez ser essa a intenção ou parecer ser essa a intenção de usar a municipalização como via da privatização da educação, nós tivemos hoje aqui intervenções de senhores munícipes em torno das questões da educação, todos sabemos o quadro em que as autarquias hoje atuam e se lermos com atenção o Programa Aproximar Educação verificamos por exemplo uma coisa que é dita é que é princípio e limite não haver aumento da despesa pública do Ministério da Educação quando se contratualiza com os municípios, ora isto partindo de uma análise tipo zero, não é? Não interessa se a escola ou o agrupamento tem muitas necessidades ou poucas necessidades contratualizando e não pode haver nenhum aumento de despesa do Ministério da Educação significa que no quadro de financiamentos e investimentos a que se tem vindo a assistir nos últimos tempos com a falta de funcionários, falta de intervenção no Parque Escolar passasse para os municípios o odioso da questão e o que é que resta ao município? Ao município seja ele qual for, eu não estou agora aqui só a falar do nosso município no concreto, portanto há uma breve abordagem a esta questão e depois procura-se terminar a nossa proposta tomada de posição que eu espero que venha a ser a nossa tomada de posição com o conjunto de questões que parece que nos poderão unir nomeadamente as questões de valorização da Escola Pública, dignificação das carreiras docentes e não docentes, e questões que têm que ver com a dotação de pessoal docente, administrativo, técnico e auxiliar de ação educativa que seja o adequado para garantir o funcionamento das escolas, o assegurar pela administração central, as suas competências, a requalificação e alargamento do parque escolar da rede pública, a construção dos pavilhões desportivos em falta



4.61.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

no concelho, o garantir resposta por parte do Ministério da Educação e Ciência dos pedidos da autarquia relativamente à participação do Ministério da Educação e Ciência na avaliação da Carta Educativa do Seixal, bem como na clarificação de princípios orientadores para a sua revisão e na definição de valores de financiamento, isto é algo que parece muito importante tendo em conta o valor que tem o planeamento da rede escolar para o desenvolvimento da própria educação e do próprio sistema público, desenvolver um programa de ação social escolar mais justo, genérico o suficiente parece para nos unir, bem como a reposição do apoio do pagamento do passe 4\_18, que deixou de existir e por isso deixou muitos alunos, nomeadamente, do ensino secundário sem este apoio tão importante bem como o desenvolver uma resposta pública às necessidades da educação especial, tendo em conta que tantas crianças e jovens ainda ficam de fora das respostas que o sistema público de ensino hoje dá às crianças com necessidades educativas especiais.

A preocupação foi ser suficientemente genérico para também as nossas preocupações poderem ser partilhadas no âmbito das reivindicações no fundo.

**A Senhora Vereadora Elizabete Adrião**, há pouco tempo li um artigo muito interessante sobre este tema em que o autor da publicação incidiu uma crítica numa declaração formada pelo Ministro Nuno Crato, isto foi em 2011, na altura ele era analista educacional, e ele dizia que o Ministério da Educação e da Ciência tinha que implodir, parece que esse objetivo foi atingido, parece que isto implodiu o problema associado à gestão da bolsa de contratação de professores o que veio revelar claramente a incompetência na sua resolução, e depois o mais caricato é que surgiram as declarações de que ao princípio estava tudo bem, portanto, que não havia problema e depois no dia a seguir aparece no parlamento o pedido de desculpa que tinha sido um erro informático e que ninguém iria ficar prejudicado, pois mas na realidade quem é que fica prejudicado são os alunos, que continuam sem professores e sem aulas, realmente o início do ano letivo não poderia ter sido pior e, portanto, é de facto lamentável que alguns equipamentos de ensino estejam à espera da colocação de professores sem um projeto definido, ou seja, o Ministério neste momento é composto por técnicos ou pedotécnicos resolvendo ou tentando resolver problemas à medida que vão surgindo, isto é claro como a água.

A Câmara também tem que fazer mais do que exigir, e bem, ao Governo, e nomeadamente este problema que foi aqui colocado aqui da escola e que a Câmara deverá resolver e o facto quando a vereadora Vanessa diz que foi feito tudo o que era possível, não foi, de facto, não foi porque se fosse sido os pais não estavam aqui a reclamar por melhores condições de ensino para os filhos. A resposta do Senhor Presidente foi mais ou menos esta, "isto está mal, mas olhe que o Governo ainda faz pior", a Câmara não pode descurar as suas responsabilidades. Tenho aqui também outras propostas, por exemplo, o que é que a autarquia poderá fazer no que respeita à educação? Na última reunião não leram os números de ensino com proposta de prolongamento de horário? São quatro, e depois perguntei a nível das associações de pais como é que era o número e também gostaria ainda de saber qual é o número, mas no entanto pergunto por que razão é que não se poderá estender por exemplo às instituições particulares de solidariedade social, porque é que não será possível porque o que a legislação diz é que as IPSS também poderão ser entidades promotoras? Deixei aqui esta pergunta se é possível porque a Senhora Vereadora Vanessa referiu o problema do recrutamento do pessoal, mas as instituições já têm esses recursos, portanto, deixo essa questão no ar.

Depois era também importante o número de bolsas de estudo a atribuir aos jovens que frequentam o ensino superior são dez, também era importante aumentar este número de bolsas dado que atualmente as nossas famílias da classe média são aquelas que apresentam mais dificuldades económicas e era também um incentivo para esses jovens.

Há outra situação que já foi aqui também abordada que se trata da oferta de manuais escolares e material escolar aos alunos do 1º ciclo, um exemplo, a Câmara Municipal de Odivelas lançou esse programa e já vem de há muito tempo para cá também poderá ser uma medida a adotar, aliás, este tipo de medida vai de certeza ser uma poupança significativa para que as famílias possam dispor para outras necessidades.



## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

2  
L. L. t.

Deixo aqui estas propostas e ideias e só mesmo para exigir ao poder central com certeza que sim que cumpra as suas obrigações no sentido de valorizar a escola pública, mas também a Câmara não deverá descurar de todo das suas responsabilidades neste processo no sentido de conciliar programas ajustados à realidade das famílias.

**O Senhor Vereador Luís Cordeiro**, no que diz respeito a esta tomada de posição está claramente de acordo com ela, no entanto, não queria deixar de referir algumas situações.

Não deveremos e, eu por mim não tenho grandes dúvidas, que não espero deste Governo uma grande valorização da escola pública, porque este Governo tem um projeto claramente ideológico que não vai ao encontro dessa valorização e, portanto, aquilo a que vamos assistindo por mim, naturalmente, farei permanentemente um combate a isso mas não estranho este tipo de posições no que diz respeito ao Estado social este Governo tem um projeto ideológico muito claro que é reduzir o Estado social se bem que continuem a dizer que estão a favor do Estado social, mas um Estado social mínimo onde as condições sejam tidas ao mínimo possível e, portanto, todo este caminho que se vem desenvolvendo, o número de alunos por turma, a redução de professores a redução de financiamentos, os cortes contínuos do Ministério da Educação, aliás, toda esta política de ajustamento foi bem claramente ao encontro daquilo que era a implementação do seu projeto ideológico segue-se às maravilhas porque em nome do ajustamento conseguem levar à prática toda uma degradação do Estado social e, portanto, esse caminho vêm-no fazendo de uma forma consistente e coerente e não devemos ter dúvida nenhuma sobre isso, é claramente uma vergonha porque um país pertencente à União Europeia e a um dos continentes mais desenvolvidos do mundo é inconcebível ter um ministro da educação que tem comportamentos e tem desenvolvimentos do seu desempenho ao nível que o nosso ministro tem depois de ter antes de ser ministro ter feito todo um caminho de que quando um dia viesse a tomar o poder iria claramente fazer enorme transformação no ensino e na educação em Portugal e aí aquilo que temos visto é que de ano para ano a degradação da situação da educação é cada vez maior.

Eu gostaria porque é um pensamento que tenho há muito tempo esse pensamento é meu, simplesmente meu, que é um dos problemas decadentes neste país na educação que é o processo de colocação dos professores. Não tenho nenhuma varinha mágica, mas entendo que este processo de colocação de professores da minha parte não tem um total apoio porque ao longo dos anos vou assistindo claramente a esta repetição de cada vez que há um processo de colocação de professores há sempre mais uma situação, há sempre mais um atraso este ano a coisa ultrapassou em que determinada altura houvesse uma discussão aprofundada e uma análise sobre como se deveria melhorar o sistema de colocação de professores deste país porque, sem dúvida nenhuma, julgo que isso poderia ajudar porque eu acho inconcebível que no primeiro dia de aulas não estejam colocados todos os professores atempadamente em todas as escolas deste país acho inconcebível, quer dizer não percebo porque é que ao longo de décadas não se consegue resolver cabalmente isso porque ainda não consegui perceber um ano em que no primeiro dia de aulas todos os professores estivessem colocados. Fico um bocado estranho porque continuamos a não conseguir resolver esta questão.

Há uma outra questão que aqui é aprofundada que é a questão da dita municipalização. Em tempos abordei aqui esta questão tenho um receio muito grande de que o avanço disto venha claramente a provocar situações bastante desagradáveis a nível das educação neste país porque, naturalmente, em função de se vier aplicar esta municipalização por baixo de poderes políticos à semelhança destes, espero que não esteja lá há muito tempo, naturalmente eu temo muito pela municipalização do ensino, porque iremos ter um país que já é um mosaico de níveis de educação e informação em função dos vários municípios o que é completamente inconcebível, não é? Portanto, não sei como é que se quer levar à prática um projeto destes, antecipadamente eu temo bastante e tenho um grande receio disso.

Acho que a valorização da escola pública é fundamental mas é toda a escola pública, do jardim-de-infância à universidade passando pelos vários responsáveis porque o que assistimos aqui hoje também foi um ato cívico de valorização da escola pública, trazido aqui pelos pais daquelas crianças do 1º ciclo da Escola EB1 das Paivas.

Naturalmente que serei a favor desta tomada de posição.



1  
A. G. T.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

**O Senhor Vereador Paulo Cunha**, tanto quanto eu disse na minha intervenção anterior, bem prega a Frei Tomás falando de quem nós quisermos invocar qual o Frei que nós quisermos aqui invocar, a Câmara Municipal do Seixal tem toda a legitimidade de vir defender o ensino público, tem a obrigação de vir defender o ensino público, contudo não o pode fazer não assumindo as suas próprias responsabilidades e aquilo que nós aqui vivemos durante esta tarde aqui neste reunião de Câmara foi precisamente isso, saiu-lhes mal, foi azar, tiveram azar mais uma vez, já da outra vez tinha-vos acontecido isto relativamente ao FAM, fizeram um documento e o Governo tinha feito a eleição legislativa um dia antes e depois pronto foi azar, às vezes há tiros de sorte este foi um tiro certo tiveram azar porque foi exatamente no dia em que veio aqui pela valorização da escola pública, é precisamente a escola pública mas da responsabilidade da Câmara Municipal que esteve aqui durante a tarde toda, portanto não tiveram muita sorte, não teve o Senhor Presidente muita sorte, não teve a senhora vereadora da educação muita sorte, eu como disse tentei fazer os trabalhos de casa não só desta vez questionando um conjunto de situações que aqui vêm neste documento, mas que já o tinha feito anteriormente até porque há aqui documentos e há aqui elementos que já tinham sido discutidos anteriormente várias vezes e várias vezes nós tentámos obter elementos, dos elementos que eu tentei obter porque eu olhei para este documento e se olharmos para isto de uma forma genérica eu concordo tirando as questões ideológicas que estão sempre aqui subjacentes mais ou menos encriptadas para ver se conseguem o meu voto, conseguem por aqui algumas críticas sub-reptícias ao Governo ou a minha aprovação ou a minha subscrição ao documento tirando essas questões que nós até já estamos habituados e eu até vos louvo porque têm essa capacidade de conseguir muitas vezes a minha aprovação dos documentos, metem aqui algumas sub-reptícias ideológicas ou diretamente ao Governo, tirando isso, eu tinha de facto uma concordância quase total com este documento, mas faltava acrescentar algumas coisas, se nós acrescentarmos aqui aquilo que é da responsabilidade da Câmara Municipal se a Câmara Municipal do Seixal fizer aqui *mea culpa* aí está perfeito, temos aqui vários pontos e acrescentamos aqui um ponto, "fará a requalificação que lhe diz respeito e assumirá também todas as responsabilidades que lhe dizem respeito naquilo que ainda não conseguiu concretizar" e fará aqui *mea culpa*, está perfeito, tem a minha aprovação.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, referiu que aceita a inclusão dessa frase sugerida pelo Vereador Paulo Cunha.

**O Senhor Vereador Paulo Cunha**, mas eu quero ver a frase e quero ver a frase no boletim municipal depois não, porque nós sabemos do que é que estamos a falar.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, "a Câmara Municipal se continuará a empenhar pela requalificação e das intervenções da sua responsabilidade".

**O Senhor Vereador Paulo Cunha**, da sua responsabilidade e aquelas que ainda não fez.

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal**, referiu que, não temos nenhum problema em assumir a nossa responsabilidade, antes pelo contrário, já que o interrompi deixe-me só dizer o seguinte: eu sei que não concluiu mas só para mostrar melhor o que o senhor quer dizer, o que nós fizemos hoje aqui foi exatamente aquilo que devíamos fazer que é perante as situações temos as repostas, certo? E assumir as responsabilidades. O problema é quando do outro lado não assumem, não o fazem, não tem acessos nem sequer respondem a cartas. Olhe eu quero dizer-lhe que eu sou dos visados, sou um dos encarregados de educação visados pela incompetência deste Governo eu já dirigi duas missivas ao senhor ministro e não obtive nenhuma resposta. Veja eu até sou presidente de câmara, mas fi-lo do meu *e-mail* pessoal enviei dois *e-mails* ao senhor ministro para uma situação. A criança não tem educadora colocada há um mês, de grosso modo, portanto estou à espera da resposta. Está a ver, cada um assume as suas responsabilidades, nós, volto a dizer, não temos nenhum problema em incluir essa frase se é isso que o impede de subscrever esta tomada de posição, nós inscrevemo-la não há nenhum problema porque corresponde à realidade.



J.C.T.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

O Senhor Vereador Paulo Cunha, o que o presidente fez esta tarde é aquilo que o senhor ministro fez na Assembleia da República pediu desculpa pelo que estava a funcionar menos bem, foi precisamente a mesma coisa, pediu desculpa por aquilo que estava a funcionar menos bem e depois criticaram o senhor ministro por ter pedido desculpa, aquilo era o programa "perdoa-me", segundo eu ouvi dizer de vários analistas políticos, foi aquilo que aconteceu aqui durante esta tarde a falta de resposta objetiva a falta de resposta porque não é uma resposta, de facto reuniram aqueles senhores que aqui estiveram, os senhores munícipes os pais daqueles alunos que aqui estiveram referiram que desde por exemplo julho desde a reunião de julho desde os e-mails que enviaram não tinham obtido qualquer resposta e as respostas que tinham dado e as respostas que obtiveram foi, e já fora de tempo, da associação de pais, se bem ouvi, portanto, a falta de resposta da Câmara Municipal também existiu e depois o que interessa responder se não resolvem o problema às pessoas, teve aqui uma mãe do 1º ao 4º ano sempre a levantar o mesmo problema o que é que interessa responder, portanto nós estamos no mesmo nível de incumprimento infelizmente, infelizmente estamos no mesmo nível de incumprimento mas deixe-me dizer mais porque eu acabei por não dar a resposta, porque nós parámos logo num ponto que até me é simpático uma vez que vamos incluir as responsabilidades da Câmara Municipal neste documento, as galerias de ligação das Escolas Dr. António Augusto Louro, da Escola Secundária João de Barros, da Escola Cruz de Pau, da Escola Paulo da Gama, da Escola Reis Silveira e mais duas delas todas destas escolas estão, posso dar-lhe a lista se quiser estas escolas, neste momento a intervenção numas delas foram feitas durante este Verão outras têm intervenções marcadas, as galerias de ligação é verdade que as coberturas nem todas têm infelizmente, também um problema que a Câmara Municipal aqui apresentou também relativamente à escola que é da sua responsabilidade, mas direi mais a escola João de Barros que é aquela escola que levanta mais problemas e que nós temos que pedir uma intervenção mais urgente houve um problema também diretamente com o empreiteiro que estava a fazer aquela obra, isso penso que é do conhecimento da Câmara Municipal, portanto, é uma intervenção em que houve um problema que foi o mesmo problema da escola dos Redondos, foi exatamente o mesmo problema, já resolvemos ainda bem que já resolvemos, quanto tempo depois? E o que é que isso custou? Olhe custou um milhão de euros ainda da outra vez discutimos isso, esse atraso custou o nosso acesso ao financiamento do QREN, portanto, claro que custou ao orçamento de estado, está-me a ver a defender isso? Eu só estou a dizer, estou a colocar as questões em paridade, só estou a colocar em paridade não estou a defender, só estou a dizer que da mesma forma que a Câmara Municipal do Seixal tem algum tipo de justificações que apresentou e que foram aceites pelos vereadores também devem ter a mesma condescendência relativamente a situações semelhantes passadas com o Parque Escolar ou não? Ou isto é válido só para um dos lados? Direi mais, os valores aqui referidos das obras aqui referidas são os trabalhos projetados efetuados, outros por efetuar, a questão do pessoal aqui referida do pessoal docente e de outro pessoal aqui referida tem tudo a ver com uma aprovação de uma portaria que é a portaria nº 1049-A/2008 de 16 de setembro do tempo do senhor engenheiro José Sócrates, para os senhores vereadores do PS parece que estão distraídos e era só para recordar, que não permitia neste caso a admissão de pessoal nesta situação, neste momento está a ser estudada uma portaria que vai alterar toda esta situação, até por que uma coisa do meu ponto de vista também indigna, do meu ponto de vista antes que o digam também, é o acesso aos chamados seis, os antigos POC, já no meu tempo enquanto era diretor do centro de emprego era o recurso que as escolas tinham e pelo que eu percebo vai ser a solução duradoura, é uma solução indigna, é uma solução que não resolve os problemas das escolas não resolve os problemas dos alunos, não resolve os problemas absolutamente de ninguém, mas é uma realidade que já dura há muitos anos eu só o referi para tentar explicar que não é um problema deste Governo ou deste ministro em concreto.

Por fim, devo dizer, à semelhança do que o Senhor Vereador Luís Cordeiro disse, o Governo neste aspeto das colocações dos professores quis fazer alterações, tentaram mudar um conjunto de justificações para as alterações que foram feitas porque tinha corrido muito mal em alguns anos anteriores, foi muito pior a emenda do que o soneto e diria que também do meu ponto de vista o Governo fez aqui uma grandíssima trapalhada com vastas consequências para a sua imagem e



4  
A.G.T.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

infelizmente também estamos todos a sofrer não só nas nossas escolas mas também todos os nossos alunos.

**O Senhor Vereador Eduardo Rodrigues**, eu vou ser muito mais rápido e não perder tanto tempo com as questões políticas, porque já hoje aqui foi muito discutida essa vertente, eu só queria acrescentar aqui duas notas muito rapidamente.

Pese embora concordemos com esta tomada de posição, sem dúvida nenhuma, mas e também aqui fazendo jus a muito do que já aqui se disse bem prega Frei Tomás, eu acho que acrescentar eu diria inclusive pese embora concorde com o que aqui está acho que é um bocado napoleónico porque pedir não custa, dou só nota aqui do ponto sete, já ficávamos felizes que se constituísse um ou dois, agora vejam quantos pavilhões desportivos são pedidos. Tudo bem eu não estou a dizer que não sejam necessários, agora não custa pedir. Agora olhemos para a Carta Educativa, assuntos da Câmara.

### III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Neste período foram apreciados os seguintes assuntos, constantes no Edital n.º 194/2014, e arquivados em pasta anexa à presente Ata.

#### 1. INFORMAÇÕES

➤ **Informação n.º 413/2014** – Agenda quinzenal de atividades – Destaques.

➤ **Informação n.º 413-A/2014** – Direção Geral das Autarquias Locais – Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal.

➤ **Informação n.º 414/2014** – Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português – Encerramento das lojas Moviflor.

➤ **Informação n.º 415/2014** - Relação de despachos proferidos pela Senhora Diretora de Departamento de Desenvolvimento Estratégico, Dr.ª Ana Paula Magalhães, decorrente do despacho n.º 1015-PCM/2013 de 1 de novembro e nos termos do art. 70º, da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro, referente ao mês de setembro, e arquivados em pasta anexa.

➤ **Informação n.º 416/2014** - Relação de despachos proferidos, pelo Senhor Vereador Jorge Gonçalves, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 1015-PCM/2013 datado de 23 de outubro, alterado pelo despacho n.º 1053-PCM/2013 de 1 de novembro, e nos termos do art. 65º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a redação atualizada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro,

entre o período de 17 de setembro a 02 de outubro.

- ADMISSÃO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA - PRETENSÕES APRECIADAS E ADMITIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3036/VJG/2014 - 12/B/14 - FERNANDO A. LEMOS, LDA.).  
- ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3083/VJG/2014 - 123/E/99 - CARLOS DE FIGUEIREDO MARQUES).

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3077/VJG/2014 - 5/C/82 - WERTHER EPIFANIO CARDOSO).

- ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3082/VJG/2014 - 4/R/11 - FERNANDO MANUEL VASCO BAPTISTA; 3109/VJG/2014 - 209/B/08 - A. C. M. SOUSA, LDA.; 3174/VJG/2014 - 20/R/99 - JOÃO MANUEL MORGADO ZABELO BALSEIRO).

- PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS LIMINARMENTE DE ACORDO COM OS PARECERES DOS



M.C.M.

## Município do Seixal Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S)  
(3089/VJG/2014 - 423/R/98 - ANTÓNIO SABINO PINTO).

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3019/VJG/2014 - 36/R/11 - BRUNO CESAR CASELHAS PITEIRA; 3050/VJG/2014 - 73/E/05 - ELISEU ALMEIDA PEREIRA; 3065/VJG/2014 - 166/B/76 - ANTÓNIO DOS SANTOS DIAS).

- ALVARÁ DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3062/VJG/2014 - 777/B/1988 - ARMANDO AUGUSTO GOUVEIA; 3087/VJG/2014 - 10/B/2014 - ALBERTO & M. S. C. LDA.; 3111/VJG/2014 - 165/B/81 - JACQUELINE JESUS FREIRE; 3158/VJG/2014 - 9/B/14 - B. M. CRUZ - UNIPESSOAL, LDA.; 3183/VJG/2014 - 42/B/14 - TALENTOS AO ACASO; 3229/VJG/2014 - 88/E/2003 - VIRGILIO JOSE DA CUNHA; 3243/VJG/2014 - 119/R/11 - ABRALUSA - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.).

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3081/VJG/2014 - 144/B/75 - BRUNO MIGUEL DE ALBUQUERQUE DIAS SIMÕES).

- ANULAÇÃO DE LICENÇA - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) Nº(S) (3066/VJG/2014 - 1153/AM - ZHUPING YE - ANULAÇÃO DE LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM UM EXPOSITOR DE ARTIGOS NÃO ALIMENTARES SITO EM AV 25 DE ABRIL, 302 A - CRUZ DE PAU.).

- APERFEIÇOAMENTO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3052/VJG/2014 - 71/B/10 - FIRMINO VIEIRA DA SILVA; 3224/VJG/2014 - 2/B/01 - ALTA ABDEL HAMEED SIDDIK).

- APERFEIÇOAMENTO DO LICENCIAMENTO - PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3053/VJG/2014 - 32/E/06 - CARLOS ALBERTO PEREIRA LOPES; 3138/VJG/2014 - 61/B/92 - JOANA SORAIA SILVA MATIAS).

- APROVAÇÃO DO LICENCIAMENTO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3049/VJG/2014 - 103/E/05 - A PARAGEM PRODUTOS ALIMENTARES UNIPESSOAL, LDA.; 3084/VJG/2014 - 415/B/60 - ANA CATARINA COSTA PIRES; 3088/VJG/2014 - 53/B/09 - JIFORTE C FORMAÇÃO TECINFORMATICAS, LDA.; 3140/VJG/2014 - 42B14 - TALENTOS AO ACASO, LDA.; 3232/VJG/2014 - 91/B/13 - NUNO REIS CONSTRUÇÕES CIVIL, LDA.).

- AUGI'S - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3031/VJG/2014 - 3/G/97 - ROSA SOFIA MARQUES MORGADO/ CANCELAMENTO DO ONUS DE HIPOTECA; 3033/VJG/2014 - 5/G/98 - JOSE BATISTA CARPINTEIRO/ CANCELAMENTO DO ONUS DE HIPOTECA; 3035/VJG/2014 - 5/G/98 - JOSE BATISTA CARPINTEIRO/ CANCELAMENTO DO ONUS DE HIPOTECA).

- AUTO DE MEDIÇÃO TRABALHOS CONTRATUAIS - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) Nº(S) (3060/VJG/2014 - DEGEP/DOGE 02.CL.2013 - 2º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS DA EMPREITADA "REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DO CINEMA S. VICENTE", EMPRESA EPROC, LDA., VALOR 5.917,05 EUROS + IVA.).

- AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR.



12  
A.G.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) Nº(S) (3074/VJG/2014 - DEGEP/DOGE 01.CL.2013 - AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIO DA EMPREITADA "EDIFÍCIODAS CALDEIRAS BABCOCK-MUNDET-OBRS DE BENEFICIAÇÃO DA COBERTURA", ADJUDICADO À EMPRESA EPROC, LDA.).

- AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3184/VJG/2014 - 57/T/14 - NOS COMUNICAÇÕES SA; 3185/VJG/2014 - 45/T/2014 - NOS COMUNICAÇÕES SA; 3186/VJG/2014 - 64/T/14 - NOS COMUNICAÇÕES, SA; 3234/VJG/2014 - 69/T/2014 - NOS COMUNICAÇÕES, S.A.; 3239/VJG/2014 - 61/T/14 - LIDL & CIA.).

- AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3056/VJG/2014 - 98/B/2013 - CONSTRUTORA RODRIGUES E MONTEIRO; 3193/VJG/2014 - 187/R/1997 - MARIA ISILDA ANTUNES LAGES MORAIS).

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3046/VJG/2014 - 37/R/2003 - ANTONIO JOSE RIBEIRO CASMARINHO E OUTRO; 3051/VJG/2014 - 248/R/2005 - JERONIMO CONCEIÇÃO CALEIRA PIRES; 3233/VJG/2014 - 158/B/2004 - FABRICA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA SRA DA CONSOLAÇÃO DA ARRENTELA).

- AVERBAMENTO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3091/VJG/2014 - 53/B/09 - JIFORTE C FORMAÇÃO TEC INFORMATICAS LDA.; 3093/VJG/2014 - 25/B/14 - ROBERTO PAULO FERNANDES GUEDES ALIPIO; 3113/VJG/2014 - 94/R/08 - SERGIO DANIEL MADALENO RODRIGUES; 3171/VJG/2014 - 68/E/04 - MÓNICA PIRES DE MATOS E SILVA; 3201/VJG/2014 - 47/B/03 - CHAVE DE AVENTURA UNIPESSOAL, LDA;

3241/VJG/2014 - 1165/B/81 - JACQUELINE JESUS FREIRE).

- COMUNICAÇÃO PRÉVIA - PRETENSÕES APRECIADAS E ADMITIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3023/VJG/2014 - 30/E/05 - PATELARIA TÁOBELA, LDA.; 3055/VJG/2014 - 588/B/1985 - REINALDINA MARIA PINHEIRO SOARES ROCHA; 3085/VJG/2014 - 15/B/52 - MARIA AMÉLIA DA SILVA RIBEIROS FERNANDES ESTEVES; 3154/VJG/2014 - 107/B/2001 - CONSTUCIV CONST CIVIS LDA; 3238/VJG/2014 - 43/B/13 - CARLOS ALBERTO LEITÃO DA CUNHA).- PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS LIMINARMENTE DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3040/VJG/2014 - 94/R/08 - SERGIO DANIEL MADALENO RODRIGUES; 3148/VJG/2014 - 413/B/60 - RICARDO FILIPE FERNANDES RODRIGUES; 3221/VJG/2014 - 24/C/01 - GERAÇÃO INVENCIVEL ATIVIDADES DESPORTIVAS,LDA.; 3222/VJG/2014 - 243/B/68 - VITOR MANUEL ABREU MARQUES).

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3041/VJG/2014 - 103/B/13 - JOÃO MIGUEL CLEMENTE DOS SANTOS; 3048/VJG/2014 - 184/B/00 - TERESA VICTORIA SALGADO M. LEITE; 3063/VJG/2014 - 86/B/06 - JORGE MANUEL PEREIRA SÃO BENTO; 3064/VJG/2014 - 516/B/60 - MARIA DA CONCEIÇÃO MATADO FARINHO BEXIGA; 3076/VJG/2014 - 13/C/01 - B C EQUIPA DE ALUGUER, LDA.; 3079/VJG/2014 - 58/E/1999 - MARIA LUISA SILVA PINTO; 3123/VJG/2014 - 19/B/01 - CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA PCTA. LEONOR DE EÇA N.º 1 - PAIO PIRES).

- COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA LICENCIAMENTO - PROPOSTAS DE CORRECÇÃO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3021/VJG/2014 - 87/B/2014 - PAULO JORGE DUARTE ZURRAPA; 3136/VJG/2014 - 189/R/06 - JOSÉ LUÍS



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

h  
y.g.t.

MOUTINHO SANTOS; 3240/VJG/2014 - 544/R/14 - GUILHERMINO JESUS SILVA).  
- DELIBERAÇÃO FINAL - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3061/VJG/2014 - 187/B/1968 - BRUNO MIGUEL CORREIA DUQUE NEVES; 3157/VJG/2014 - 9/B14 - FRANCISCO SANTOS AMORIM; 3164/VJG/2014 - 1/C/01 - EVIDÊNCIA TEJO, LDA.).  
- ESTUDO DE LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3104/VJG/2014 - 90/A/78 - NORFIN SOC. GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO; IMOBILIARIOS, S.A. / RETIFICAÇÃO AO ADITAMENTO AO ALVARA DE LICENÇA DE LOTEAMENTO Nº 5/2013; 3119/VJG/2014 - 10/G/00 - COMISSAO ADMINISTRAÇÃO DA AUGI FF89 /AUTENTICAÇÃO DAS PLANTAS SINTESE; 3237/VJG/2014 - 1/A/2010 - JOSE NETO ZURGA/ AUTENTICAÇÃO DAS PLANTAS SINTESE).  
- EXTENSÃO DE PRAZO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3092/VJG/2014 - 112/B/06 - ANTONIO CARDOSO SOARES PEREIRA).  
- LICENÇA DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) Nº(S) (3024/VJG/2014 - 4/PP - ANTONIO MANUEL SILVA MESTRE - RENOVAÇÃO LICENÇA DE TOLDO COM PUBLICIDADE SITO EM RUA ALVES REDOL, LOJA 2A - ALDEIA DE PAIO PIRES; 3027/VJG/2014 - 908/CO - RENASCER CAFÉ PASTELARIA LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE SANFEA PUBLICITARIA SITO EM ALAMEDA 25 DE ABRIL 9 F - MIRATEJO; 3029/VJG/2014 - 116/AM - COSMOIMPARAVEL UNIPESSOAL LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE SANFEA PUBLICITARIA SITO EM RUA DAS FLORES, 9 A/B -PAIVAS.; 3145/VJG/2014 - 660/AM - JOAQUIM

FELICIANO GUERREIRO - LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM TRES TOLDOS SITO EM RUA GEN. HUMBERTO DELGADO, 11 - PAIVAS.; 3147/VJG/2014 - 1329/AM - TALHO FRANCO & SIMÕES, LDA - LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM UM TOLDO COM PUBLICIDADE SITO EM RUA 1º DE MAIO, 91 C - AMORA.).  
- LICENÇA OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) Nº(S) (3025/VJG/2014 - 4/PP - ANTONIO MANUEL SILVA MESTRE - LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA ABERTA SITO EM RUA ALVES REDOL, LOJA 2A - ALDEIA DE PAIO PIRES; 3028/VJG/2014 - 145/AM - CARLA ISABEL FONSECA SILVA PINELA - LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA ABERTA SITO EM RUA IVONE SILVA, 2 LOJA 1 - AMORA, PERIODO DE 01,08,2014 A 31,12,2014, COM 17M2.; 3030/VJG/2014 - 212/PP - MARIO GILBERTO MACHADO FREIRE - LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA ABERTA SITO EM AV TEOFILIO BRAGA, 69 B - ALDEIA DE PAIO PIRES, PERIODO DE 01,07,2014 A 31,12,2014, COM 27M2; 3032/VJG/2014 - 16/SX - TEMA NEUTRO UNIPESSOAL, LDA - LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA ABERTA SITO EM PRAÇA LUIS DE CAMÕES 54 RC - SEIXAL, PERIODO DE 29,08,2014 A 28,12,2014, COM 15M2, ISENTO DE TAXA.; 3034/VJG/2014 - 1112/AM - SULDIALISE PRESTAÇÃO SERVIÇOS MEDICOS SA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE UM TOLDO SITO EM TRAVESSA JULIO BRANDÃO, Nº 1 B/D - FOGUETEIRO.; 3067/VJG/2014 - 65/CO - CASA DO CAFÉ DE CORROIOS LDA - LICENÇA DE ESPLANADA ABERTA SITO EM RUA CIDADE DE LEIRIA, Nº3 - CORROIOS NO PERIODO DE 01,09,2014 A 31,10,2014, COM 20M2; 3068/VJG/2014 - 400/AM - ROQUE & FIGUEIRA LDA - LICENÇA DE ESPLANADA ABERTA SITO EM RUA INFANTE D AUGUSTO, 76 A - CRUZ DE PAU, NO PERIODO DE



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

*M. A. t.*

01,09,2014 A 28,02,2015, COM 4M2.; 3069/VJG/2014 - 220/PP - JORGE ALBERTO SANTOS BARROSO - LICENÇA DE ESPLANADA ABERTA SITA RUA DESEMBARGADOR, LOJA A - CASAL DO MARCO, NO PERÍODO DE 21,07,2014 A 20,09,2014, COM 10M2.; 3070/VJG/2014 - 1024/CO - JOSE ANTONIO OLIVEIRA RIBEIRO - LICENÇA DE ESPLANADA ABERTA SITA EM LARGO QUINTA DO CAMPO - CORROIOS, PERÍODO DE 01,09,2014 A 31,10,2014, COM 11M2.; 3071/VJG/2014 - 42/AM - BRUNO MIGUEL PIRES COSTA - LICENÇA DE ESPLANADA ABERTA SITO RUA CIPRIANO DOURADO, 13 RC DTº - CRUZ DE PAU, NO PERÍODO DE 24,08,2014 A 23,09,2014, COM 15M2.; 3072/VJG/2014 - 955/CO - MARIO DUARTE NEVES - RENOVAÇÃO LICENÇA DE SANEFA SITO EM RUA JORGE CRONER DE VASCONCELOS, 3 - SANTA MARTA DO PINHAL.; 3073/VJG/2014 - 1778/AM - ATEJO LIMPEZA AMBIENTE E HIGIENE LDA - LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM DOIS TOLDOS SITO EM RUA DOS FOROS DE AMORA, 89 A - FOROS DE AMORA.; 3142/VJG/2014 - 329/FF - GUILLAUME ROLAND DESIRE GABET - LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA ABERTA SITO EM RUA ANTONIO SERGIO, 174 - FERNÃO FERRO; 3143/VJG/2014 - 329/FF - GUILLAUME ROLAND DESIRE GABET - LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM DOIS TOLDOS SITO EM RUA ANTONIO SERGIO, 174 - FERNÃO FERRO; 3144/VJG/2014 - 321/AM - CUMES & VITORIAS LDA - LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM UMA SANEFA SITO EM RUA ANTONIO SERGIO, 48 A - QUINTA DO FANQUEIRO-AMORA.; 3146/VJG/2014 - 626/AM - TEIXEIRA NEVES & MARÇAL, LDA - LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM UM TOLDO SITO EM RUA EMÍDIO GUILHERME GARCIA MENDES, 49 - AMORA; 3149/VJG/2014 - 683/AM - MARIA ISaura PREGO LEAL FERREIRA - LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM TOLDO E EXPOSITOR ARTIGOS ALIMENTARES SITO EM RUA VIANA DA MOTA, 9 B - CRUZ DE PAU.; 3214/VJG/2014 - 1770/AM - FULL CORPORATION UNIPessoal LDA -

LICENÇA DE OCUPAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO COM UMA ESTRUTURA AMOVÍVEL PARA COLOCAÇÃO DE DUAS CADEIRAS E DUAS MESAS SITO EM RUA EMÍDIO GUILHERME G MENDES, 26 - AMORA).

- PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3026/VJG/2014 - 4/PP - ANTONIO MANUEL SILVA MESTRE - LICENÇA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA ABERTA SITO EM RUA ALVES REDOL, LOJA 2A - ALDEIA DE PAIO PIRES).  
- LICENÇA PUBLICIDADE - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) Nº(S) (3020/VJG/2014 - 867/AM - SEIXADIS, SA - LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A 200 FAIXAS PARA CAMPANHA DO 8º ANIVERSÁRIO DO HIPERMERCADO E.LECLERC, A DECORRER NO MÊS DE OUTUBRO.; 3094/VJG/2014 - 861/AR - MAFANIZA PAPELARIA E CONTABILIDADE LDA, LICENÇA DE PUBLICIDADE DE UM RECLAMO LUMINOSO SITO EM AV. CARLOS OLIVEIRA, 83 LOJA DTº - ARRENTELA; 3095/VJG/2014 - 830/AR - JOÃO MIGUENS LOURO - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE DE TRÊS RECLAMOS SITO EM RUA DIOGO MACEDO, 8 B - PINHAL DE FRADES; 3096/VJG/2014 - 241/FF - J B H COMERCIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE DE UM PAINEL DE DUPLA FCAE SITO EM AV 10 DE JUNHO, LOTE 32 - MARCO DO GRILO-FERNÃO FERRO; 3097/VJG/2014 - 357/AR - SOPEÇAS LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A DOIS RECLAMOS LUMINOSOS SITO EM A PRACETA MARCELO CURTO, 7 - CASAL DO MARCO; 3098/VJG/2014 - 26/CO - ARNALDO PIRES & FILHOS LDA - RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A DOIS RECLAMOS E UMA CHAPA SITO EM RUA ARMANDO GUERREIRO, 8 - SANTA MARTA DO PINHAL; 3099/VJG/2014 - 1083/AM - SOCIEDADE MEDICA FREI LUIS



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

*h*  
*g. Gt.*

DE SOUSA LDA, RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A DOIS RECLAMOS LUMINOSOS SITO EM PCT JOSE LEITE DE VASCONCELOS, 4 A/B – PAIVAS; 3100/VJG/2014 - 75/PP - KAPALUMINIOS SISTEMAS DE ALUMINIOS LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE SITO EM RUA RODRIGO SARMENTO BEIRES, 29 A - ALDEIA DE PAIO PIRES.; 3101/VJG/2014 - 615/CO - MÃOS DADAS ACT EDUCATIVAS LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO SITO EM RUA ADELAIDE CABETE, 11 - VALE DE MILHAÇOS; 3102/VJG/2014 - 1122/CO - RESULTADO COM MERITO LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO SITO EM RUA ALVARO FERREIRA ALVES, 11 J - SANTA MARTA DO PINHAL; 3103/VJG/2014 - 401/FF - SONIA ISABEL P LUIS AFONSO - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM RECLAMO LUMINOSO SITO EM RUA LUIS DE CAMÕES, 670 B - FERNÃO FERRO; 3105/VJG/2014 - 857/AR - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM, UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. M.F.A/RUA LUÍS DE CAMÕES - TORRE DA MARINHA; 3106/VJG/2014 - 858/AR - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. 25 ABRIL/RUA JOSÉ CARDOSO PIRES - TORRE DA MARINHA; 3107/VJG/2014 - 859/AR - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM UNIPESSOAL, LDA. SITO EM RUA CASAL DO MARCO/RUA MÉCIA MOURINHO DE ALBUQUERQUE - ARRENTELA; 3108/VJG/2014 - 1771/AM - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. 1º DE MAIO – FOGUETEIRO; 3110/VJG/2014 - 1772/AM - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. 1º DE MAIO/RUA JOAQUIM BEM

SAÚDE – AMORA; 3112/VJG/2014 - 1773/AM - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. 1º DE MAIO/RUA JOAQUIM BEM SAÚDE – AMORA; 3114/VJG/2014 - 1774/AM - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. 1º DE MAIO/RUA JOAQUIM BEM SAÚDE – AMORA; 3116/VJG/2014 - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO INDEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. AFONSO COSTA/RUA RAUL PROENÇA – AMORA; 3117/VJG/2014 - LICENÇA DE PUBLICIDADE DE UM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO INDEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. 25 DE ABRIL/RUA GUILHERMINA SUGGIA - TORRE DA MARINHA; 3120/VJG/2014 - 1780/AM - MOSAICO PUBLICIDADE UNIPESSOAL LDA, LICENÇA DE PUBLICIDADE DE UM SUPORTE DE SINALETICA DIRECIONAL COMERCIAL SITO EM RUA AZEDO GNECO - ZONA INDUSTRIAL SANTA MARTA CORROIOS; 3121/VJG/2014 - 1781/AM - MOSAICO PUBLICIDADE UNIPESSOAL LDA, LICENÇA DE PUBLICIDADE DE UM SUPORTE DE SINALETICA DIRECIONAL COMERCIAL SITO EM RUA AZEDO GNECO - ZONA INDUSTRIAL SANTA MARTA CORROIOS.; 3122/VJG/2014 - 1782/AM - MOSAICO PUBLICIDADE UNIPESSOAL LDA, LICENÇA DE PUBLICIDADE DE UM SUPORTE SINALETICA DIRECIONAL COMERCIAL SITO EM EN 10/RUA SANTA MARTA DE CORROIOS.; 3124/VJG/2014 - RUI EDUARDO SERRANO LOPES - PAGAMENTO EM DEZ PRESTAÇÕES REFERENTES AO VALOR DA LICENÇA DE QUARENTA CORRIMÃOS, CORRESPONDENTE AO PERIODO DE 01,01,2013 A 31,12,2013.; 3125/VJG/2014 - RUI EDUARDO SERRANO LOPES, PAGAMENTO EM DEZ PRESTAÇÕES DO VALOR DAS LICENÇAS DE QUARENTA E OITO CORRIMÃOS, CORRESPONDENTES AO PERIODO DE 01,01,2014 A 31,12,2014.;



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

h  
y. Lt.

3127/VJG/2014 - 590/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE A UM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIP, LDA. DEFERIDO SITO EM AV. M.F.A/AV. DR. ARLINDO VICENTE - TORRE DA MARINHA.; 3128/VJG/2014 - 591/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE A UM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS, PUB E COM, UNIP, LDA. DEFERIDO SITO EM AV. M.F.A/AV. DR. ARLINDO VICENTE - TORRE DA MARINHA; 3129/VJG/2014 - 595/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM, UNIP, LDA. DEFERIDO SITO AV. M.F.A/AV. GENERAL HUMBERTO DELGADO - TORRE DA MARINHA; 3130/VJG/2014 - 594/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE A UM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIP, LDA. DEFERIDO SITO AV. M.F.A/AV. G. HUMBERTO DELGADO - TORRE DA MARINHA.; 3131/VJG/2014 - 593/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. DEFERIDO SITO AV. M.F.A/R GENERAL H. DELGADO - TORRE DA MARINHA.; 3132/VJG/2014 - 596/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIP, LDA. DEFERIDO SITO AV. R. ANTIFASCISTAS/RUA G. H. DELGADO - TORRE DA MARINHA; 3133/VJG/2014 - 597/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM, UNIP, LDA. DEFERIDO SITO AV. RESIST. ANTIFAS/AV. G.H. DELGADO - TORRE DA MARINHA; 3139/VJG/2014 - 158/AR - IMPERIO DO PINHAL DOS FRADES LDA, RENOVAÇÃO DE PUBLICIDADE EM TOLDO SITO EM AV 25 ABRIL, LOTE 4450 - PINHAL DE FRADES.; 3152/VJG/2014 - 598/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM, UNIP, LDA. SITO AV. RESISTENTES ANTIFAS/R. G. H. DELGADO - TORRE MARINHA; 3153/VJG/2014 - 599/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM, UNIP, LDA. SITO AV. RESISTENTES ANTIFAS/AV. G.H.DELGADO - TORRE

MARINHA; 3155/VJG/2014 - 639/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. DA PONTE/RUA DA SAUDADE - PINHAL DE FRADES; 3159/VJG/2014 - 644/AR - RENOVAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO AV. DA RÉPUBICA/AV. DR. JOSÉ AFONSO - ARRENTELA; 3167/VJG/2014 - 1340/AM - RENOVAÇÃO REFERENTE CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO AV. 1º MAIO/AV. RESIST. ANTIFASCISTAS - FOGUETEIRO; 3170/VJG/2014 - 1522/AM - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM RUA OLIVEIRA MARTINS/RUA 1º DE MAIO - PAIVAS.; 3172/VJG/2014 - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIP, LDA. SITO AV. DR. ARLINDO VICENTE/RUA GIL VICENTE - TORRE MARINHA; 3173/VJG/2014 - 725/AR - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO SITO EM ROTUNDA AV. LIB. TIMOR LOROSAE JUNTO RIO SUL - FOGUETEIRO; 3176/VJG/2014 - 724/AR - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. 25 DE ABRIL C/RUA CASAL MARCO; 3177/VJG/2014 - 730/AR - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. DA PONTE/RUA DA SAUDADE PINHAL FRADES; 3178/VJG/2014 - 730/AR - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM ROTUNDA AV. DA PONTE E RUA DA SAUDADE - PINHAL DE FRADES; 3179/VJG/2014 - 339/PP - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO SITO EM AV. 25 ABRIL/ROTUNDA/RUA DESEMBARGADOR - CASAL DO MARCO - PAIO PIRES; 3180/VJG/2014 - 592/AR - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

h  
y. t.

DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIP, LDA. SITO AV. MOV. F. ARMADAS C/RUA GEN. H. DELGADO - TORRE MARINHA; 3187/VJG/2014 - 243/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 53-JV-39; 3188/VJG/2014 - 244/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA 90-JC-10; 3189/VJG/2014 - 245/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA MATRICULA 90-JC-08; 3191/VJG/2014 - 246/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA MATRICULA 86-JU-91; 3192/VJG/2014 - 248/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 86-JU-88.; 3195/VJG/2014 - 249/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA MATRICULA 86-JU-87.; 3196/VJG/2014 - 250/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA 86-JC-80.; 3197/VJG/2014 - 251/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 90-JC-11.; 3198/VJG/2014 - 252/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 69-IZ-92.; 3199/VJG/2014 - 253/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 57-IR-81.; 3202/VJG/2014 - 41792 - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 34-LM-45.; 3203/VJG/2014 - 261/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 34-LM-75.; 3204/VJG/2014 - 285/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 96-LM-82.; 3205/VJG/2014 - 286/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA -

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 96-LM-78.; 3206/VJG/2014 - 321/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 53-NX-18.; 3207/VJG/2014 - 322/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 53-NX-73; 3208/VJG/2014 - 323/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 53-NX-19.; 3209/VJG/2014 - 324/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA MATRICULA 84-OH-41.; 3212/VJG/2014 - 308/DV - TRANSPORTES NOGUEIRA LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA 13-22-TV.; 3213/VJG/2014 - 119/AM - DIA PORTUGAL SUPERMERCADOS LDA. LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UM RECLAMO LUMINISO SITO EM RUA DOS FOROS, 22 A/B - CRUZ DE PAU.; 3215/VJG/2014 - 837/CO - MELHOR MEDIA, LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A DUAS PLACAS SITO EM RUA GIL VICENTE, 42 - VALE DE MILHAÇOS.; 3216/VJG/2014 - 837/CO - MELHOR MEDIA, LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE UMA BANDEIROLA DE DUPLA FACE SITO EM RUA GIL VICENTE, 42 - VALE DE MILHAÇOS.; 3217/VJG/2014 - 938/CO - MELHOR MEDIA LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A UMA PLACA SITO EM AV VALE DE MILHAÇOS.; 3218/VJG/2014 - 212/DV - MELHOR MEDIA LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRICULA 15-JG-23.; 3219/VJG/2014 - 15/SX - DIA PORTUGAL SUPERMERCADO LDA - LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A DOIS RECLAMOS LUMINOSOS SITOS EM AV DOS METALURGICOS, 7 A/B - SEIXAL.; 3220/VJG/2014 - 1779/AM - MECONDIELLE MECATRONICA LDA - LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE A LETRAS SOLTAS SITO EM RUA JOSE FONTANA, 66 - PARQUE INDUSTRIAL SANTA MARTA DE CORROIOS.).



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

16  
A.C.T.

- PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3126/VJG/2014 - 141/SX - RENOVAÇÃO REFERENTE A UM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIP, LDA. DEFERIDO SITO AV. ALBANO NARCISO PEREIRA/RUA STª TEREZINHA - SEIXAL; 3161/VJG/2014 - 1385/AM - RENOVAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. 1º DE MAIO - FOGUETEIRO; 3165/VJG/2014 - 1538/AM - RENOVAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM RUA D. MANUEL 1º/CENTRO COMERCIAL AMORA; 3175/VJG/2014 - 546/AM - ANULAÇÃO REFERENTE A CORRIMÃO PUBLICITÁRIO DEFERIDO MODUS ACTUS UNIP, LDA. SITO EM ROTUNDA DA ESTRADA NACIONAL 10 PAIVAS C/RUA OLIVEIRA MARTINS - AMORA; 3200/VJG/2014 - 254/DV - AUTOPEÇAS CAB LDA - RENOVAÇÃO LICENÇA DE PUBLICIDADE REFERENTE À VIATURA COM A MATRÍCULA 57-IR-55.).

- PRETENSÕES APRECIADAS INDEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3115/VJG/2014 - LICENÇA DE PUBLICIDADE EM CORRIMÃO PUBLICITÁRIO INDEFERIDO MODUS ACTUS PUB E COM. UNIPESSOAL, LDA. SITO EM AV. M.F.A./RUA LUÍS DE CAMÕES - TORRE DA MARINHA).

LICENCIAMENTO DE OBRAS - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3135/VJG/2014 - 43/B/48 - OVG - HOSPITAL VETERINÁRIO DO SEIXAL, LDA.).

- PRETENSÕES APRECIADAS INDEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3156/VJG/2014 - 36/B/14 - MANUEL ALBUQUERQUE DA SILVEIRA; 3223/VJG/2014 - 4/B/14 - MARIA FILOMENA MONTEIRO PINTO).

- PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS LIMINARMENTE DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3018/VJG/2014 - 156/R/96 - LEONTINO XAVIER CALADO; 3151/VJG/2014 - 43/B/14 - LETIZIA ALEXANDRA BRIGIDO COSTA; 3181/VJG/2014 - 445/B/90 - ADILSON MAURO FORTES PAULA; 3236/VJG/2014 - 35/C/99 - EIGHT JUICE LABORATÓRIO NUTRACEUTICO LDA).

- PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3075/VJG/2014 - 14/B/44 - ERMELINDA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES ALVES; 3080/VJG/2014 - 77/B/2006 - JOAQUIM SANTOS OLIVEIRA; 3086/VJG/2014 - 25/B/14 - ROBERTO PAULO FERNANDES GUEDES ALIPIO; 3230/VJG/2014 - 277/B/1989 - ANTERO MARQUES ALMEIDA).

- LICENCIAMENTO PARA COMUNICAÇÃO PRÉVIA - PROPOSTAS DE CORRECÇÃO DOS PEDIDOS, DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3047/VJG/2014 - 563/B/83 - ABILIO MARCELINO ALVES; 3231/VJG/2014 - 39/B/13 - VITOR MANUEL VIEDIERA PINTO; 3242/VJG/2014 - 74/B/14 - PEDRO RICARDO COSTA ESPIRITO SANTO BARBOSA).

- OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3042/VJG/2014 - 12-B-68 - ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO SITO NA AVENIDA LUIS DE CAMÕES, Nº 36 CORROIOS; 3043/VJG/2014 - 182-B-1992 - CONDOMÍNIO DO PREDIO SITO NA R SOC. MUSICAL 5 DE OUTUBRO, Nº 40 ALDEIA DE PAIO PIRES; 3044/VJG/2014 - 321-B-1970 - ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO SITO NA RUA CIDADE DE COIMBRA, 4 CORROIOS; 3045/VJG/2014 - 371-B-00 - CONDOMÍNIO DO PREDIO SITO NA AVª 8 DE MARÇO, Nº 15 E PRACETA LAURA AIVES ALDEIA DE PAIO PIRES; 3057/VJG/2014 - 254/B/69 - CONDOMÍNIO PREDIO SITO RUA CIDADE LISBOA 1 A 7 - CORROIOS; 3078/VJG/2014 - 291-B-1998 - CONDOMÍNIO DO PREDIO SITO NA AVª DR. LUIS SÁ, 1 AMORA; 3162/VJG/2014 -



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

12  
J.G.T.

388/B/76 - ADMINISTRAÇÃO DO PRÉDIO SITO NA RUA CIDADE PORTO AMÉLIA 11 – CORROIOS; 3163/VJG/2014 - 74/B/64 - CONDOMINIO PREDIO DA TRAVESSA JOÃO SANTARÉM N.º 1 E 3 – SEIXAL; 3169/VJG/2014 - 207/B/97 - ADMINISTRAÇÃO DO PRÉDIO, SITO NA PRACETA EMA REIS, N.º 9, SANTA MARTA DO PINHAL; 3190/VJG/2014 - 205/B/71 - CONDOMINIO DO PRÉDIO SITO NA RUA DR. EGAS MONIZ, N.º 25, ALDEIA DE PAIO PIRES; 3194/VJG/2014 - 76/B/75 - CONDOMINIO DO PREDIO SITO NA RUA DR AFONSO COSTA, N.º 3, 2855-096 CORROIOS; 3225/VJG/2014 - 372-B-1979 - CONDOMINIO DO PREDIO SITO NA PRACETA HENRIQUE MARIA ALMEIDA CHITAS, 3 ARRENTELA; 3226/VJG/2014 - 79-B-2001 - ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMINIO DO PREDIO SITO NA RUA DESEMBARGADOR, 27 ALDEIA DE PAIO PIRES; 3227/VJG/2014 - 171-B-1982 - VITOR DOS SANTOS D ALMEIDA; 3228/VJG/2014 - 101-B-1970 - CONDOMINIO DO PREDIO DA RUA LUIS DE CAMÕES, 45 SEIXAL; 3235/VJG/2014 - 400/B/69 - CARLOS AFONSO DOS SANTOS).

- OUTRAS PRETENSÕES - PRETENSÕES APRECIADAS INDEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3134/VJG/2014 - 1/G/98 - RUI MANUEL ANTUNES ALCOBIA/ PEDIDO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DA DIVIDA.).

- PROJECTO DE ALTERAÇÕES - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3059/VJG/2014 - 1/C/01 - EVIDENCIA TEJO, LDA.).

- PRETENSÕES APRECIADAS INDEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3160/VJG/2014 - 820/B/87 - LUÍS FERNANDES LOPES LEITÃO).

- PRETENSÕES APRECIADAS REJEITADAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3141/VJG/2014 - 1020/B/87 - RUI & NUNO, LDA.).

PROJECTO DE ALTERAÇÕES - ESPECIALIDADES - PRETENSÕES

APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3039/VJG/2014 - 23/B/14 - BORVEI CONSTRUÇÃO CIVIL UNIPessoal,LDA.).

- PROJECTO DE ARQUITECTURA - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) N.º(S) (3037/VJG/2014 - 67/B/2014 - IDEIAS MARCANTES PROMOÇÃO IMOBILIARIA LDA; 3054/VJG/2014 - 61/B/14 - ANTONIO ADRIANO PAULINO; 3137/VJG/2014 - 61/B/14 - ANTONIO ADRIANO PAULINO).

- PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) N.º(S) (3150/VJG/2014 - DEGEP.DOGE.01.AS.2014 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIROS PARA O CENTRO DE DIA DA AURPI DE AMORA - "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE DIA DA AURPI DE AMORA-FORNECIMENTO E EQUIPAMENTO" À FRIPAIVAS - SOC. EQUIPAMENTOS E HOTELARIA-42.276,42€+IVA; 3210/VJG/2014 - DEGEP-DMT.07.AT.2014 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO REFERENTE À EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE FRESAGEM DE PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS, A SEREM CONVIDADAS AS ENTIDADES: ANTÓNIO DA SILVA;CANANA E FILHO, LDA E PULQUÉRIO, UNIPessoal LIMITADA PELO VALOR DE 2.830,00€+IVA).

- PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO - LISTA DOS DESPACHOS EFECTUADOS PELO SR. VEREADOR JORGE GONÇALVES, POR DELEGAÇÃO/SUBDELEGAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA. DESPACHO(S) N.º(S) (3022/VJG/2014 - DMT - 767/DAPRO/2014 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO À EMPRESA BRICANTEL - COMÉRCIO DE MATERIAL ELETRICO DE BRAGANÇA, LDA NO ÂMBITO DA AQUISIÇÃO DE POSTES GALVANIZADOS, TAMPAS EM PVC E ABRAÇADEIRAS PELO VALOR DE 6.017,80€ + IVA;



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

4.61.

3118/VJG/2014 - DEP-927/DAPRO/2014 - PROPOSTA DE ADJUD.EM REGIME DE AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO REFERENTE À ALTERAÇÃO DE POSTE DE SINALÉTICA DIRECIONAL EXISTENTE E COLOCAÇÃO DE POSTE NOVO DE FORMA A SINALIZAR O P.DE TURISMO DO SEIXAL À EMP. JCDECAUX PORTUGAL - MOB. URB.E PUBL. - 1.123,97 +IVA; 3166/VJG/2014 - DEP-940/DAPRO/2014 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO EM REGIME DE AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO NO ÂMBITO DA REPARAÇÃO DE POSTE DE SINALÉTICA DIRECIONAL EXISTENTE NA EN10-2 EM ALDEIA DE PAIO PIRES À EMP. JCDECAUX PORTUGAL - MOB. URBANO PUBLICIDADE, LDA PELO VALOR DE 448,14€ +IVA; 3168/VJG/2014 - DEGEP.DOG.E.01.AT-2013 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO REFERENTE À EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE LANCIL, LAJETA E CALÇADA NA ÁREA DO MUNICIPIO DO SEIXAL - MORGADOS-FERNÃO FERRO 2013 À EMP. CANANA E FILHOS - EMPREITEIROS, LDA - VALOR DE 15.633,50€+IVA; 3211/VJG/2014 - DEGEP.05.AT.2014 - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A LIMPEZA GERAL E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO DO PARQUE SUBTERRÂNEO MUNICIPAL DE MIRATEJO À EMPRESA 4PARKING LDA PELO VALOR DE 8.390,24€ + IVA).

- PRORROGAÇÃO DE PRAZO - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3090/VJG/2014 - 22/B/12 - ANTONIO EMIDIO ALBANO).

- PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DE ELEMENTOS - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3182/VJG/2014 - 8/B/1977 - MANUEL DOS ANJOS MOREIRA).

- VISTORIA-ENSAIOS - PRETENSÕES APRECIADAS E DEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3058/VJG/2014 - 91/B/13 - NUNO REIS, LDA.).

- PRETENSÕES APRECIADAS INDEFERIDAS DE ACORDO COM OS PARECERES DOS SERVIÇOS: DESPACHO(S) Nº(S) (3038/VJG/2014 - 23/B/14 - BORVEI CONSTRUÇÃO CIVIL UNIPESSOAL,LDA.).

**Informação nº 417/2014** - Relação de decisões proferidas, em matéria de contraordenações, ao abrigo do despacho de delegação de competências nº 1015-PCM/2013, de 23 de outubro, alterado pelo despacho nº 1053-PCM/2014, de 1 de novembro, referente ao mês de agosto de 2014.

**Informação nº 418/2014** - Relação de despachos proferidos pelo Senhor Diretor do Departamento de Conservação e Segurança de Instalações, Engenheiro Jorge Didelet, decorrente do despacho n.º 336-VJT/2013 de 29 de outubro e nos termos do art. 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e com as alterações introduzidas pela Lei nº 67/2007 de 31 de dezembro, no período compreendido entre 01.08.2014 a 31.08.2014, e arquivados em pasta anexa.

**Informação nº 418/2014** - Pelouro da Educação, Cultura e Juventude - Correspondência recebida - Fraternidade de Nuno Alvares - Associação dos Antigos Filiaidos do Corpo Nacional de Escutas - Escutismo - Agradecimento.

**Informação nº 420/2014** - Pelouro da Educação, Cultura e Juventude - Correspondência recebida - Associação Nacional de Deficientes Sinistros no trabalho - Lisboa - Agradecimento.

**Informação nº 421/2014** - Relatório de atividades do Departamento do Desporto, referente ao mês de agosto.

**Informação nº 422/2014** - Relatório de despachos proferidos, pelo Senhor Vereador Jorge Gonçalves, no âmbito da delegação e subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 1015-PCM/2013 datado de 23 de outubro, alterado pelo despacho nº 1053-PCM/2013 de 1 de novembro, e nos termos do art. 65º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a redação atualizada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro, entre o período de 15 a 26 de agosto de setembro.



344  
/

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

**Informação n.º 423/2014** – Relatório de atividades do Departamento de Administração Geral (DEPAG), referente ao mês de agosto.

**Informação n.º 424/2014** - Relação de despachos proferidos pela Senhora Diretora do Departamento da Educação, Dr<sup>a</sup> Ana Cristina Silva, no âmbito da subdelegação de competências decorrente do despacho n.º 221-PCM/2011 datado de 11 de março e, nos termos do n.º 3 art. 65º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação atualizada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro de 2002 e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro, durante o período de 01/09/2014 a 30/09/2014, e arquivados em pasta anexa.

**Informação n.º 425/2014** – Relatório de atividades do Pelouro da Defesa do Consumidor e Segurança Alimentar – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, referente ao mês de agosto.

**Informação n.º 426/2014** – Relatório de atividades do Pelouro da Defesa do Consumidor e Segurança Alimentar – Gabinete de Intervenção Veterinária, referente ao mês de agosto.

**Informação n.º 427/2014** – Relatório de atividades do Pelouro da Defesa do Consumidor e Segurança Alimentar – Divisão de Fiscalização Municipal, referente ao mês de agosto.

**2. Deliberação n.º 230/2014 – CMS – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE MAIO DE 2014 (ATA Nº 12/2014).**

O Senhor Presidente da Câmara, submeteu à aprovação a Ata da reunião ordinária de 29 de maio de 2014, com dispensa de leitura, em virtude do respetivo texto ter sido previamente distribuído por todos os presentes, nos termos do disposto no art.º 4º do Dec. Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

**3. Deliberação n.º 231/2014 – CMS - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL A CELEBRAR ENTRE A BAÍA DO TEJO, SA E OS MUNICÍPIOS DE ALMADA, BARREIRO E SEIXAL. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 983-PCM/2014 DE 24 DE SETEMBRO.**

Proposta:  
Presidência.

Considerando:

1. As competências atribuídas pelo Decreto-Lei n.º 57/2012, de 12 de março, à Baía Tejo, SA, no que respeita ao Projeto do Arco Ribeirinho Sul.
2. O facto da Baía Tejo, SA se encontrar a articular com os municípios de Almada, Barreiro e Seixal uma estratégia com vista à prossecução dos objetivos do Projeto referido no considerando primeiro.
3. A necessidade de definir, por protocolo, os objetivos da parceria a firmar, bem como as atribuições e responsabilidades de cada uma das partes envolvidas.
4. A importância do Projeto do Arco Ribeirinho Sul para o Município, seu território e desenvolvimento.
5. A data agendada para assinatura do Protocolo de Colaboração Institucional em causa.
6. O despacho n.º 983-PCM/2014, de 24 de setembro, que aprovou a minuta do Protocolo de Colaboração Institucional a celebrar entre a Baía Tejo, SA, o Município de Almada, o Município do Barreiro e o Município do Seixal.

Proponho:

Nos termos do n.º 3, do art. 35º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ratificação do despacho acima identificado, em anexo.



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

*h*  
*M. C. t.*

O Proponente  
O Presidente da Câmara  
Joaquim Cesário Cardador dos Santos”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

**4. Deliberação n.º 232/2014 – CMS - HASTA PÚBLICA PARA A CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO FÓRUM CULTURAL DO SEIXAL. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 984-PCM/2014 DE 24 DE SETEMBRO.**

Proposta:  
Presidência.

Considerando que o Fórum Cultural do Seixal é um equipamento cultural constituído pela Biblioteca e pelo Auditório Municipais, cuja atividade intensa ao nível da sua programação e serviço público atrai um número elevado de munícipes em permanência.

Considerando que estes dois serviços têm à sua disposição um espaço de bar que, por motivos de termo do contrato de prestação de serviços, se encontra encerrado desde há alguns meses, causando bastante transtorno ao público.

Considerando que em sequência de deliberação da câmara municipal foi aberto procedimento de hasta pública para exploração dos Bares do Fórum Cultural.

Considerando que não foi possível a atempada publicitação do respetivo edital, designadamente nos prazos previamente definidos.

Considerando que o despacho n.º 984-PCM/2014 de 24 de setembro aprovou as necessárias alterações à deliberação n.º 208/2014-CMS de 11 de setembro.

Proponho,

Nos termos do n.º 3 do art. 35º do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que alterou a Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, a ratificação do despacho identificado em epígrafe.

O Proponente  
O Presidente da Câmara  
Joaquim Cesário Cardador dos Santos”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

**5. Deliberação n.º 233/2014 – CMS – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 12/2013 (E POR APENSO O PROCESSO N.º 20/2013). RELATÓRIO FINAL E DECISÃO FINAL. APROVAÇÃO.**

Proposta:  
Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Desenvolvimento Social

“Por meu Despacho datado de 15 de abril de 2013, foi instaurado processo disciplinar ao trabalhador Manuel Ângelo Meneses Brighton.

Nos termos do n.º 1 do art.º 32º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 09 de setembro (atual art.º 199 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), foi apenso àquele o meu despacho de 18 de julho de 2013 que ordenou a abertura do processo disciplinar por motivo de faltas injustificadas contra o trabalhador Manuel Ângelo Meneses Brighton.



17  
A.L.T.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

Analisando o relatório final junto a folhas 187 a 200 dos autos de processo disciplinar, e com o mesmo não concordando na parte relativa à suspensão da execução da pena a aplicar ao arguido, pelos motivos constantes do documento em anexo, parte integrante da presente proposta, submete-se à apreciação da Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 197º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovadas pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a proposta de aplicação ao arguido Manuel Ângelo Meneses Brighton de uma pena efetiva de suspensão por 40 dias.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Ação Social  
Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro.”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com dez votos a favor e um em branco através de escrutínio secreto.

**6.Deliberação n.º 234/2014 – CMS – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CORROIOS. PLANO ANUAL DE APOIO ESPECÍFICO PARA A CONSTRUÇÃO DE CRECHE EM SANTA MARTA DE CORROIOS. CONTRATO PROGRAMA E COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.**

Proposta:

Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Desenvolvimento Social

“Considerando a importância do trabalho desenvolvido pelo Centro Paroquial de Corroios, nomeadamente na sua vertente de apoio na área da infância, e sendo esta uma instituição sem fins lucrativos e com vista a construção de raiz de uma resposta social composta por creche, jardim-de-infância, dinamização de tempos livres e apoio escolar, e nos termos da alínea u) n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, proponho a atribuição de uma comparticipação financeira ao Centro Paroquial de Corroios, no valor de € 400 (quatrocentos euros), relativa à quarta e última tranche atribuída para apoio na construção da Creche em Santa Marta de Corroios, conforme proposta da Divisão de Ação Social em anexo com o n.º 21746 de 22 de agosto de 2013.

Mais se propõe, a aprovação do contrato-programa anexo.

Documentos anexos a esta proposta:

- Contrato programa de desenvolvimento social entre o Município do Seixal e o Centro Social e Paroquial de Corroios – anexo n.º 767/2014.
- Divisão de Ação Social – 2014.08.22 – anexo n.º 768/2014.
- Informação de compromisso – 2014.10.03 – anexo n.º 769/2014.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Ação Social  
Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro.”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

**7.Deliberação n.º 235/2014 – CMS – PROJETO “A CASA DAS EMOÇÕES” ANO LETIVO 2014/2015. APROVAÇÃO.**

Proposta:

Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Desenvolvimento Social

“Considerando a importância do projeto “A Casa das Emoções”, que visa a promoção da saúde e intervenção do desenvolvimento de competências pessoais e sociais de cada criança bem como a



4.4.1.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014  
Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

prevenção de comportamentos de risco em crianças do pré-escolar do Município do Seixal, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assim propõe-se a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de € 3.500 (três mil e quinhentos euros) à Acrescer – Associação Juvenil de Animação Socioeducativa, destinada a apoiar nas despesas inerentes à realização do referido projeto, conforme proposta anexa da Divisão de Desenvolvimento em Saúde com o n.º 20660 de 7 de agosto de 2014.  
Mais se propõe a aprovação do contrato programa em anexo.

Documentos anexos a esta proposta:

- Contrato programa de desenvolvimento na área da saúde entre o Município do Seixal e a Acrescer - Associação Juvenil de Animação Socioeducativa – anexo n.º 770/2014.
- Proposta da Divisão de Desenvolvimento em Saúde – 2014.08.07 – anexo n.º 771/2014.
- Informação de compromisso DESP:491/VCL/14/2014 – 2014.10.08 – anexo n.º 772/2014.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Ação Social  
Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro.”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

**8.Deliberação n.º 236/2014 – CMS – PROJETO “AVENTURA NA CIDADE”. ANO LETIVO 2014/2015. APROVAÇÃO.**

Proposta:

Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Desenvolvimento Social

“Considerando a importância do projeto “Aventura na Cidade”, que visa a promoção e educação para a saúde e prevenção das toxicodependências, e que tem sido implementado desde o ano letivo de 1999/2000 junto da comunidade escolar do 2º ciclos do ensino básico do Município do Seixal, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assim propõe-se a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de € 4.000 (quatro mil euros), à Associação Arisco, destinada a apoiar nas despesas inerentes à realização do referido projeto, conforme a proposta anexa da Divisão de Desenvolvimento em Saúde com o n.º 23808 de 15 de setembro de 2014.

Mais se propõe a aprovação do contrato programa em anexo.

Documentos anexos a esta proposta:

- Contrato programa de desenvolvimento na área da saúde entre o Município do Seixal e Associação Arisco – anexo n.º 773/2014.
- Proposta da Divisão de Desenvolvimento em Saúde – 2014.09.15 – anexo n.º 774/2014.
- Informação de compromisso DESP: 490/VCL/14/2014 – 2014.10.08 – anexo n.º 775/2014.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Ação Social  
Corália Maria Mariano de Almeida Sargaço Loureiro.”

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.



h  
Lg. Lt.

**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

**9. Deliberação nº 237/2014 – CMS – ESTUDO DE LOTEAMENTO DA AUGI C7, SITA EM CHAVE VALADARES, FREGUESIA DE CORROIOS. REQUERENTE: ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI FF89. PROCESSO Nº 7/G/1996. ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE RECONVERSÃO, ESTUDO E CONDIÇÕES PARA A EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO. APROVAÇÃO.**

Proposta:

Divisão Administrativa de Urbanismo

" Considerando os requerimentos números 14853 de 2013.03.05, 34382 de 2013.06.24, 63312 de 2013.12.12 e 39010 de 2014.08.28 e em conformidade com os pareceres da Divisão de Planeamento do Território de 2014.09.29, propõe-se que a Câmara delibere:

- a) Aprovar a alteração da modalidade de reconversão de iniciativa municipal com o apoio da Administração Conjunta, mediante plano de pormenor, para Iniciativa dos Particulares mediante a realização de uma Operação de Loteamento, nos termos do nº 6 do art. 1º da Lei nº 91/95 de 2 de setembro, com a redação atualizada.
- b) Aprovar o estudo de loteamento da AUGI C7 – Chave de Valadares, de acordo com o constante na Lei 91/95 de 2 de setembro, com a redação atualizada e art. 121º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).
- c) Aprovar as condições de emissão do alvará de licença de loteamento, nos termos do art. 29º da Lei nº 91/95 de 2 de setembro, com a redação atualizada.

Documentos anexos a esta proposta:

- Informação da Divisão de Planeamento do Território – anexo nº 778/2014

O Proponente

O Vereador do Pelouro do Urbanismo, Mobilidade, Equipamentos e Espaço Público  
Jorge Osvaldo Dias dos Santos Gonçalves"

Submetida a votação foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no processo.

**10. Deliberação nº 238/2014 – CMS – ESTUDO DE LOTEAMENTO EM CASAL DO SAPO, VILA ALEGRE, SITO EM PINHAL DO GENERAL, FREGUESIA DE FERNÃO FERRO. REQUERENTE: ANTÓNIO XAVIER DE LIMA – EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS & TURÍSTICOS, SA. PROCESSO Nº 107/A/1967. ALTERAÇÕES AO ESTUDO E ÀS CONDIÇÕES PARA EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO. APROVAÇÃO CONDICIONADA.**

Proposta:

Divisão Administrativa Urbanismo

"Considerando os requerimentos números 28752 de 2014.06.25 e 41994 de 2014.09.10 e em conformidade com os pareceres da Divisão de Gestão Urbanística de 2014.09.16, 2014.09.25 e 2014.09.26 e Divisão de Planeamento do Território de 2014.09.23, propõe-se que a Câmara Delibere:

- a) Aprovar a alteração do loteamento em Casal do Sapo – Vila Alegre, nos termos do art. 27º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de dezembro, com a redação atualizada;
- b) Aprovar a alteração às condições de emissão de alvará de licença de loteamento, nos termos do artigo nº 27 do Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de dezembro, com a redação atualizada e artigo 147º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)

Documentos anexos a esta proposta:

- Informação da Divisão de Gestão Urbanística – anexo nº 779/2014



**Município do Seixal**  
**Câmara Municipal**

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

*h*  
*4.41*

O Proponente  
O Vereador do Pelouro do Urbanismo, Mobilidade, Equipamentos e Espaço Público  
Jorge Osvaldo Dias dos Santos Gonçalves”

Submetida a votação foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no processo.

**11. Deliberação n.º 239/2014 – CMS – BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO. ANO LETIVO 2014/2015. APROVAÇÃO DA LISTA DE SERIAÇÃO.**

Proposta:  
Divisão de Projetos Educativos e Ação Social Escolar

“Considerando o previsto nas disposições conjugadas dos art.º 56º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que alterou a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e 2º das Normas para Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Secundário, aprovado por deliberação n.º 157/2014 – CMS, de 21 de julho de 2014 e com base na informação n.º 25561 do Departamento de Educação e Juventude, em anexo.

Proponho a aprovação da lista de seriação dos candidatos ao programa de Bolsas de Estudo do Ensino Secundário – ano letivo 2014/2015.

A deliberação deverá ser objeto de publicação de edital.

Documentos anexos a esta proposta:

- Informação do Departamento de Educação e juventude – 2014.10.02 – anexo n.º 776/2014.

O Proponente  
A Vereadora do Pelouro da Educação, Cultura e Juventude  
Vanessa Alexandra Vilela da Silva”.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

**12. Deliberação n.º 240/2014 – CMS – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR. AUXÍLIOS ECONÓMICOS. SUBSÍDIOS PARA ALIMENTAÇÃO, LIVROS E MATERIAL ESCOLAR. ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. ANO LETIVO 2014/2015. REPOSICIONAMENTO. APROVAÇÃO.**

Proposta:  
Divisão de Projetos Educativos e Ação Social Escolar

“Considerando o previsto na alínea hh) n.º 1, art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a alínea e) do n.º 1 do art.º 4, alínea a) do n.º 1 do art.º 14º e 15º, alínea c), do n.º 1 do art.º 14º e 17º do Dec. – Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, o Dec. – Lei n.º 55/2009, de 2 de março, o Despacho n.º 11306-D/2014, de 8 de setembro, o Despacho n.º 18987/2009 de 17 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de setembro, 12284/2011, de 19 de setembro, 11886-A/2012 de 6 de setembro e n.º 11861/2013 de 12 de setembro, e o Plano de Ação Social Escolar para o ano letivo 2014/2015, com base na informação da Divisão de Projetos Educativos e Ação Social Escolar n.º 25455 de 1 de outubro de 2014, em anexo, e dando continuidade à política municipal do programa de Ação Social Escolar.

Proponho, a aprovação dos subsídios para alimentação, livros e material escolar relativo a reposicionamentos de escalão de apoio contemplados 1ª fase das candidaturas, novas entradas no pré-escolar e a processos para o programa de Ação Social Escolar, 2ª fase, ano letivo 2014/2015.



## Município do Seixal

### Câmara Municipal

Ata n.º 20/2014

Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 09 de outubro de 2014

Documentos anexos a esta proposta:

- Proposta do Gabinete de Gestão e Ação Social Escolar – 2014.10.01 – anexo n.º 777/2014.

O Proponente

A Vereadora do Pelouro da Educação, Cultura e Juventude  
Vanessa Alexandra Vilela da Silva”.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

Nos termos do art.º 5º do Dec-Lei n.º 45362 de 21 de novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Dec-Lei n.º 334/82 de 19 de agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente Ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, ~~dever-se-á~~ entender ter sido aprovada nos termos e para o efeito do disposto do art. 57º do anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara Municipal

---

Joaquim Cesário Cardador dos Santos.

O Secretário

---

João Manuel de Sousa Coutinho.

**Elaboração da Ata:**

**Coordenação geral e Secretário da Câmara Municipal**

João Manuel de Sousa Coutinho

**Assessor Jurídico**

João Augusto Sarmento Ribeiro de Carvalho Salazar

**Apoio Administrativo**

Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim

Carla Maria Ribeiro Dias

Lídia Maria Andrade Rodrigues



## **Câmara Municipal do Seixal**

### **ÍNDICE**

TERMO DE ABERTURA.....	- 01
PERÍODO PARA A INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO .....	- 01
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....	- 28
PERÍODO DA ORDEM DO DIA.....	- 37
PRESIDÊNCIA.....	- 48
RECURSOS HUMANOS, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	- 49
URBANISMO, MOBILIDADE, EQUIPAMENTOS E ESPAÇO PÚBLICO.....	- 52
TERMO DE ENCERRAMENTO.....	- 54